

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

SÍLVIA CELESTE SÁLVIO

**GÊNESE E EVOLUÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

Campinas

2005

SÍLVIA CELESTE SÁLVIO

**GÊNESE E EVOLUÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^a Dr^a Nair Yumiko Kobashi

Área de concentração: Administração da Informação

Linha de pesquisa: Produção e Disseminação da Informação

Campinas

2005

t020.7 Sálvio, Silvia Celeste
S185g Gênese e evolução do mestrado em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Silvia Celeste Sálvio. – Campinas : PUC-Campinas, 2005.
149 p.

Orientadora: Nair Yumiko Kobashi.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação. Inclui anexos e bibliografia.

1. Ciência da informação – Estudo e ensino. 2. Ciência da Informação. 3. Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Pós-Graduação. 4. Universidades e faculdades – Pós-Graduação. I. Kobashi, Nair Yumiko. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

22.ed.CDD – t020.7

SÍLVIA CELESTE SÁLVIO

**GÊNESE E EVOLUÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Campinas, 27 de junho de 2005.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Drª Nair Yumiko Kobashi (Orientador)
PUC-Campinas

Profª Drª Mariângela S. Lopes Fujita
UNESP - Marília

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi
PUC-Campinas

Dedico esta dissertação à Prof^a Dr^a Nair Yumiko Kobashi, por ter acreditado no meu potencial e por ter permitido que eu descobrisse o melhor de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter colocado em minha vida pessoas que me incentivaram e me apoiaram nesta caminhada. Deixo meu agradecimento:

À Prof^a Dr^a Nair Yumiko Kobashi, por acreditar no meu potencial, pelos seus ensinamentos e orientação;

À Prof^a Dr^a Mariângela S. Lopes Fujita, pela avaliação efetuada neste estudo;

Ao Prof. Dr. Paulo de M. Jannuzzi, por ter me proporcionado conhecimentos necessários ao desenvolvimento desta pesquisa e pelas considerações sobre este estudo;

À Prof^a Maria de Fátima G. M. Tállamo, pela grande colaboração neste trabalho;

A todos os professores do Mestrado, pelos seus ensinamentos;

À Coordenação do Mestrado, por ter permitido acesso ao arquivo de alunos e relatórios necessários para a concretização desta pesquisa;

Ao CNPq, por ter me concedido bolsa de estudo para a realização deste curso;

A todos os meus colegas de mestrado, pelas conversas e trocas de idéias;

Aos amigos que acompanharam minha trajetória acadêmica mais de perto: Elaine F. Caldas, Heliomar Cavati, Ildefonso P. Neto, Maria do Carmo M. Jacon, Marjorie H. Salim, Marlene Ap. David;

À Crislene Custódio, pela revisão de normalização;

À minha turma da Faculdade de Biblioteconomia da PUC-Campinas (2002) e à primeira turma de Ciência da Informação com habilitação em Biblioteconomia da PUC-Campinas (2004), pela amizade e carinho;

Aos funcionários do Mestrado em Ciência da Informação, pelos serviços prestados com carinho: Alex, André, Érica, José Augusto, Lúcia, Luciane e Rita;

Aos funcionários da PUC-Central, pela atenção e serviços prestados: Anita, Mara, Vaninha e Zezé;

Aos colegas do Grupo de Pesquisa “Produção e Disseminação da Informação” da PUC-Campinas, pelas construtivas discussões;

Ao Marcelo de Lima Machado, pelo carinho e amizade;

A todos os amigos da UNICAMP;

A toda a minha família e aos meus pais, pela preocupação e dedicação;

E a todos que de alguma maneira compartilharam desta minha trajetória, possibilitando que eu chegasse até aqui! Muito obrigada!

"Assim é nossa crença que o destino final, o objetivo do trabalho com a informação é promover o desenvolvimento do indivíduo, de seu grupo e da sociedade. Entendemos por desenvolvimento de uma forma ampla, como um acréscimo de bem estar, um novo estágio de qualidade de convivência, alcançado através da informação. A ação social maior é fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento."

(Aldo Barreto de Albuquerque)

RESUMO

SÁLVIO, S. C. **Gênese e evolução do Mestrado em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.** 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Mestrado em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

A presente pesquisa configura-se como um estudo diacrônico do percurso do Mestrado em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, desde sua criação, em 1977, até o ano de 2004. Nesses 27 anos, o Mestrado modificou por diversas vezes a proposta de curso, foi submetido a avaliações periódicas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, modificou a composição do corpo docente, promoveu um curso de especialização e um mestrado interinstitucional. Foi realizado o resgate da história do curso e sua evolução, traçado o perfil dos egressos e alunos matriculados e as denominações recebidas pelo Mestrado, através de pesquisa documental. Os dados contextuais e históricos apresentados permitem fazer uma auto-avaliação não apenas do Curso de Mestrado da PUC-Campinas, mas também da área de Ciência da Informação. Os dados obtidos permitem elaborar um desenho parcial da área que poderá ser comparado com os demais programas de pós-graduação em Ciência da Informação do país. Essa caracterização pode fornecer subsídios para elaborar ou redirecionar as políticas de desenvolvimento da pós-graduação da área.

Palavras-chave: pós-graduação; Ciência da Informação; perfil – corpo discente.

ABSTRACT

SÁLVIO, S. C. **Genesis and evolution of the Master in Information Science of the Pontifical University Catholic of Campinas.** 2005. 149 f. Dissertation (Master in Information Science) - Master in Information Science, Pontifical University Catholic of Campinas, Campinas, 2005.

This study presents the evolution of the Master Course in Information Science of PUC-Campinas, from 1977 to 2004. In this period, the course faced several changes, due to many factors as the recommendations of the national system of master and doctoral courses evaluation (CAPES), changes in the professors staff and also the influences of the development of the scientific area of Information Science. In the present research, the history of the course was based in the analysis of the official documents of the master course. Attention was paid to the profile of the students as well as of those that had concluded the course. As a consequence, comparisons may be enabled with other graduate courses in Information Science. In the same way, the gathered data may allow the development of policies for this scientific area. New perspectives may be identified not only for the PUC-Campinas Master course but also for the area of Information Science based on the present research.

Key-words: *Information Science Graduate Programs; profile - student staff.*

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação: número de cursos31	31
TABELA 2	Número de alunos titulados, matriculados e novos no Mestrado (1987-2003)31	31
TABELA 3	Evolução do Sistema Nacional da Pós-Graduação. Número de alunos titulados (1990-2003)32	32
TABELA 4	Programas e cursos de pós-graduação por região brasileira33	33
TABELA 5	Programas e cursos de pós-graduação por grande área33	33
TABELA 6	Teses e dissertações aprovadas pelos programas/cursos de pós-graduação da área até 2000.....63	63
TABELA 7	Séries Históricas de 1995/1998 de bolsas do CNPq por grande área/programa64	64
TABELA 8	Séries Históricas de Fomento do CNPq – 1995/1998 em Ciência da Informação (0,21%)65	65
TABELA 9	Dissertações defendidas no Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas (1980-2004)86	86
TABELA 10	Periodização das grandes mudanças no Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas88	88
TABELA 11	Periodização por década89	89
TABELA 12	Demanda do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas de 2001-2005.....90	90
TABELA 13	Formação de graduação dos egressos94	94
TABELA 14	Formação de graduação dos egressos por grande área do conhecimento95	95
TABELA 15	Ano de formação de graduação dos egressos96	96
TABELA 16	Década de formação de graduação dos egressos97	97
TABELA 17	Instituição de formação dos egressos97	97
TABELA 18	Tipo de instituição de graduação dos egressos.....100	100

TABELA 19	Estado de origem dos egressos	100
TABELA 20	Região brasileira de origem dos egressos.....	101
TABELA 21	Sexo dos egressos	101
TABELA 22	Egressos que já atuavam como docente ao ingressar no Mestrado.....	102
TABELA 23	Permanência dos egressos no Mestrado	102
TABELA 24	Tipo de bolsa recebida pelos egressos	103
TABELA 25	Formação de graduação dos alunos matriculados	104
TABELA 26	Formação de graduação dos alunos matriculados por grande área do conhecimento	105
TABELA 27	Ano de formação de graduação dos alunos matriculados	105
TABELA 28	Década de formação de graduação dos alunos matriculados	106
TABELA 29	Instituição de formação dos alunos matriculados	107
TABELA 30	Tipo de instituição de graduação dos alunos matriculados	108
TABELA 31	Estado de origem dos alunos matriculados	109
TABELA 32	Região brasileira de origem dos alunos matriculados	109
TABELA 33	Sexo dos alunos matriculados.....	110
TABELA 34	Alunos matriculados que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado	110
TABELA 35	Tipo de bolsa recebida pelos alunos matriculados	111
TABELA 36	Formação de graduação (período 1977-1981)	111
TABELA 37	Formação de graduação por grande área do conhecimento (período 1977-1981)	112
TABELA 38	Ano de formação de graduação (período 1977-1981)	112
TABELA 39	Década de formação de graduação (período 1977-1981)	113
TABELA 40	Instituição de formação (período 1977-1981)	113
TABELA 41	Tipo de instituição de graduação (período 1977-1981)	113
TABELA 42	Estado de origem (período 1977-1981)	114
TABELA 43	Região brasileira de origem (período 1977-1981)	114
TABELA 44	Sexo (período 1977-1981)	114
TABELA 45	Alunos que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado (período 1977-1981)	115

TABELA 46	Permanência no Mestrado (período 1977-1981)	115
TABELA 47	Tipo de bolsa recebida (período 1977-1981)	116
TABELA 48	Formação de graduação (período 1982-2000)	117
TABELA 49	Formação de graduação por grande área do conhecimento (período 1982-2000)	117
TABELA 50	Ano de formação de graduação (período 1982-2000)	118
TABELA 51	Década de formação de graduação (período 1982-2000)	119
TABELA 52	Instituição de formação de graduação (período 1982- 2000)	120
TABELA 53	Tipo de instituição de graduação (período 1982-2000)	121
TABELA 54	Estado de origem (período 1982-2000)	122
TABELA 55	Região brasileira de origem (período 1982-2000)	122
TABELA 56	Sexo (período 1982-2000)	123
TABELA 57	Alunos que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado (período 1982-2000)	123
TABELA 58	Permanência no Mestrado (1982-2000)	124
TABELA 59	Tipo de bolsa recebida (período 1982-2000)	125
TABELA 60	Formação de graduação (período a partir de 2001)	125
TABELA 61	Formação de graduação por grande área do conhecimento (período a partir de 2001)	127
TABELA 62	Ano de formação de graduação (período a partir de 2001)	127
TABELA 63	Década de formação de graduação (período a partir 2001)	128
TABELA 64	Instituição de formação de graduação (período a partir de 2001)	129
TABELA 65	Tipo de instituição de graduação (a partir de 2001)	130
TABELA 66	Estado de origem (período a partir de 2001)	131
TABELA 67	Região brasileira de origem (período a partir de 2001)	131
TABELA 68	Sexo (período a partir de 2001)	132
TABELA 69	Alunos que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado (período a partir de 2001)	132
TABELA 70	Tipo de bolsa (período a partir de 2001)	133
TABELA 71	Formação de graduação por período	135

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Programas de pós-graduação em Ciência da Informação, suas áreas de concentração e ementas das linhas de pesquisa53
QUADRO 2	Cursos e programas de pós-graduação em Ciência da Informação, por cronologia de implantação57
QUADRO 3	Objetivos dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (2004)58
QUADRO 4	Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área de Comunicação, suas áreas de concentração e as ementas das linhas de pesquisa relacionadas com a Ciência da Informação61
QUADRO 5	Instituição responsável, local da editora e data de início de publicação, periodicidade, preço e tiragem66
QUADRO 6	Periodização das mudanças de área de concentração do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas67
QUADRO 7	Áreas de concentração e linhas de pesquisa do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas (1977-2004)81
QUADRO 8	Denominações do Mestrado em Ciência da informação da PUC-Campinas (1977-2004)82
QUADRO 9	Categorias por período137
QUADRO 10	Categorias por egressos e alunos matriculados138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDF	Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
Bireme	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEABCI	Centro de Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPÓS	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
COMUT	Comutação Bibliográfica
DATA-CAPES	Coleta de Dados-CAPES
ECA/USP	Escola de Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo
FEA/USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNTEC	Fundo Tecnológico
GSI	Gestão de Sistemas de Informação
GTRU	Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Informação em Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MINTER	Mestrado Interinstitucional

NRD6	Núcleo de Referência Docente 6
Nuclebrás	Empresas Nucleares Brasileiras
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PICDT	Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PROIN	Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação
PROSUP	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-Curitiba	Pontifícia Universidade Católica de Curitiba
SNPG	Sistema Nacional de Pós-graduação
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPb	Universidade Federal da Paraíba
UFPG	Universidade Federal de Ponta Grossa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UnB/CID	Universidade de Brasília/Departamento de Ciência da Informação e Documentação
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIRIO	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiii
1 INTRODUÇÃO	17
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE	20
3 GÊNESE E EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL	26
4 PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL	36
4.1 Políticas de pós-graduação.....	36
4.2 Avaliação de programas de pós-graduação em Ciência da Informação	40
4.3 Características da pós-graduação em Ciência da Informação.....	50
4.3.1 Titulação e financiamento da pesquisa na área de Ciência da Informação	63
4.3.2 Divulgação da produção científica da área	65
5 GÊNESE E EVOLUÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA PUC-CAMPINAS (1977-2004)	67
5.1 Período 1977-1981: Metodologia do Ensino em Biblioteconomia	68
5.2 Período 1982-2000: Planejamento e Administração de Sistemas de Informação	68
5.3 Período a partir de 2001: Administração da Informação	79
6 PERFIL DOS EGRESSOS E ALUNOS MATRICULADOS	85
6.1 Egressos	94
6.2 Alunos matriculados	103
6.3 Período de 1977-1981	111
6.4 Período de 1982-2000.....	116

6.5 Período a partir de 2001	125
7 CONCLUSÕES	134
REFERÊNCIAS.....	143
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	147
ANEXOS	
ANEXO A – Ficha de Coleta de Dados (Perfil dos Egressos)	
ANEXO B – Ficha de Coleta de Dados (Perfil dos Alunos Matriculados)	

1 INTRODUÇÃO

“A verdadeira educação consiste em pôr a descoberto o melhor de uma pessoa.”
(Mahatma Gandhi)

A presente pesquisa configura-se como um estudo do percurso do programa de Mestrado em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) desde sua criação, em 1977, até o ano de 2004. Nesses 27 anos, o Programa modificou por diversas vezes a proposta de curso, foi submetido a avaliações periódicas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), modificou a composição do corpo docente, promoveu um curso de especialização e um de mestrado interinstitucional.

Nesse processo, o Programa modificou a denominação do curso, que passou de Mestrado em “Biblioteconomia” para Mestrado em “Ciência da Informação”, fato que pode ter motivado profissionais de diferentes áreas do conhecimento, e não apenas bibliotecários, a ingressarem no curso. O que nos motivou a pesquisar este tema, primeiramente, foi a curiosidade em conhecer o perfil dos mestrandos e o que os motivou a procurar a área de Ciência da Informação; em segundo lugar, o interesse em conhecer e documentar o percurso do Programa. Este último aspecto poderá contribuir para ilustrar o percurso da área de Ciência da Informação no país.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi descrever as mudanças ocorridas no Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, enfatizando-se o perfil dos egressos e dos alunos matriculados.

A abordagem deste estudo é diacrônica. Nessa medida, resgatou-se a história do curso e sua evolução, foram traçados o perfil dos egressos e alunos e as

denominações recebidas pelo Mestrado, através de pesquisa documental. Os relatórios de atividades do Curso, por sua vez, foram submetidos a um tratamento analítico para identificar tendências.

O estudo é constituído de seis seções, além desta Introdução. Para contextualizar o objeto de estudo, apresenta-se de forma breve, na Seção 2, as "Considerações sobre o papel da universidade".

Na Seção 3, apresenta-se a "Gênese e evolução dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil". A compreensão crítica desse processo requer quadros interpretativos que, ao nosso ver, encontram-se nos estudos sobre as funções da universidade e da formação em nível de pós-graduação. Os dados empíricos coletados na documentação do curso, relativos à proposta do Mestrado, foram interpretados com base nesse quadro teórico.

Na Seção 4, "Pós-graduação no Brasil", descreve-se a política de pesquisa brasileira, a avaliação de programas de pós-graduação em Ciência da Informação e apresenta-se uma visão geral das características da pós-graduação em Ciência da Informação do país.

O percurso histórico do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, Seção 5, descreve a "Gênese e evolução do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas (1997-2004)".

Na Seção 6, "Perfil dos egressos e alunos matriculados", apresentam-se os principais resultados da pesquisa empírica sobre o perfil dos egressos e alunos matriculados.

As principais considerações e recomendações são apresentadas na seção 7, "Conclusões".

Espera-se que esta pesquisa contribua para o melhor conhecimento das características do ensino de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil,

suas tendências atuais e perspectivas, pois a análise do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas pode exemplificar aspectos das mudanças e evolução da Ciência da Informação no país.

Os dados obtidos podem estabelecer um desenho parcial da área que poderá ser comparado com os demais programas de pós-graduação em Ciência da Informação do país. Espera-se, também, que este retrato forneça subsídios para o desenvolvimento da pós-graduação da área.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE

“A arte de descobrir a verdade é mais preciosa que a maioria das verdades que se descobrem.”
(Fontenelle)

Na extensa bibliografia atual sobre a universidade destaca-se o tema da sua democratização, pois, na modernidade, o acesso à educação passou a estar vinculado ao conceito de cidadania, juntamente com o direito de votar, de ter assistência social e de ter salário e condições adequadas de trabalho (SCHWARTZMAN, 1981b, p. 96). Nessa perspectiva, cabe à educação universitária o papel de proporcionar, a todos os indivíduos, oportunidades iguais de participação na sociedade, a partir dos seus próprios méritos. A universidade teria também a função de dar racionalidade à sociedade, ou seja, a educação eliminaria “[...] as diferenças entre o culto e o inculto, entre o saber científico e o saber pré-científico. Ela proporcionaria, enfim, a chegada do terceiro estado de evolução positivista da sociedade, o da ciência” (SCHWARTZMAN, 1981b, p. 97).

Dessa forma, atribui-se à universidade um papel fundamental na sociedade, pois ela seria capaz de formar indivíduos com conhecimentos especializados a fim de buscarem continuamente a verdade científica e, simultaneamente, possibilitaria aos indivíduos a aquisição de cultura e sua formação educacional.

A universidade, segundo a visão dos economistas, deveria ser uma instituição que dotaria cada indivíduo de “[...] um capital humano que produziria cada vez mais riquezas, e iria, gradativamente, acabando com as desigualdades e aumentando o desenvolvimento do país” (SCHWARTZMAN, 1981b, p. 98).

A universidade tem, pois, uma diversidade de objetivos, tais como: ser um

centro de cultura e ciência, que ofereceria a oportunidade de desenvolver, em relação ao campo das ciências humanas, “[...] um pensamento crítico que pudesse dar direção e sentido ao desenvolvimento da sociedade através do tempo [...]” (SCHWARTZMAN, 1981b, p. 97) e, à área das ciências naturais, propiciaria conhecimentos técnicos necessários para desenvolver tecnologias para o futuro.

A expansão das funções da universidade ocorreu juntamente com a expansão da própria universidade, abrangendo o crescimento da população estudantil e do corpo docente, a multiplicação das universidades, a difusão do ensino e da investigação universitária e o surgimento de novas áreas do conhecimento. Em relação a esse aspecto, é paradigmático o documento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicado em 1987, que atribuiu dez funções à universidade (OCDE¹, 1987, p. 16 *apud* SANTOS, 1997, p. 189):

[...] educação geral pós-secundária; investigação; fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de seleção para empregos de alto nível através da credencialização; mobilidade social para filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex. igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); preparação para os papéis de liderança social (OCDE, 1987, p. 16 *apud* SANTOS, 1997, p. 189).

Essa variedade de funções gera, porém, uma série de contradições e incompatibilidades, pois a idéia de “investigação” e os interesses dos pesquisadores colidem com o “fortalecimento da competitividade da economia”, e a “educação geral” colide com a “educação e treinamento altamente especializados”. Essas contradições geram tensão no relacionamento das universidades com o Estado e a sociedade e, internamente, nas próprias universidades, pois, na impossibilidade de superar essas contradições, as reformas das universidades acabam por tentar

¹ OECD. **Universities under Scrutiny**. Paris, 1987.

conservar as contradições sob controle (SANTOS, 1997, p. 189).

Uma contradição que salta aos olhos refere-se à função de oferecer educação e cultura e, ao mesmo tempo, formar profissionais altamente qualificados para o mercado de trabalho (SANTOS, 1997). Essa dupla função é reafirmada como contradição difícil de ser superada por Schwartzman (1981a, p. 58) ao assinalar que “as universidades brasileiras são organizadas em função da educação profissional [...]”, o que torna incompatíveis as atividades de pesquisa com as atividades de formação profissional. De fato, os estudantes buscam, na graduação, conhecimentos já consolidados e aplicáveis, diferentemente dos pesquisadores, que buscam conhecimentos novos e, conseqüentemente, ainda não consolidados, pois a carreira do pesquisador é “[...] orientada para a obtenção do reconhecimento de sua comunidade pelos trabalhos que realiza, suas pesquisas e publicações [...]” (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 59).

É difícil determinar quais critérios devem ser considerados em relação ao que é um ensino universitário de qualidade. Se os cursos universitários se baseassem no mercado competitivo para formar os profissionais, os cursos que não estivessem adequados ao mercado de trabalho se extinguiriam, bem como os cursos altamente qualificados diminuiriam suas exigências. Um outro agravante está no tempo entre a formação do estudante e o momento em que ele ingressa no mercado de trabalho, tornando seus conhecimentos obsoletos frente às contínuas transformações do mercado de trabalho (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 59).

Segundo Santos (1997, p. 197-198), a universidade não mais consegue atender à educação profissional. Há, por outro lado, o crescimento de instituições de menor porte que, com maior flexibilidade, procuram atender de maneira maleável a formação profissional. É necessário considerar, no entanto, que as incertezas do mercado de trabalho e a instabilidade das formações profissionais fazem com que a

universidade propicie aos estudantes: educação cultural ampla, visão holística do mundo, desenvolvimento de visão crítica, aguçando sua criatividade e habilidade de negociação. Estes requisitos são cada vez mais exigidos pelo mercado de trabalho e pelo processo produtivo.

É interessante ressaltar o relatório da OCDE² que afirma a importância da formação de um profissional com uma gama de conhecimentos diversificados. Esse mesmo relatório cita uma pesquisa realizada junto aos empresários ingleses sobre suas expectativas em relação à formação dos jovens universitários: “[...] espera-se acima de tudo que a universidade os submeta a experiências pedagógicas que, independentemente do curso escolhido, criem flexibilidade, promovam o desenvolvimento pessoal e agucem a motivação individual” (OCDE, 1987, p. 66 *apud* SANTOS, 1997, p. 198).

A pesquisa básica, conforme Santos (1997, p. 201), transformou-se em problema para a universidade por várias questões: além das de natureza financeira, as empresas multinacionais começaram a desenvolver seus centros de pesquisa básica, tornando-se rivais das universidades; o Estado gerou centros de pesquisa não universitários, focados em áreas especializadas como biotecnologia, inteligência artificial, energia, entre outras; e o Estado também passou a investir recursos financeiros em universidades e centros de pesquisa considerados de maior capacidade de investigação.

Uma outra questão importante é a prioridade científica, isto é, os pesquisadores têm escolhido seus temas de investigação de acordo com seu interesse intrínseco; porém, a investigação desinteressada corre o risco de ter diminuídas as fontes de recurso e ser substituída por pesquisas com perspectivas de lucros. Com isso, o financiamento por parte das empresas certamente deixará de

² *Ibidem*, p. 66.

gerar pesquisas relevantes para a sociedade para gerar pesquisas rentáveis, voltados para o desenvolvimento de produtos e processos (SANTOS, 1997, p. 203).

As conseqüências das mudanças de foco da pesquisa desinteressada para a pesquisa visando ao lucro são claramente identificáveis: a comunidade científica zela pela discussão e divulgação dos resultados científicos, enquanto as indústrias estão preocupadas em guardar os resultados e só divulgá-los depois de patenteados, para garantir vantagens competitivas. Tal situação traz conseqüências, por exemplo, à remuneração diferenciada de docentes: alguns deles são privilegiados com investimentos financeiros de pesquisas que possam ser economicamente especuláveis, enquanto outros, especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais, acabam não recebendo tantos investimentos por não poderem ter suas pesquisas comercializadas (SANTOS, 1997, p. 203).

No Brasil, as finalidades da educação superior são regulamentadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996, p. 7), Capítulo IV, Art. 43, como segue:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, p. 7).

Esse dispositivo foi formulado para melhor qualificar a universidade para

acolher massas de estudantes, para formar profissionais competentes para todas as áreas do conhecimento, para ser um centro de pesquisa e cultura e ser um local para discussões e novas idéias. Portanto, “a universidade precisava urgentemente ser aberta, ampliada, flexibilizada, enriquecida, valorizada, democratizada – precisava, enfim, de uma Reforma” (SCHWARTZMAN, 1981b, p. 96).

Apesar de a universidade ter ampliado o número de matrículas e ter implantado o sistema de pós-graduação na década de 70, Schwartzman (1981b, p. 98) afirma que ela não está livre de problemas: juntamente com a expansão universitária também proliferaram cursos de má qualidade e profissionais com formação frágil. Para este autor, esses problemas indicam que algo errado está acontecendo e que se deveria avaliar o sistema de educação universitária a fim de rever seus próprios objetivos.

Considera-se que as posições de Santos e Schwartzman, aqui expostas, indicam a necessidade urgente de a universidade rever seus objetivos, talvez restringindo suas funções às questões básicas de ensino e pesquisa.

O ensino de pós-graduação é sediado pela universidade, tendo suas diferenças em relação ao ensino de graduação. Estas diferenças no ensino de pós-graduação, bem como seus objetivos, são descritas na seção a seguir.

3 GÊNESE E EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL

[...] toda a ciência seria inútil se, por detrás de tudo aquilo que faz os homens conhecer, eles não se tornassem mais sábios, mais tolerantes, mais mansos, mais felizes, mais bonitos [...].
(Rubem Alves)

O Parecer 977/65 intitulado "Definição dos cursos de pós-graduação", conceitua e regulamenta a pós-graduação brasileira. Este documento, que teve como relator Newton Sucupira, foi publicado em 03/12/1965.

Conforme esse Parecer 977/65 (SUCUPIRA, 1965, p. 1), houve, em 1965, a necessidade de definir e regulamentar os cursos de pós-graduação, pois, de um modo geral, havia confusão quanto à concepção de cursos de pós-graduação e de simples especialização.

A estrutura da pós-graduação brasileira tem origem na universidade norte-americana, em que os ingressantes aos cursos de pós-graduação necessitam ter concluído a faculdade (graduação) e possuir o título de bacharel (SUCUPIRA, 1965, p. 2).

A pós-graduação é caracterizada como qualquer curso realizado após o término da graduação, porém, distingue-se em dois níveis: *stricto sensu* e *lato sensu*. O *stricto sensu* refere-se aos “[...] cursos que se superpõem à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica ou cultural”, isto é, tem como missão formar pesquisadores e docentes. O *lato sensu* refere-se aos cursos de especialização ou aperfeiçoamento técnico, “[...] sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade”, ou seja, volta-se à formação de profissionais especializados (SUCUPIRA, 1965, p. 4).

Para esta pesquisa, vale ressaltar que o nível de pós-graduação de

interesse é o *stricto sensu*, ou seja, a pós-graduação que forma docentes e pesquisadores. Em suma, a pós-graduação em nível *stricto sensu* difere do nível *lato sensu* (especialização), pois o primeiro

[...] é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário (SUCUPIRA, 1965, p. 4).

A pós-graduação *stricto sensu* tem como objetivo, portanto, a qualificação de profissionais direcionados à pesquisa e à carreira docente, proporcionando ao pós-graduado conhecimento sistemático e aprofundado sobre determinado assunto, baseado, porém, no conhecimento da ciência como um todo.

Como observa Sucupira (1965, p. 3), o nível de graduação proporciona aos estudantes conhecimentos básicos sobre a ciência e sua profissão; dessa forma, tornam-se necessários os cursos de pós-graduação para aperfeiçoar a formação do pesquisador-docente e/ou para o treinamento de profissionais com nível altamente qualificado. Por isso, a pós-graduação deve “[...] proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação” (SUCUPIRA, 1965, p. 3).

Atribui-se a criação de cursos de pós-graduação a três razões fundamentais:

1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (SUCUPIRA, 1965, p. 3).

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a expansão do

conhecimento promoveram o aparecimento de novas áreas de conhecimento e a variação das especializações. Portanto, a partir da década de 60 tornam-se imprescindíveis os cursos de pós-graduação nas universidades porque a pós-graduação também “[...] está intimamente relacionada ao papel central da ciência e da tecnologia [...]” (OLIVEIRA, 1995, p. 22).

Como resultado da expansão do ensino universitário, foi criado o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), instituído em 2 de julho de 1968, através do Decreto 62.937, que “[...] elaborou relatório extenso sobre vários aspectos relacionados com a organização, o funcionamento e o financiamento do estudo superior brasileiro do qual emanou a Lei 5.540/68” (BRASIL³, 1968 *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 62). Este relatório considera de suma importância os cursos de pós-graduação para o crescimento e transformação da universidade no Brasil, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da ciência, da cultura e da formação de cientistas, professores e técnicos. A ampliação da pós-graduação se deu “[...] após a Reforma Universitária e depois da regulamentação do credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* [...]” (OLIVEIRA, 1995, p. 62).

Em 1974, com o Decreto 73.411, foi criado o Conselho Nacional de Pós-Graduação, por meio da Comissão Especial do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Em 1975, o Conselho criou o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), aprovado pelo Decreto 76.058 (BRASIL⁴, 1975 *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 66-67).

No período de 1975 a 1979 vigorou o I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG), que procurou identificar problemas na área e propor diretrizes para a consolidação dos programas de pós-graduação. Em 1982 foi estabelecido o II

³ BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior. **D. O. U.**, Brasília, DF, 28 nov. 1968.

⁴ BRASIL. Governo Federal. Decreto 76.058 de 12 de fevereiro de 1975. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 fev. 1975.

PNPG, que vigorou de 1982 a 1985, com o objetivo principal de elevar o padrão de qualidade do ensino superior, devido ao crescimento dos cursos de pós-graduação. Para tanto “[...] foram acionados mecanismos de incentivo, acompanhamento e avaliação, visando ao aumento qualitativo do desempenho do sistema de pós-graduação”. O III PNPg, que vigorou de 1986 a 1989, teve como principais objetivos consolidar os cursos de pós-graduação, institucionalizar a pesquisa nas universidades e integrar a pós-graduação ao Sistema de Ciência e Tecnologia (OLIVEIRA, 1995, p. 71-73).

O IV PNPg foi definido pela CAPES em 1996, tendo sua vigência de 1998 a 2002. Seus objetivos eram mapear a situação e os desafios da pós-graduação brasileira, propondo diretrizes para o seu desenvolvimento (COMISSÃO MISTA CAPES/CNPQ, 2004, p. 14).

O V PNPg, previsto para 2005-2010, tem como objetivos:

[...] a expansão do sistema de pós-graduação que leve a um expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia, assim como do setor empresarial (COMISSÃO DO PNPg, 2004, p. 8).

Este plano considera que o sistema educacional é fator decisivo na mudança das condições socioeconômica e cultural do Brasil, formando recursos humanos qualificados para atuar em diversos segmentos da sociedade brasileira. Para tanto,

[...] os objetivos da pós-graduação para os próximos anos são: o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; a formação de quadros para mercados não acadêmicos (COMISSÃO DO PNPg, 2004, p. 59-60).

A Comissão Mista CAPES/CNPq para o Desenvolvimento da Pós-Graduação e da Ciência e Tecnologia (2004, p. 8) considera que o sistema de pós-graduação brasileiro parece ter alterado sua constituição passando:

- de um caráter predominantemente disciplinar para uma abertura interdisciplinar e multidisciplinar;

- de uma identidade uni-institucional para a possibilidade de experiências pluri-institucionais;
- de uma terminalidade voltada unicamente para o universo acadêmico para a inclusão da formação de profissionais altamente especializados e destinados a outros setores (COMISSÃO MISTA CAPES/CNPQ, 2004, p. 8).

Além dos PNPG's, foi criada, em maio de 1985, uma comissão com o intuito de estudar o estado do ensino superior brasileiro através “[...] de consultas à sociedade e à comunidade acadêmica [...]” a fim de “[...] apresentar suas conclusões e seus subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior brasileira” (COMISSÃO NACIONAL PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR⁵, 1986 *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 72).

Essa Comissão apresentou um relatório final com os seguintes preceitos:

- a) responsabilidade do Poder Público de assegurar o ensino público em todos os níveis; b) adequação do ensino superior à realidade do país; c) reconhecimento da diversidade e pluralidade no ensino superior; d) reconhecimento da autonomia universitária; e) democratização do acesso ao ensino superior por meio da criação de alternativas de estudo para diferentes públicos; f) valorização do desempenho, de forma que as universidades não se contentem com o medíocre e busquem o desempenho excelente e g) eliminação dos aspectos corporativos e cartoriais no ensino superior (COMISSÃO NACIONAL PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, 1986 *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 72).

Além destes sete itens, o relatório também

[...] apresentou seis propostas para uma nova política do ensino superior: a) reformulação do Conselho Federal de Educação; b) consolidação da autonomia e da democracia interna nas universidades; c) alteração dos mecanismos de financiamento do ensino superior; d) democratização do acesso ao ensino superior; e) fortalecimento da pesquisa científica e da pós-graduação e f) adequação do ensino de graduação às necessidades presentes e futuras do país (COMISSÃO NACIONAL PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, 1986 *apud* OLIVEIRA, 1995, p. 72).

As várias ações desenvolvidas pelo Estado promoveram a evolução da pós-graduação *stricto sensu*, como mostram as Tabelas de 1 a 5.

⁵ COMISSÃO NACIONAL PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. **Uma nova política para a educação superior**. Rio de Janeiro: Instituto Euvaldo Lodi, CNI, 1986.

Tabela 1. Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação: número de cursos

Nível	1976 ^(1/)	1990	1996	2004 (21/maio)	Taxa Geométrica (% ao ano)		
					2004/1976 (27a 5m)	2004/90 (13a 5m)	2004/96 (7a 5m)
Mestrado	490	975	1 083	1 959	5,5	5,3	8,3
Doutorado	183	510	541	1 034	6,5	5,4	9,1
Total	673	1 485	1 624	2 993	5,6	5,4	8,6

Fonte: CAPES/MEC *apud* Comissão do PNPG, 2004, p. 28.

(1/) Ano de início do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES

A Tabela 1 mostra o crescimento dos programas de pós-graduação, tanto de mestrado, de 490 cursos (em 1976) para 1 959 cursos (em 2004), como de doutorado, de 183 cursos (em 1976) para 1 034 cursos (em 2004). Em 28 anos, o mestrado cresceu aproximadamente 300%, enquanto o doutorado cresceu aproximadamente 465%.

Tabela 2. Número de alunos titulados, matriculados e novos no Mestrado (1987-2003)

Ano Base	Alunos Titulados	Alunos Matriculados ^(1/)	Alunos Novos
1987	3 647	29 281	9 440
1988	3 916	31 451	11 548
1989	4 724	32 472	11 432
1990	5 737	37 789	13 014
1991	6 811	37 865	12 768
1992	7 394	38 459	12 560
1993	7 609	39 509	13 633
1994	7 821	43 612	16 218
1995	9 265	46 152	17 746
1996	10 499	45 622	16 457
1997	11 922	47 788	17 570
1998	12 681	50 816	19 815
1999	15 380	57 044	23 837
2000	18 373	61 614	26 586
2001	20 032	65 309	28 074
2002	24 432	68 340	31 566
2003	27 630	72 001	35 305

Fonte: CAPES/MEC *apud* Comissão do PNPG, 2004, p.29.

Nota: (1/) Matriculados em 31 de dezembro.

Segundo a Tabela 2, o número de alunos titulados no mestrado, no período de 1987 a 2003, passou de 3 647 para 27 630. Portanto, em 17 anos, houve crescimento de aproximadamente 657%.

Tabela 3. Evolução do Sistema Nacional da Pós-Graduação. Número de alunos titulados (1990-2003)

Nível	1990	1996	2003	Taxa Geométrica (% ao ano)	
				2003/1990 (13 anos)	2003/1996 (7 anos)
Mestrado	5 737	10 499	27 630	12,9	14,8
Doutorado	1 302	2 985	8 094	15,1	15,3
Soma	7 039	13 484	35 724	13,3	14,9

Fonte: CAPES/MEC *apud* Comissão PNPG, 2004, p.30.

Nota-se na Tabela 3 o crescimento expressivo de titulados no período de 1990 a 2003. O mestrado cresceu aproximadamente 381% e o doutorado, aproximadamente 521%.

Para visualizar a situação da pós-graduação no Brasil, de um modo geral, destacam-se abaixo alguns dados em relação ao número de mestrados acadêmicos, doutorados e mestrados profissionais por região brasileira e por grande área de conhecimento.

Legenda:

Cursos:

M - Mestrado Acadêmico

D - Doutorado

F - Mestrado Profissional

Programas:

M/D - Mestrado Acadêmico / Doutorado

M/F - Mestrado Acadêmico / Mestrado Profissional

D/F - Doutorado / Mestrado Profissional

M/D/F - Mestrado Acadêmico / Doutorado / Mestrado Profissional

Tabela 4. Programas e cursos de pós-graduação por região brasileira

Região	Programas e Cursos de pós-graduação								Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	M/F	D/F	M/D/F	Total	M	D	F
Centro-Oeste	123	72	1	8	38	1	0	3	168	114	42	12
Nordeste	304	188	6	9	92	0	0	9	414	289	107	18
Norte	68	47	1	1	17	1	0	1	88	66	19	3
Sudeste	1 073	328	19	53	649	3	0	21	1 767	1 001	689	77
Sul	376	187	7	10	157	1	0	14	562	359	178	25
Brasil	1 944	822	34	81	953	6	0	48	2 999	1 829	1.035	135

Fonte: CAPES – Situação da Pós-Graduação (data da última atualização: 16/07/2004). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/Scripts/EditaisDocumentos.idc?codigo=43>>. Acesso em: 31 jul. 2004.

Pode-se notar, na Tabela 4, que o número de cursos de mestrado acadêmico (1 829 cursos) é superior ao de doutorado (1 035 cursos). Atualmente há 135 cursos de mestrado profissional, sendo que a região Sudeste concentra cerca de 50% desses cursos.

Conforme apontam Vogt e Ciacco (1995, p. 27) “a distribuição geográfica da pós-graduação corresponde muito de perto à distribuição da riqueza no país”. A partir de 1988, a concepção do sistema universitário paulista (USP/Unesp/Unicamp) e a autonomia de gestão financeira, “[...] estabelece um marco nas relações entre governo e universidades públicas”. Juntas, as universidades paulistas produzem 2/3 da produção científica do Brasil e da formação de recursos humanos.

Tabela 5. Programas e cursos de pós-graduação por grande área

Grande Área	Programas e Cursos de pós-graduação									Totais de Cursos de pós-graduação		
	Total	M	D	F	M/D	M/F	D/F	M/D/F	Total	M	D	F
Ciências Agrárias	210	89	3	0	117	0	0	1	329	207	121	1
Ciências Biológicas	180	47	1	2	126	0	0	4	314	177	131	6
Ciências da Saúde	377	125	14	15	211	2	0	10	610	348	235	27
Ciências Exatas e da Terra	208	82	3	1	115	1	0	6	336	204	124	8

Grande Área	Programas e Cursos de pós-graduação									Totais de Cursos de pós-graduação		
	Total	M	D	F	M/D	M/F	D/F	M/D/F	Total	M	D	F
Ciências Humanas	280	133	3	4	139	0	0	1	421	273	143	5
Ciências Sociais Aplicadas	226	123	1	21	69	0	0	12	319	204	82	33
Engenharias	218	97	1	14	96	0	0	10	334	203	107	24
Linguística, Letras e Artes	109	49	0	0	59	0	0	1	170	109	60	1
Outras	136	77	8	24	21	3	0	3	166	104	32	30
Brasil	1 944	822	34	81	953	6	0	48	2 999	1 829	1 035	135

Fonte: CAPES – Situação da Pós-Graduação (data da última atualização: 16/07/2004). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/Scripts/EditaisDocumentos.idc?codigo=43>>. Acesso em: 31 jul. 2004.

A Tabela 5 mostra que a área com maior número de cursos de mestrado acadêmico é a de “Ciências da Saúde” (348 cursos) e a área com menor número de cursos de mestrado acadêmico é a de “Linguística, Letras e Artes” (109 cursos), desconsiderando-se o item “Outras” (104 cursos) por não ser possível identificar a área específica de conhecimento.

O crescimento da pós-graduação no país apresenta, no entanto, aspectos contraditórios. De fato, se a pós-graduação representasse o desenvolvimento do país, ela minimizaria as desigualdades econômicas e proporcionaria o desenvolvimento do país (SCHWARTZMAN, 1981).

Por outro lado, conforme apontado pela Comissão Mista da CAPES/CNPq (2004), o crescimento da pós-graduação proporcionou desenvolvimento e benefícios à comunidade científica, mas o mesmo ainda não aconteceu em relação a outras instâncias e níveis educacionais.

Nota-se que, mesmo com o crescimento da pós-graduação brasileira, que forma um número expressivo de doutores, a educação nacional como um todo mostra dados espantosos: “basta lembrar que 56% dos alunos que concluem o primeiro segmento do ensino fundamental não conseguem fazer as quatro operações e não entendem o significado de textos simples após sua leitura”

(COMISSÃO MISTA CAPES/CNPQ, 2004, p. 8).

Após descrição da gênese e evolução dos cursos de pós-graduação no Brasil, comentam-se, na próxima seção, as políticas de pós-graduação, a avaliação da pós-graduação na área de Ciência da Informação e suas características.

4 PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

“Ninguém educa ninguém, como ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.
(Paulo Freire)

Nesta seção são apresentadas as políticas de pós-graduação, a avaliação da pós-graduação na área de Ciência da Informação e as características dos programas da área.

4.1 Políticas de pós-graduação

A Educação superior no Brasil apresenta, segundo Franco e Morosini (2001, p.2), três fases distintas:

- 1ª fase (década de 70): expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) decorrente do “[...] movimento de pressões exercidas pelas comunidades para disporem de Educação Superior [...]”, como consequência houve a criação dos cursos de pós-graduação;
- 2ª fase (década de 80): expansão dos cursos de pós-graduação decorrente das “[...] pressões por titulação”;
- 3ª fase (década de 90): expansão do sistema de educação continuada, que se concretiza “[...] através da diversificação de cursos e programas”.

Para Severino (2003, p. 1), debater a “[...] política de pós-graduação pressupõe uma discussão anterior sobre a política educacional em sua totalidade e esta, por sua vez, reclama uma discussão envolvente das políticas públicas do país [...]”.

A política científica no Brasil, conforme Schwartzman (1981a, p. 50), só passou a ter destaque a partir de 1950 com a criação do Conselho Nacional de

Pesquisa (CNPq). Em 1934 houve a tentativa de se estruturar a atividade científica através de um órgão governamental, a Diretoria de Pesquisas do Ministério da Agricultura. O CNPq surgiu a partir da idéia do Almirante Álvaro Alberto, cujo objetivo principal era colaborar para levar ao Brasil a dominar a tecnologia nuclear. Porém, esta idéia fracassou por questões internas e internacionais; como consequência, o CNPq passou a ser uma instituição de fomento à pesquisa e a tentativa de se desenvolver uma política científica foi retomada

[...] a partir dos anos 1960, com o desenvolvimento do Fundo de Tecnologia do BNDE (FUNTEC), do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da FINEP, com a transformação do antigo CNPq no novo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e com a reunião de todos esses fundos e instituições nos chamados “planos básicos” de desenvolvimento científico e tecnológico (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 50).

Esse mesmo autor destaca o segundo Plano Básico, intitulado “Ciência e Tecnologia a Serviço da Sociedade”, demonstrando que “[...] a política científica é indissoluvelmente ligada à política tecnológica, e ambas subordinadas à política econômica [...]”, pois fazem parte da estratégia nacional de desenvolvimento. Este plano não se limitava apenas à questão econômica; ele pretendia que a ciência e a tecnologia atendessem aos objetivos da sociedade, garantindo a qualidade de vida e a defesa dos recursos naturais do país. Para ele, a ciência e a tecnologia proporcionaram o desenvolvimento do país e o seu “[...] destaque entre as nações em desenvolvimento na área da pesquisa científica, tecnológica e na pós-graduação” (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 51). No entanto, ensino e pesquisa devem estar integrados a fim de promover a ascensão da qualidade do ensino nas universidades e para promover a atividade científica, sendo esta integração uma das questões da política educacional do Brasil (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 57).

O apoio financeiro às atividades de pesquisa científica se justifica pela

“[...] importância do saber enquanto cultura, maior compreensão pelo homem dos fenômenos da natureza, enriquecimento do espírito humano” e pelas “[...] promessas tecnológicas da ciência” (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 60).

A integração da ciência e da tecnologia é um fato relativamente novo, pois sua história tem aproximadamente 100 anos. O que marcou a ciência moderna foi a utilização de instrumentos para a observação e mensuração, um dos elementos das ciências empíricas. Historicamente, a ciência era desvinculada da tecnologia e ambas tinham objetivos diferenciados, porque a tecnologia estava mais relacionada à atividade industrial, gerando conhecimentos que iriam ser absorvidos pela ciência como conhecimento organizado (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 61-62).

Schwartzman (1981a, p. 62) cita dois exemplos da união da ciência e da tecnologia: na indústria química do século XIX, a ciência e a tecnologia relacionavam-se, partindo do “[...] modelo universitário alemão da integração entre ciência e indústria”. Porém, essa união não continuou no decorrer do século, pois a área da química se une à física, criando a físico-química e a química tradicional torna-se “[...] uma ciência de processos industriais”. Já no século XX, a energia atômica foi desenvolvida no setor acadêmico através da pesquisa básica, possibilitando a descoberta da estrutura do átomo.

O autor destaca que “[...] os exemplos da química e da física parecem contribuir para a tese da diferenciação institucional da ciência e tecnologia, como importantes exceções que terminam por confirmar a regra” (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 62). Portanto, atualmente, as atividades tecnológicas necessitam cada vez mais dos conhecimentos gerados pela pesquisa científica, pois a ciência e tecnologia continuam a desenvolver seus trabalhos de forma diferenciada (SCHWARTZMAN, 1981a, p. 62).

Em suma, segundo Schwartzman (1981a, p. 63), a tecnologia não é,

necessariamente, um requisito para o desenvolvimento econômico, pois outros fatores, como o capital, o trabalho e a capacidade empresarial, exercem papéis importantes no desenvolvimento e a tecnologia, mesmo quando cumpre uma função econômica importante, pode não estar vinculada a um sistema científico, como ocorre hoje, por exemplo, com seu desenvolvimento em universidades corporativas, institutos isolados e centros de pesquisa tecnológica.

As instituições de ensino e pesquisa que fogem do sistema universitário buscam atender de forma rápida às suas necessidades, como no exemplo citado por Schwartzman (1981a, p. 65) em que ocorre a “[...] vinculação de centros de pesquisa de energia nuclear à Nuclebrás” e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que desenvolve centros de pesquisa de alto nível, tornando-se uma instituição de ensino paralelo ao sistema universitário.

Pode-se concluir, do acima exposto, que a atividade científica deve sempre ser incentivada, principalmente quando vinculada a outros setores da sociedade, potencializando a ciência no Brasil. Os cientistas devem participar “[...] como cidadãos, do processo político nacional mais amplo, onde são tomadas as decisões mais importantes e que afetam o país como um todo e o seu sistema científico em particular” (SCHWARTZAMAN, 1981a, p. 67).

No Brasil, a política governamental para a pós-graduação é definida pela CAPES que, através do Sistema de Avaliação, sugere a definição de uma política de desenvolvimento da pós-graduação com os seguintes objetivos:

- Ampliar a inserção da pós-graduação nacional no contexto mundial da produção do conhecimento científico e de suas aplicações tecnológicas, tornando a formação por ela oferecida coerente com os padrões de qualidade internacionalmente aceitos.
- Ampliar a competência do sistema de pós-graduação de aliar a melhoria sistemática do nível da formação por ele assegurada – como estabelecido pelo item anterior – ao aumento de sua capacidade de qualificar um maior número de profissionais em um menor espaço de tempo, respeitadas as especificidades de cada área.
- Reduzir significativamente os desequilíbrios verificados entre as

regiões do país e entre as áreas do conhecimento no que se refere ao número, capacidade de atendimento e nível de desempenho de seus programas de pós-graduação.

- Garantir a diversificação do sistema de pós-graduação, tendo em vista o adequado atendimento das demandas de profissionais altamente qualificados correspondentes tanto ao mercado acadêmico, quanto ao não-acadêmico.
- Tornar o sistema mais flexível e capaz de, sem descuidar dos padrões de qualidade que obrigatoriamente devem regê-lo, incentivar e acolher alternativas de organização que se revelem mais ajustadas aos propósitos e singularidades dos programas.
- Privilegiar a concepção acadêmica de programa, e não de cursos, como unidade de referência para a política geral de desenvolvimento da pós-graduação nacional, definição das bases do Sistema de Avaliação e para o conjunto das ações de fomento da CAPES.
- Adequar a concepção e exigências do mestrado às funções estabelecidas para esse nível de curso, seja como etapa preliminar ao doutorado, seja como nível terminal de formação profissional.
- Romper a rigidez da relação seqüencial estabelecida entre o mestrado e doutorado, permitindo que os caminhos para este último sejam mais flexíveis e independentes do que o consagrado por nossa tradição.
- Aumentar o grau de integração da pós-graduação com o conjunto do sistema de terceiro grau, tendo em vista elevar a qualidade da formação assegurada por este sistema e minimizar o papel do mestrado como corretivo de deficiências da graduação (CAPES, 1998, p. 3).

Desde 1976, os programas de pós-graduação são avaliados pela CAPES a fim de garantir a sua qualidade. O sistema nacional de avaliação da pós-graduação é comentado a seguir, enfocando a avaliação dos programas em Ciência da Informação.

4.2 Avaliação de programas de pós-graduação em Ciência da Informação

A CAPES é o órgão de avaliação e fomento da pós-graduação no Brasil.

Foi criado 1976 com os seguintes objetivos:

- a. impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressem os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
- b. contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão externa sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu

desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;

c. dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;

d. estabelecer o padrão de qualidade exigido desse nível de ensino e identificar os programas que atendem a tal padrão;

e. fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação;

f. contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;

g. oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação (CAPES, 2005, p. 1).

Os programas de pós-graduação têm discutido critérios em relação à forma de avaliação da CAPES. Em 1998, duas resoluções aproximaram mais a avaliação da sua comunidade: 1) a ponderação dos quesitos e itens de avaliação, atribuindo-lhes pesos e incorporando itens classificados como pertinentes; 2) classificação e indicação dos meios de divulgação da produção intelectual (SMIT, 1999, p. 1).

No modelo geral de avaliação, consolidado ao longo do tempo, a CAPES possibilitou a inclusão de novos itens. Em 1998, além dos itens anteriormente fixados, foi solicitado que cada área do conhecimento recomendasse o peso para cada item, dessa forma, “[...] as diferentes áreas de pós-graduação passam a ser avaliadas por critérios diferenciados” (SMIT, 1999, p. 2).

Para a decisão destes itens e pesos de avaliação, as áreas de Ciência da Informação e Comunicação encaminharam suas propostas de várias maneiras, “[...] desde a tomada de decisão pelo coordenador de área e consultores até a organização de reuniões com representantes dos programas envolvidos, e

conseqüente tomada de decisão pela maioria presente” (SMIT, 1999, p. 2). Nessa reunião, realizada em São Paulo nos dias 28 e 29/03/98, também estavam presentes os presidentes da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS).

As modificações propostas pela comunidade e inseridas na avaliação da CAPES tiveram dois importantes efeitos: 1) a participação dos programas de pós-graduação no processo de avaliação, através de suas opiniões; 2) a avaliação dos programas passou a ser realizada com bases nas decisões tomadas pela maioria, ou seja, a avaliação passou a ocorrer a partir de parâmetros estabelecidos por cada área do conhecimento (SMIT, 1999, p. 2).

As inovações na avaliação da CAPES representaram um grande progresso, porém, melhorias ainda deveriam ser feitas em relação ao DATA-CAPES (Coleta de Dados-CAPES), no sentido de continuar o processo de aperfeiçoamento do processo (SMIT, 1999, p. 2).

Outras modificações ocorreram na avaliação da CAPES, como a “avaliação de programas” e não mais a atuação individual dos cursos, separando o mestrado do doutorado. Dessa forma, a CAPES considera que o mestrado está solidificado, mas ainda há a necessidade de investir na pós-graduação em nível de doutorado (SMIT, 1999, p. 3).

No item “avaliação dos canais de divulgação da produção”, cada área deveria indicar os meios considerados adequados, se a circulação é nacional ou internacional, quais canais são acadêmicos, entre outros aspectos (SMIT, 1999, p. 2).

A forma de pontuação adotada, de A a E, foi substituída por uma escala de 1 a 7. Foi definido que os programas que oferecessem apenas o mestrado não

poderiam ultrapassar a pontuação 5. A letra “A” passou a representar os níveis 5, 6 e 7 (SMIT, 1999, p. 3).

Outras modalidades de pós-graduação passaram a configurar recentemente no cenário acadêmico, conforme Smit (1999, p. 3):

- mestrado interinstitucional (MINTER): é um subprograma criado pela CAPES a fim de suprir os problemas detectados no Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT). O PICDT tem por objetivo capacitar o corpo docente e técnico das instituições, porém constatou-se que certas instituições de ensino superior encontravam dificuldades “[...] para liberar os docentes que se propunham a realizar o mestrado em outras instituições ou regiões do país”. O objetivo do mestrado interinstitucional é oferecer em uma instituição receptora o mesmo programa de pós-graduação consolidado de outra instituição, considerada a instituição promotora;

- mestrado profissionalizante: já era previsto desde 1965 pelo Conselho Federal de Educação e atualmente tem se mostrado uma alternativa para os profissionais que desejam apenas uma especialização, sem submeter-se aos mestrados acadêmicos que visam à qualificação acadêmico-científica.

O Programa de Apoio à Integração Graduação/Pós-Graduação (PROIN) é uma outra atividade apoiada pela CAPES e tem por objetivo “[...] articular ações entre estudantes de graduação e projetos de pesquisa de pós-graduação, gerar produtos que contribuam para a melhoria do ensino de graduação [...]” (SMIT, 1999, p. 3). Dessa forma, evita-se a necessidade de, na pós-graduação, suprir as falhas geradas na graduação.

No documento da CAPES (2004, p. 1-4) sobre os “Critérios de Avaliação 2004” do triênio 2001-2003, os seguintes critérios de avaliação foram definidos para a área de Comunicação e Ciência da Informação: 1) proposta do programa ou curso

(propósito, áreas de concentração, linhas de pesquisa, estrutura curricular); 2) corpo docente (NRD6, titulação, diversificação na formação dos docentes); 3) atividades de pesquisa (linhas de pesquisa sustentadas por especialistas, projetos de pesquisa claros, publicação de periódico científico); 4) atividades de formação (disciplinas condizentes com a proposta do programa, número de orientadores doutores, número adequado de orientandos por docente); 5) corpo discente (fluxo de estudantes, período de titulação); 6) teses e dissertações (tempo de titulação, vinculação da área de concentração e linha de pesquisa, qualidade da tese/dissertação quanto à hipótese, fundamentação teórica, entre outras); 7) produção intelectual (do corpo docente e discente); 8) temática da área (relevância e impacto da temática sobre a área).

A pesquisa “Contribuição da Pós-Graduação para a Ciência da Informação no Brasil: uma visão” (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 1) apresenta a síntese da avaliação dos programas de Ciência da Informação, segundo os relatórios de avaliação da CAPES do ano de 2001. A pesquisa englobou os seguintes programas: PUC-Campinas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual Paulista de Marília (UNESP/Marília). Foram analisados os seguintes aspectos dos programas: a constituição dos corpos docente e discente; o número de dissertações/teses defendidas em 2001 englobando, também, as áreas de concentração e linhas de pesquisa; e o número de publicações do corpo docente.

A partir dos dados analisados, os autores fizeram um diagnóstico dos programas de pós-graduação e a discussão das peculiaridades da pesquisa em Ciência da Informação, apresentando, ao final, um panorama do ensino da pós-

graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Os dados apontaram que o corpo docente dos programas, em 2001, era composto por 65 docentes, dos quais 54 integravam o Núcleo de Referência Docente 6 (NRD6), ou seja,

O NRD6 constitui a base do programa, seu coração, pois representa a parcela do corpo docente que tem vínculo estável com a IES de, no mínimo, 30 horas semanais e 9 meses por ano, dedicando às atividades de docência, pesquisa e orientação no mínimo 30% de seu tempo (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 2).

Portanto, 83% dos docentes compunham o NRD6, um número bastante significativo para os programas de pós-graduação (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 2).

O corpo discente titulado no ano de 2001 corresponde a 106 e o número de alunos que ingressaram neste mesmo ano corresponde a 90. Através da correlação entre o número de discentes e o número de docentes chega-se a uma média de 6,5 alunos por docente. Ressalte-se que a área de Comunicação e Ciência da Informação, segundo a CAPES, admite um máximo de 12 alunos orientados por docente. Constatando-se este fato, os autores recomendam aos programas a expansão do número de vagas dos cursos, sem que haja o comprometimento com a qualidade do ensino e sem prejudicar a formação dos alunos (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 2).

Em relação aos titulados, 106 em 2001, os autores levantaram duas questões: “a natureza das dissertações e teses defendidas por estes alunos, suas temáticas, abordagens, etc.” e “o destino dos egressos: os mesmos voltam para as instituições de origem? Nos mesmos cargos? Atuavam ou passam a atuar no ensino de graduação?” (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 3).

Um dos itens mais valorizados na pós-graduação é a produção bibliográfica, pois a pós-graduação é o principal *locus* de desenvolvimento de pesquisas que, conseqüentemente, devem ser divulgadas para que ocorra o seu

reconhecimento social e, também, gerem novos conhecimentos na área (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 2). A produção bibliográfica é valorizada conforme o tipo de publicação e segue alguns critérios, como:

[...] o texto a ser publicado deve ter sido avaliado por um comitê editorial ou outra instância avaliativa; o texto a ser publicado deve ser suficientemente longo para poder explicar os objetivos, pressupostos, hipóteses e resultados de uma pesquisa, razão pela qual a área [...] não considera textos com menos que 4 páginas; o texto deve ser publicado num veículo de divulgação de qualidade (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 3).

As publicações recebem pontuações, conforme os critérios adotados pela área (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 4):

Livro produto de pesquisa – 2 pontos
Re-edição de livro produto de pesquisa – 1 ponto
Livro didático ou introdutório à matéria – 1 ponto
Organização de coletânea – 0.5 pontos
Capítulo de livro – 1 ponto
Artigo de periódico com no mínimo 4 páginas – 1 ponto
(SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 4).

Conforme a Comissão de Avaliação de Comunicação e Ciência da Informação, a pontuação ideal para os docentes é 2 pontos/ano/docente. Constatou-se que há docentes que publicam acima da média, porém, há os que nada publicam. Portanto, os autores perceberam um paradoxo:

[...] a área inclui no escopo de suas preocupações as questões da publicação e divulgação científica, bem como os procedimentos necessários para representar, organizar e disseminar a informação publicada pelos diferentes atores da produção científica, mas não se afirma como produtora de conhecimento publicado (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 4).

A produção dos docentes em 2001 foi de 63 pontos, considerando-se o corpo docente de 54 pesquisadores em NRD6; assim, a média de publicação corresponde a 1,16 publicação/ano/docente, isso significa que o corpo docente publica menos do que o esperado (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 4).

A respeito da produção, 2 pontos/ano/docente, a área tem analisado sua

importância e vem “[...] insistindo no argumento de que o patamar adotado é por demais exigente” (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 5). Porém, devem-se considerar três aspectos a esse respeito: 1) a discussão dos coordenadores dos programas de pós-graduação em relação ao patamar definido na avaliação da CAPES; 2) a comunidade científica da área argumenta que não há periódicos científicos reconhecidos; no entanto, esta argumentação não se sustenta, pois há bons periódicos que são editados pelos programas de pós-graduação e outras instituições, como o IBICT; 3) a comunidade considera insuficiente a publicação de periódicos e sua qualidade; no entanto, também não manifesta sua preocupação ou propõe melhorias a respeito.

Os autores (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 5) fazem uma crítica a respeito das linhas de pesquisa, pois deve haver corpo docente capacitado para o desenvolvimento adequado das pesquisas. Conforme os mesmos autores, constata-se a diversidade de linhas de pesquisa e áreas de concentração dos programas de pós-graduação, revelando que há dominância da concepção pragmática da área, caracterizada por estudos que visam à resolução de problemas da atividade profissional em detrimento de pesquisas voltadas a questões conceituais e epistemológicas. Estes mesmos autores (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 5) indicam a necessidade de se analisar e discutir a missão da pós-graduação na área de Ciência da Informação no Brasil e, também, as “[...] prioridades na construção do conhecimento em Ciência da Informação [...]”, para, dessa forma, definir qual deve ser o objetivo da pós-graduação: direcionar-se para o mundo profissional ou para o acadêmico.

Através da análise da listagem de projetos de pesquisa em desenvolvimento, os autores constataram que as temáticas são de caráter não acadêmico, direcionadas para a resolução de problemas de atividades profissionais

que não constituem de fato um “problema de pesquisa” (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 6).

Os autores (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 6) recomendam cautela em relação à sistematização científica dos projetos, ou seja, clareza quanto aos objetivos, à metodologia e resultados esperados de uma pesquisa científica, pois se constatou que os títulos dos projetos não expressam os temas da pesquisa.

O que de fato caracteriza a pós-graduação, de um modo geral, é a reflexão investigativa e a produção de novos conhecimentos, já que a pós-graduação *stricto sensu* objetiva a formação de profissionais capacitados a atuarem em diversificadas unidades de informação, como mestres, doutores, docentes e pesquisadores, em que a prática intelectual é o diferencial dos pós-graduados (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 6).

Segundo os autores (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 6), há opiniões em relação à área de Ciência da Informação que consideram que ela

[...] não tem vocação para a pesquisa, pois foi gerada a partir de cursos profissionalizantes (excetuando o programa do UFRJ/IBICT, os demais nasceram a partir de cursos de graduação em biblioteconomia) (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 6).

Porém, segundo os autores (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 6) essa argumentação não se justifica atualmente, pois a pesquisa já tem início nos cursos de graduação, havendo número significativo de docentes que se dedicam à melhoria dos conteúdos programáticos que buscam “[...] a inserção do aluno numa cultura investigativa [...]”, que é considerada primordial para proporcionar sua empregabilidade na sociedade atual, devido às contínuas transformações do ambiente profissional (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 6).

Há um aspecto problemático em relação à Ciência da Informação: por ser parte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, ela é avaliada por “[...] regras,

metodologias e parâmetros tradicionalmente gestados nas ciências exatas, nas engenharias ou ciências da saúde”; no entanto, “[...] os critérios adotados pelas agências de fomento são critérios das áreas tradicionais e inadequados para avaliar nossa pesquisa” (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002, p. 6).

Em suma, Smit; Dias e Souza (2002, p. 7) constatam que há falta de iniciativa da área e muitos estudos empíricos, as pesquisas apenas locais não encontram apoio financeiro e a área deve mostrar que está capacitada a fazer pesquisas relevantes. Para tanto, as pesquisas devem propor generalizações para que a área de Ciência da Informação possa ser reconhecida pelas demais áreas do conhecimento.

Em análise mais recente, Smit (2003) sintetizou a avaliação dos programas de pós-graduação com base nos relatórios da CAPES de 2002, apresentando a continuidade do artigo publicado em 2002, “Contribuição da Pós-Graduação para a Ciência da Informação no Brasil: uma visão” (SMIT; DIAS; SOUZA, 2002), que analisou a situação dos programas em 2001.

Comparando os principais dados de 2001 e 2002, nota-se que os docentes NRD6, que eram 54 em 2001, em 2002 eram 51. O total geral de docentes passou de 65 para 70. Nota-se que o número de docentes aumentou, porém, o número de docentes NRD6 diminuiu. Isso provavelmente ocorra por alguns motivos: a necessidade de os docentes atenderem outras faculdades ou programas de pós-graduação, sem haver tempo hábil para dedicação integral a apenas uma instituição; a ocorrência de aposentadorias, sem reposição dos mesmos e a falta de concursos em instituições públicas.

Sobre o número de discentes, 106 foram titulados em 2001 e 83 em 2002, ocorrendo diminuição no número de titulados.

Em relação às publicações, em 2001 a produção do corpo docente atingiu

63 pontos e, em 2002, caiu para 54 (SMIT, 2003, p. 2). A produção científica dos docentes, portanto, vem se mantendo em patamar considerado baixo, pelos critérios adotados na área.

Smit (2003, p. 1-4), após avaliação referente ao ano de 2002, faz algumas recomendações aos programas de pós-graduação, como: relacionar as atividades didáticas com as disciplinas e as linhas de pesquisa; explicitar a relação dos docentes com as linhas de pesquisa e descrever em detalhes os objetos de estudos das linhas de pesquisa. Sobre a qualidade dos trabalhos acadêmicos, a autora atenta para a necessidade de indicar com clareza dos objetivos das dissertações e teses, suas hipóteses e metodologias adotadas; o resumo deve ser elaborado com maior atenção, em português, inglês e, se possível, em espanhol; os títulos devem ser mais precisos e refletir o tema abordado; deve ser incluída na página de rosto a linha de pesquisa na qual o trabalho está relacionado.

4.3 Características da pós-graduação em Ciência da Informação

A ciência é “[...] uma instituição social, dinâmica, contínua e cumulativa”, que busca conhecer a natureza e seus fenômenos por meio de métodos, considerando que os resultados não têm caráter definitivo, mas, sim, estão sempre em processo contínuo de investigação (TARGINO, 1995, p. 1). Partindo dessa perspectiva, o objetivo principal da Ciência da Informação é

[...] diminuir as fronteiras do conhecimento e aumentar a abrangência da compreensão humana. Na busca de tal meta, desenvolve um processo de produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e uso da informação (HARMÓN⁶, 1971 *apud* COSTA, 1990, p. 139).

A Ciência da Informação, segundo Targino (1995, p. 1),

[...] emergiu como decorrência natural do processo de evolução da Biblioteconomia e Documentação e configura-se, portanto, como o conjunto de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transferência, transformação e utilização da informação, ou seja, refere-se a todo o ciclo informacional (TARGINO, 1995, p. 1).

Conforme aponta Neves (1992, p. 12-13), em sua dissertação “Histórias e temáticas do Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)”, a ausência de consenso sobre a área ocorre porque “[...] a multiplicidade de definições de informação, [...] tornam extremamente complexa a definição de Ciência da Informação”. Em seu estudo, Neves identificou, através de depoimentos de professores do IBICT, as visões de Ciência da Informação e as características do profissional da área, bem como buscou na literatura suas origens e definições.

Essa autora (1992, p. 164) entende Ciência da Informação como:

[...] uma área do conhecimento caracteristicamente social e interdisciplinar, [...] voltada para o estudo dos fenômenos que envolvem todo o ciclo de geração, transferência, absorção e uso da informação, em ambientes diversificados da comunicação e da atividade humana (NEVES, 1992, p. 164).

A Ciência da Informação pode ser considerada sob dois aspectos: como área de pesquisa pura ou como área aplicada. Como área de pesquisa, “sob o aspecto de pesquisa pura”, ela não se preocupa com a aplicação prática, e, “sob o aspecto de pesquisa aplicada”, ela se direciona ao desenvolvimento de produtos e serviços, contribuindo, dessa forma com o desenvolvimento científico e tecnológico (COSTA, 1990, p. 140).

Na visão de Smit (1999, p. 4), o objeto de estudo da Ciência da Informação é a “[...] informação que é estocada tendo em vista uma utilidade que lhe

⁶ HÁRMON, G. On the evolution of Information Science, **JASIS**, v. 22, n. 4, p. 235-241, 1971.

foi conferida pela comunidade e por esta razão deve ser disponibilizada”. Para tanto, a informação passa pelos processos de organização, estocagem e recuperação, a fim de ser disponibilizada para cumprir seu papel social.

Dias (2002, p. 1) entende Ciência da Informação como a área que lida com a divulgação dos conhecimentos gerados pela ciência básica, ciência aplicada, tecnologia e economia, e abrange outras especialidades e sub-áreas, entre elas a Biblioteconomia.

A Ciência da Informação tem como elemento de estudo as qualidades da informação, ou seja, “[...] a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação; e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso” (LE COADIC, 1996, p. 26).

Com base nas definições acima, pode-se entender que a Ciência da Informação é uma área que estuda e analisa a informação das diversas áreas do conhecimento e que, por meio de sua coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e comunicação, promove e divulga o conhecimento para que sejam criados novos conhecimentos.

Conforme a tabela de áreas do conhecimento do CNPq, a Ciência da Informação está subdividida em três grandes subáreas: Teoria da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. Para Dias (2002, p. 2), a “Teoria da Informação parece querer representar aquilo que chamaríamos de ciência da informação em seu sentido restrito”, distinguindo-se como uma disciplina especializada.

O Quadro 1 expõe as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Quadro 1. Programas de pós-graduação em Ciência da Informação, suas áreas de concentração e ementas das linhas de pesquisa

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Ementa
IBICT	Política e Gestão do Conhecimento e da Informação	Configurações Sociais e Políticas da Informação	Estudos da informação no quadro das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade contemporânea; estudos de fluxos de informação em redes sociais, comunicacionais e tecnológicas, focalizando a sociedade brasileira.
		Gestão da informação	Abordagem das teorias e modelos de gestão de recursos de informação em diferentes contextos organizacionais; análise de estruturas de informação para o diagnóstico e monitoração de atividades de conhecimento, econômicas e produtivas, e outras atividades sociais.
	Conhecimento, Processos de Comunicação e Informação	Processamento e Tecnologia da Informação	Estudo das diferentes formas de mediação dos processos comunicacionais, cognitivos e sociais nos quais a informação seja objeto e fim de uma ação de intervenção e transformação. Ênfases na organização do conhecimento e na representação da informação.
		Teoria, Epistemologia, Interdisciplinaridade	Estudos orientados à reconstrução crítica das estratégias e premissas epistemológicas da Ciência da Informação; desenvolvimento de conceitos, teorias e metodologias para o estudo de fenômenos informacionais.
PUC-Campinas	Administração da Informação	Gestão de Serviços de Informação	Envolve os processos, procedimentos, teorias e técnicas necessários para a concepção, implementação e operacionalização dos serviços de informação nas organizações.
		Produção e Disseminação da Informação	Envolve os processos, procedimentos, teorias e técnicas necessários para a concepção de produtos e serviços de informação nas organizações, tendo como referencial as formas de consumo.
UFBA	Estratégias de disseminação da Informação	Teoria e Gestão do Conhecimento	Compreende estudos: da relação informação e conhecimento; informação e tecnologias de informação e comunicação; informação e processo cognitivo; da inteligência organizacional, abrangendo gestão da informação e gestão do conhecimento. Inclui a compreensão: do desenvolvimento do conhecimento na Sociedade; e da definição da Ciência da Informação e sua relação com a epistemologia.
		Informação e Contextos Socio-Econômicos	Compreende estudos: da história e das relações da informação com a economia, com os processos políticos, com a inclusão social e digital, com a vida social e cultural, e com a identidade nacional. Abrange a compreensão do Estado, das empresas e da sociedade civil na organização, gestão e regulação nacional e internacional da informação.
UFMG	Produção, organização e utilização da informação	Informação Gerencial e Tecnológica	Focaliza aspectos relacionados com a gestão da informação e do conhecimento em contextos organizacionais. Alguns dos tópicos estudados são: acesso, disseminação e uso da informação em organizações, fontes e serviços de informação para negócios, gestão do conhecimento tecnológico, informação e aprendizagem organizacional, informação e empreendedorismo, informação e gestão estratégica, inteligência empresarial, políticas de informação e inovação e tecnologias da informação para a gestão.
		Informação, Cultura e Sociedade	Investiga a informação enquanto fenômeno social, apreendendo-a a partir de seus domínios epistemológicos e contextos sociais. São contemplados estudos e pesquisas que abrangem as inter-relações da informação. As pesquisas têm como elementos comuns a preocupação em discutir problemas relativos à democratização do acesso à informação, onde se procura evidenciar, também, as contradições, os limites e as alternativas que se apresentam no âmbito da sociedade da informação.

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Ementa
		Organização e Uso da Informação	Estuda aspectos do tratamento e do uso da informação, procurando explorar a interação existente entre as duas funções nos sistemas de informação e de recuperação da informação. Inclui estudos sobre descrição física e temática de documentos tradicionais e digitais, bem como estudos bibliométricos.
UFPb (1)	Informação e Sociedade	Informação e Cidadania	Objetiva realizar análise sobre a relação informação e cidadania, inserindo-a no atual contexto social brasileiro. Procura-se compreender como as práticas informacionais de geração, transferência, acesso e uso da informação podem constituir-se em elementos que facilitem ou impeçam o desenvolvimento da cidadania.
		Informação para o Desenvolvimento Regional	Objetiva compreender a questão do desenvolvimento regional, a partir da implantação de serviços e redes de informação. A questão do desenvolvimento regional é abordada através das práticas informacionais de geração, transferência, acesso e uso da informação, buscando assim compreender como tais práticas podem promover ou inibir o desenvolvimento socioeconômico, cultural e político da região nordeste.
UFSC	Gestão da Informação	Fluxo da Informação	Estudar os canais de produção, distribuição e circulação da informação, os processos e suportes informacionais e a apropriação da informação nas unidades de informação, visando construir suportes teóricos para a compreensão do funcionamento das unidades de informação e para o entendimento da dinâmica dos fluxos de informação na sociedade contemporânea.
		Profissionais da Informação	Estudar as necessidades de busca e uso de informação da sociedade, em diferentes setores, que determinam a configuração das atividades dos gestores da informação, visando construir metodologias que permitam avaliar as condições de oferta de educação e capacitação profissional nas áreas que compõem o campo de atuação dos profissionais de ciência da informação.
UnB	Transferência da informação	Arquitetura da informação	Análise da informação e processos de indexação. Organização do conhecimento. Análise de conteúdos, processos de classificação, indexação, linguagem documentária, terminologia, aplicações da informática. Indexação automática.
		Comunicação da informação	Modelos e processos de comunicação científica, tecnológica e para negócios. Publicações tradicionais e eletrônicas. Direito autoral. Disseminação da informação científica e tecnológica para diferentes comunidades.
		Gestão da informação e do conhecimento	Estudos teóricos, metodológicos e práticos sobre gestão da informação e do conhecimento em sistemas de informação, bibliotecas, arquivos e demais unidades de informação e sobre a formação e mercado de trabalho dos profissionais da informação. Análise das necessidades e dos comportamentos dos indivíduos e das comunidades na busca e no uso da informação.
UNESP	Informação, tecnologia e conhecimento	Informação e Tecnologia	Estudos e pesquisas relacionados à geração, transferência, utilização e preservação da informação e dos documentos nos ambientes científico, tecnológico, empresarial e da documentação em geral, associados a métodos e instrumentos proporcionados pelas tecnologias da informação e da comunicação.
		Organização da Informação	Organização da informação como elemento de qualidade na recuperação: pressupõe referenciais teóricos e metodológicos de organização do conhecimento em análise, síntese e representação e a elaboração de produtos documentários com aplicabilidade na formação e atuação profissional.

Fonte: Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil , elaborado pelo Núcleo de Produção Científica da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação da Profa. Dra. Dinah Aguiar Población, 2003. Disponível em: <http://www.ancib.org.br/prog_pos/>. Acesso em: 19 maio 2004. (Adaptado pela autora, 2004).

Nota: (1) curso desativado pela CAPES

A pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil, teve início com a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação, pelo IBICT, na década de 70, acompanhando, de certa forma uma tendência internacional (CHRISTOVÃO, 1995, p. 2).

Neves (1992, p. 32) destaca um fato bastante importante em relação à criação do curso de mestrado do IBICT, que teve início “[...] sem uma base de graduação na área a exemplo do que mais tarde ocorreu com os Cursos de Mestrado em Biblioteconomia oferecidos pelas Universidades, que encontraram apoio nos cursos de graduação da mesma área”.

Para Smit (1999, p. 4), a mudança da denominação de “Biblioteconomia” para “Ciência da Informação” reflete “[...] uma preocupação com a construção teórica [da área], e portanto, menos calcada em profissões e atividades regulamentadas”. Cabe notar que, possivelmente, a mudança da denominação e o enfoque mais teórico da área despertaram o interesse de profissionais de diferentes áreas do conhecimento pela Ciência da Informação.

A pós-graduação proporcionou o desenvolvimento da pesquisa em Ciência da Informação, porém, o desenvolvimento também se deu a partir da implantação de sistemas de informação especializados, como o do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e outros serviços como o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), que impulsionaram a necessidade de pesquisa e formação de profissionais capacitados para a área (MIRANDA; ALBUQUERQUE, 2003, p. 135).

A criação dos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia no Brasil, segundo pesquisa realizada por Christ (1991) em sua dissertação “A pesquisa em Biblioteconomia: controvérsias e similaridades no quadro nacional”, teve como principal motivo a “exigência do mercado de trabalho” (CHRIST, 1991, p. 112). A esse respeito, Mueller (1985, p. 11) aponta que os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia foram

[...] impulsionados não apenas pela pressão exercida pela classe, mas pela necessidade sentida pelos órgãos financiadores dos cursos de pós-graduação, especialmente a CAPES, de pessoal qualificado para gerir as bibliotecas universitárias que davam suporte àqueles cursos (MUELLER, 1985, p. 11).

A partir deste fato, Christ (1991, p. 113) comenta que, para suprir o mercado de trabalho, não haveria a necessidade da criação de cursos *stricto sensu*, que visam à formação de pesquisadores e docentes, mas sim de cursos *lato sensu*, ou seja, que abrangem conhecimento mais técnico-profissional.

Conforme Dias (2002, p. 3), o principal objetivo de um programa de pós-graduação em Ciência da Informação “[...] é o de preparar pessoal especializado para funções de assessoria e administração em sistemas de informação, principalmente sistemas mais complexos”. Ele discute a questão da complexidade da organização e administração de grandes sistemas de informação, o que torna necessário, por parte dos profissionais, a busca por conhecimento específico para desenvolver habilidades que o nível da graduação não proporcionou. A partir dessa constatação, o autor percebe a necessidade da criação de mestrados profissionais, pois, pela inexistência dos mesmos, os profissionais acabam por buscar os mestrados acadêmicos.

Percebe-se que, por falta de um “mestrado profissional” na área de Ciência da Informação, muitos profissionais buscam o “mestrado acadêmico” a fim de resolver questões específicas do seu cotidiano. Este fato se reflete nas

dissertações e teses da área que têm produzido pesquisas de natureza prática. Pela natureza da área, talvez seja necessário criar com urgência os mestrados profissionais na área de Ciência da Informação, que respondam a dois tipos de demandas: de um lado, formar docentes e pesquisadores e, de outro, estudar e resolver problemas específicos dos sistemas de informação.

Na pesquisa realizada por Pinheiro (2000, p. 1), a autora analisa a “Infra-estrutura da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil”, fazendo um mapeamento dos programas e cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, grupos de pesquisa e o número de mestres e doutores que defenderam suas dissertações e teses. Ela também destacou o fomento à pesquisa e relacionou a demanda e aprovação de projetos pelas instituições de fomento; analisou a disseminação das pesquisas através dos periódicos e eventos da área, os recursos bibliográficos e o acesso a bases de dados da área. Destacam-se, a seguir, alguns tópicos dessa análise.

Em relação aos programas de pós-graduação, há um total de oito cursos, sendo que quatro têm somente o mestrado e os outros quatro têm mestrado e doutorado, conforme Quadro 2.

Quadro 2. Cursos e programas de pós-graduação em Ciência da Informação, por cronologia de implantação

Universidade	Cidade	Programa / Curso	Criação do Mestrado	Criação do Doutorado
UFRJ-IBICT	Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	1970	1994
UFMG	Belo Horizonte	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*	1976	1997
UFPB	João Pessoa	Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação*	1977	-
PUCCAMP	Campinas	Curso de Mestrado em Ciência da Informação*	1977	-
UNB	Brasília	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	1978	1992
USP**	São Paulo	Programa de Ciências da Comunicação e Documentação*	1972	1992

Universidade	Cidade	Programa / Curso	Criação do Mestrado	Criação do Doutorado
UNESP	Marília	Mestrado em Ciência da Informação	1998	-
UFBA	Salvador	Mestrado em Informação Estratégica	1998	-

Fonte: PINHEIRO (2000, p. 7).

Notas: * Cursos e Programas que modificaram a sua denominação para Ciência da Informação na década de 90: em 1991, os da UFMG, UNB e USP, em 1995, o da PUCAMP e, em 1997, o da UFPB. Assim, levou-se em conta o título do Curso ou Programa, mesmo no caso de recentes mudanças e sem entrar no mérito de sua real abordagem em Ciência da Informação

** com área de concentração em Ciência da Informação

Destacam-se, no Quadro 3, os objetivos de cada programa de pós-graduação em Ciência da Informação, conforme informações constantes nos *sites* de cada instituição.

Quadro 3. Objetivos dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (2004)

Instituição	Nome do programa	Objetivos
IBICT/UFF	Pós-Graduação em Ciência da Informação	Desenvolver estudos da informação em suas plurais dimensões, cognitiva, comunicacional, estética e expressiva, ética e prática, social, política e jurídica, visando a: manter atualizada a pesquisa brasileira na área, em suas temáticas e abordagens; formar pesquisadores e profissionais de alto nível; desenvolver um conhecimento crítico e instrumental visando a otimizar as direções e escolhas informacionais da sociedade brasileira - seus projetos, condições e alternativas, no quadro das mudanças econômicas, sociais, educacionais e culturais que respondem aos rumos atuais da economia internacional, da globalização e das novas tecnologias de informação
PUC-Campinas	Mestrado em Ciência da Informação	Formar pesquisadores, habilitando-os ao trabalho com temas relativos à Administração da Informação, tratados na perspectiva da Ciência da Informação
UFBA	Mestrado em Ciência da Informação	Formar pesquisadores de alto nível com a compreensão da contemporaneidade, marcada por intensas transformações de variada natureza, ativadas por um avanço científico e tecnológico dinâmico e impositivo. Essa visão de mundo resulta num desafio que vem conduzindo seus corpos docente e discente ao reconhecimento dos amplos limites do estudo da Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea e à busca de ferramentas empíricas e fundamentos teóricos necessários ao seu desenvolvimento, enquanto disciplina científica
UFMG	Pós-Graduação em Ciência da Informação	É um programa multidisciplinar em ciência da informação que busca a construção de um saber comum, com o aporte de várias áreas do conhecimento. Sua proposta multidisciplinar reflete-se na grade curricular, abrangente e flexível, no corpo docente com formação diversificada e no corpo discente, também oriundo de áreas diversas, que se seduz pelo tema e pela forma como este é abordado no Programa. Enfim, a proposta conduz professores e alunos para a discussão, a pesquisa e o desenvolvimento desse fenômeno da atualidade, que é a informação
UFPb (1)	Mestrado em Ciência da Informação	--
UFSC	Mestrado em Ciência da Informação	Visa formar pessoal de alto nível com competência para: estudar e analisar os processos envolvidos nos fluxos informacionais; construir suportes teóricos que auxiliem na compreensão do funcionamento das unidades de informação; construir metodologias que auxiliem na avaliação das condições de oferta de educação e de capacitação profissional na ciência da informação

Instituição	Nome do programa	Objetivos
UNB (2)	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação	--
UNESP	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Possibilitar a aplicação, a análise e o desenvolvimento de referenciais teóricos e metodológicos na área de Ciência da Informação; favorecer o trabalho interdisciplinar em Ciência da Informação; intensificar e aprimorar conexões acadêmicas na área, no país e no exterior

Fonte: as informações sobre os objetivos foram coletadas nos *sites* das instituições em Maio de 2004. Adaptado pela autora, 2004.

Notas: (1) não foi possível identificar o objetivo do programa, pois o mesmo foi desativado pela CAPES e o *site* não estava disponível no momento da pesquisa

(2) informação não encontrada no *site* do programa

A análise dos objetivos dos programas indica que, de um modo geral, a maioria visa à formação de profissionais altamente qualificados para pesquisar questões relacionadas à gestão de unidades de informação, aos fluxos informacionais e à formação de docentes.

Os cursos de pós-graduação têm como produtos de seus alunos as dissertações e teses, ou seja, os resultados de uma pesquisa. Oliveira (2001), em sua dissertação, investigou “A pesquisa científica na Ciência da Informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq”, no período de 1984-1993, com a finalidade de identificar as características da pesquisa em Ciência da Informação. Oliveira (2001, p. 146) analisou 94 relatórios de pesquisas financiadas pelo CNPq. Entre os objetivos principais de sua investigação estavam: identificar o perfil dos pesquisadores e os temas investigados, as principais instituições de pesquisa e as abordagens metodológicas utilizadas nestas pesquisas.

Dentre os principais resultados da análise, destacam-se (OLIVEIRA, 2001, p. 146-155):

- o perfil dos pesquisadores: predomina o sexo feminino e 67% dos pesquisadores são formados em Biblioteconomia/Ciência da Informação;
- temas pesquisados: estudos sobre armazenamento e recuperação da informação (24 pesquisas), significando 25,5% do total do corpus analisado; estudos

sobre classificação e indexação (9 pesquisas), representando 9,6% do universo investigado;

- tipos de pesquisa: 98% de pesquisa empírica, 1% de pesquisa conceitual/teórica e 1% de análise e desenho de software;

- procedimentos metodológicos: 70% dos trabalhos utilizaram o “levantamento”; 4,2% utilizaram “estratégias qualitativas”; 1% utilizou o estudo de caso e a pesquisa-ação; 23,5% utilizaram questionários; e 17% utilizaram entrevistas.

Oliveira (2001, p. 154) considera que “a fragmentação da pesquisa em diversos temas” reflete a não “[...] preocupação com a manutenção de temas básicos e prioritários, fato que sugere uma busca por resultados de pesquisas sem compromisso com a produção de conhecimento específico [...]” da área. A esta fragmentação a autora atribui alguns fatores internos, como: “as teorias da área não são coesas”; “o emprego das novas tecnologias ampliou o universo de aplicações e de estudos da ciência da informação, exigindo da área constantes revisões na organização do seu universo”; os temas dos projetos de pesquisas são vulneráveis aos modismos.

Essa mesma autora (2001, p. 155) observa que os pesquisadores da área necessitam dominar as metodologias quantitativas e induzir pesquisas interdisciplinares a fim de se produzir novas descrições da área.

Smit (1999, p. 5), por sua vez, ressalta que

A Ciência da Informação está presente em vários programas da área da Comunicação, sob forma de área de concentração, linha de pesquisa ou até, ainda que de forma embrionária, sob forma de projetos de pesquisa abrigados em uma linha de pesquisa mais ampla (SMIT, 1999, p. 5).

Portanto, é clara a interface entre essas duas áreas, pois a informação estocada não gera conhecimento se não for comunicada. Esse fato é evidenciado

pela mudança de paradigma na área, que passou a focar não apenas o sistema (acervo), mas também o usuário, suas necessidades informacionais e as dificuldades colocadas à sua apropriação (SMIT, 1999, p. 6).

O Quadro 4 aponta os programas da área de Comunicação que apresentam área de concentração ou linha de pesquisa na área de Ciência da Informação.

Quadro 4. Programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de Comunicação, suas áreas de concentração e as ementas das linhas de pesquisa relacionadas com a Ciência da Informação

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Ementa
USP	Ciência da Informação	Ação Cultural	Assenta-se em estudos de política cultural comparada e tem por objeto pesquisar os diversos modos da política cultural como instrumento de política pública (mesmo quando praticada pelo setor privado a política cultural tem sempre uma vertente pública) e as vertentes de seu instrumento privilegiado, a ação cultural.
		Análise Documentária	Estudos dos processos de representação documentária, dos instrumentos da análise documentária e das interfaces da análise documentária com a lingüística, a lógica, a terminologia e a comunicação.
		Geração e Uso da Informação	Centrada no fluxo de comunicação da informação, aborda os aspectos de geração do conhecimento, do comportamento de busca da informação, pertinente aos processos de inovação tecnológica, de comunicação técnico-científica e da transformação de tecnologias por meio de comunicação formal e informal. Arrola projetos voltados para o desenvolvimento de sistemas da informação centrados no usuário e a análise da produção científica representada pela literatura convencional (branca) e não convencional (cinzenta) geradas pelas comunidades de diferentes áreas.
		Informação, Comunicação e Educação	Construção de referências teóricas e metodológicas necessárias à redefinição das relações entre informação, comunicação e educação, tendo em vista a melhoria dos processos educacionais formais no país, especificamente em contextos caracterizados por dificuldades sócio-culturais. Ênfase especialmente em novas concepções de bibliotecas, processos e serviços da informação e cultura.
UFRGS*	Comunicação e Informação	Comunicação e Práticas Culturais	Esta linha contempla pesquisas de cunho teórico, metodológico e aplicado, vinculadas à ação e às práticas culturais e sua relação com os meios de comunicação. Os aspectos teórico-empíricos a serem contemplados compreendem as identidades e diversidades culturais; o estudo do consumo cultural e dos processos de recepção dos meios de comunicação; as redes de sociabilidade, a cultura popular e a construção da cidadania.
		Informação, Tecnologias e Práticas Sociais	Esta linha contempla estudos e pesquisas de cunho teórico, metodológico e aplicado, enfocando a geração, o desenvolvimento, a aplicação e o uso da informação e de tecnologias da informação e da comunicação para a compreensão da pluralidade de fenômenos ligados à dinâmica práticas sociais.

Instituição	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Ementa
		Comunicação, Poder e Representações	Esta linha contempla pesquisas e estudos de cunho teórico, metodológico e aplicado, assim delimitados: representação e poderes constituídos nos campos da comunicação, da política e da sociedade; relações entre mídias, ações políticas e sociais; processos de comunicação e a produção de sentido, imagens e discursos.
UFF*	Comunicação, Imagem e Informação	Mídia e Discurso	Análise dos discursos sociais e das condições de produção, com ênfase para os discursos produzidos no âmbito das mídias.
		Comunicação, Tecnologia e Informação	Analisa as influências recíprocas que se estabelecem entre, de um lado, as técnicas e as tecnologias da comunicação e da informação e, de outro, as formas de organização social e a cultura na contemporaneidade.
		Análise da Experimentação da Imagem e do Som	Análise da expressão audiovisual, com ênfase para a relação que se estabelece entre as linguagens desenvolvidas e os recursos técnicos e tecnológicos nela utilizados.
UNIRIO*	Estudos Interdisciplinares em Memória Social	Memória e Patrimônio	Estudos sobre as configurações de patrimônios como práticas sociais que visam a indexar e representar fragmentos da memória social. Reflexões sobre patrimônio em suas múltiplas dimensões e conexões: tangível, intangível, natural, genético e digital. Redes de memória e relações interculturais. As relações entre coleções, narrativas e trajetórias sociais. As tensões entre as determinações sociopolíticas, as resistências sociais e a criação de novas formas de colecionamento e patrimonialização.
		Memória e Espaço	Estudos sobre as relações entre espaço, memória, identidade e alteridade. Processos de apropriação e uso de espaços: global, local, cidade, bairro. Migração e pluralidade de culturas. Trabalho e lutas sociais. Espaço social, territorialização e desterritorialização. Os documentos e os monumentos inscritos no espaço. Os espaços virtuais e a reconstrução das identidades sociais. Narrativas orais: a memória como objeto de uma história possível.
		Memória e Linguagem	Estudos sobre as relações entre linguagem, representações sociais, identidade e memória. A produção, circulação e apropriação de sentidos em práticas de informação e discurso. Discursos fundadores e a construção da identidade e da diferença. Os embates sócio-históricos nas construções discursivas. Os discursos na manutenção e nas transformações sociais, como <i>locus</i> de lutas dos sujeitos/instituições e projetos sócio-culturais. As representações sociais nos meios midiáticos, no contexto das novas configurações sociais e das inovações tecnológicas.
		Memória, Subjetividade e Criação	Estudos sobre a memória entendida como produção social de subjetividade. Transformações da subjetividade social frente aos jogos de poder e às novas tecnologias. Tempo, memória e esquecimento. Determinação social da memória e processos de singularização. Modos de subjetivação e estratégias de resistência à nova ordem globalizada. O fenômeno trágico e a criação da memória: a atitude trágica na produção de novos valores e na resistência à imposição de uma memória unívoca.

Fonte: Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, elaborado pelo Núcleo de Produção Científica da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação da Profa. Dra. Dinah Aguiar Población, 2003. Disponível em: <http://www.ancib.org.br/prog_pos/>. Acesso em: 19 maio 2004. (Adaptado pela autora, 2004).

Nota: * informações extraídas dos *sites* das instituições; as outras ementas foram extraídas da fonte acima.

4.3.1 Titulação e financiamento da pesquisa na área de Ciência da Informação

Conforme apontado por Pinheiro (2000, p. 9), havia em 2000, de acordo com dados do CNPq, 62 grupos de pesquisa na área de Ciência da Informação. Em 2002, pode-se verificar a existência de 78 grupos, demonstrando o crescimento e a consolidação da área. A importância dos grupos de pesquisa está relacionada com a formação de pesquisadores em Ciência da Informação, pois “os grupos de pesquisa coordenados por professores, e a participação de alunos/orientandos nas equipes é um indicador do seu engajamento e da formação de recursos humanos para pesquisa na área” (PINHEIRO, 2000, p. 2).

O número de pesquisadores da área é refletido pelo número de teses e dissertações defendidas nos cursos de pós-graduação. Conforme a Tabela 6, o total de pesquisadores correspondia a 913, até o ano 2000. Comparando esses números com o total de membros da ANCIB, 179 sócios ativos, percebe-se a pouca participação dos cientistas da informação na associação de pesquisa (PINHEIRO, 2000, p. 8-9).

Tabela 6. Teses e dissertações aprovadas pelos programas/cursos de pós-graduação da área até 2000

Universidade	Dissertações Mestrado	Teses Doutorado	Total
PUCAMP 1977	156	-	156
UFBA 1998	1	-	1
UFMG1976	115	2	117
UFPB 1977	104	-	104
UFRJ – IBICT 1970	305	15	320
UNB 1978	109	18	127
UNESP 1998	-	-	-
USP 1972*	58	30	88
Total	848	65	913

Fonte: PINHEIRO (2000, p. 8).

Nota: * com área de concentração em Ciência da Informação

Até o ano de 2000, o programa com maior número de defesas era o IBICT, com 305 dissertações e 15 teses (total 320); em seguida, estava o programa da PUC-Campinas, com 156 dissertações; a UnB com 109 dissertações e 18 teses (total 127) e a UFMG com 115 dissertações e 2 teses (total 117).

O fomento à pesquisa na área de Ciência da Informação é apoiado, além da CAPES, pelo CNPq, um dos órgãos nacionais de fomento à pesquisa científica no Brasil, através do financiamento de projetos integrados ou individuais, bolsas (mestrado, doutorado, iniciação científica), apoio técnico e aperfeiçoamento. Os dados extraídos das “Séries Históricas de Fomento do CNPq” no período de 1995-1998, demonstram, de uma maneira geral, a diminuição do número de bolsas concedidas, conforme Tabela 7.

Tabela 7. Séries Históricas de 1995/1998 de bolsas do CNPq por grande área/programa

Grande área	Bolsas no país/CNPq			
	1995	1996	1997	1998
Apoio ao Avanço do Conhecimento	373 632	373 254	349 335	297 930
Ciências Exatas e Engenharias	119 898	118 665	108 359	93 030
Ciências da Vida	124 295	124 167	116 398	98 275
Ciências Humanas e Sociais	92 314	88 061	80 771	65 053
Multidisciplinar (1)	36 953	42 361	43 807	41 572
Cooperação Internacional	1 617	2 107	2 425	2 568
Programas Especiais	38 532	46 935	42 262	40 600

Fonte: Séries Históricas de Fomento do CNPq – 1995/1998. Investimentos realizados segundo grande área de conhecimento. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/sup/fomento/tabel7.html>>. (apud PINHEIRO, 2000, p. 11).

Nota: (1) Inclui o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBC

Os dados também demonstram que houve decréscimo nos recursos investidos em número de bolsas, como aponta a Tabela 8. Lembramos que a CAPES também é uma instituição que concede bolsas para a pesquisa nos níveis de

mestrado e doutorado.

Tabela 8. Séries Históricas de Fomento do CNPq – 1995/1998 em Ciência da Informação (0,21%)

Modalidade/ano	1995	1996	1997	1998
Bolsas no país	1 328	1 177	1 040	769
Bolsas no exterior	145	168	67	52
Fomento à Pesquisa	45	70	66	42
Total	1 518	1 415	1 173	863

Fonte: dados extraídos das Séries Históricas de Fomento do CNPq – 1995/1998. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/sup/fomento/indiceg.html>>. (apud PINHEIRO, 2000, p. 13).

Conforme citado pela Comissão do PNPG (2004, p. 34-35), o CNPq concedeu em 2003 cerca de 6 000 bolsas, porém “[...] não houve a recuperação do decréscimo observado na concessão de 10 960 em 1995 para 5 572 em 2000 [...]”. Em 1991, o total de bolsas concedidas, da CAPES e do CNPq, abrangia 53% dos alunos matriculados no mestrado, sendo que em 2003 abrangeu apenas 25%.

Portanto, houve decréscimo significativo na concessão de bolsas embora tenha aumentado o número de matriculados, conforme Tabela 3, “Evolução do Sistema Nacional da Pós-Graduação - Número de alunos titulados (1990-2003)”.

4.3.2 Divulgação da produção científica da área

Há diversos periódicos técnico-científicos, apresentados no Quadro 5, utilizados para a divulgação do conhecimento da área.

Quadro 5. Instituição responsável, local da editora e data de início de publicação, periodicidade, preço e tiragem

Título	Instituição responsável	Local de edição	Data de início	Periodicidade atual	Preço assinatura (R\$)	Tiragem (último fascículo)
B & C Revista de Bib. & Comunic.	UFRGS Fac.Bib.Com.	Porto Alegre	1986	Anual	não cobra, pede selos	sem informação
Ciência da Informação	IBICT	Brasília	1972	quadrimestral	30,00	1500
Informação e Sociedade	UFPb/Depto Bib.Doc PG	João Pessoa	1991	Anual	15,00	300
Rev.da Escola de Bib. da UFMG	UFMG/Esc. de Bibliotec.	-	1972	semestral	20,00	500
Revista de Bibliotec. Bras.	ABDF e UnB/CID	Brasília	1973	semestral	25,00 nac. 45,00 int.	1500
Trans-informação	PUCCAMP/P grad.Bib.	Campinas	1992	quadrimestral	sem informação	sem informação

Fonte: Pinheiro, 2000, p. 16.

Além desses periódicos, Pinheiro (2000, p. 16) comenta duas outras publicações: a do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT, o “Informare”, e o periódico “DataGramaZero”, este último, editado apenas em formato eletrônico.

Após a caracterização dos programas da área e seus objetivos, de forma a visualizar o panorama da Ciência da Informação no país, apresenta-se, na próxima seção, o percurso do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, objeto de estudo dessa pesquisa.

5 GÊNESE E EVOLUÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA PUC-CAMPINAS (1977-2004)

“Uma coisa posso afirmar e provar com palavras e atos:
é que nos tornamos melhores se cremos que é nosso
dever seguir em busca da verdade desconhecida.”
(Sócrates)

Nesta seção são apresentados os dados e a análise do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental baseada em documentos produzidos institucionalmente pelo Curso.

O percurso do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas foi delineado a partir da leitura dos relatórios de atividades da CAPES dos seguintes anos: 1982, 1986, 1988, 1989-1992, 1990-2003 e do documento “Projeto de Reestruturação Curricular do Curso de Mestrado” (junho, 1991), disponíveis na Secretaria do Mestrado. A leitura foi realizada buscando resgatar fatos representativos da história do Curso, como sua finalidade, estrutura curricular, disciplinas ministradas e alterações de área de concentração e linhas de pesquisa.

A história do Mestrado é descrita através de critério de periodização elaborado com base nas modificações ocorridas nas áreas de concentração do Curso, conforme Quadro 6, descritas detalhadamente nas sub-seções seguintes.

Quadro 6. Periodização das mudanças de área de concentração do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas

Período	Área de concentração
1977-1981	Metodologia do Ensino em Biblioteconomia
1982-2000	Planejamento e Administração de Sistemas de Informação
2001-atual	Administração da Informação

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

5.1 Período 1977-1981: Metodologia do Ensino em Biblioteconomia

O mestrado em Biblioteconomia da PUC-Campinas, de nível *stricto sensu*, teve início no ano de 1977, com a finalidade de formar docentes com conhecimentos científicos e culturais, com área de concentração em “Metodologia do Ensino de Biblioteconomia”.

Em 1981, ocorreu a primeira reestruturação curricular do mestrado, implantada em 1982.

5.2 Período 1982-2000: Planejamento e Administração de Sistemas de Informação

Em março de 1982, foram implantadas as áreas de concentração “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação” e “Educação em Biblioteconomia”. Porém, houve um replanejamento das áreas de concentração, pois dentre os vinte inscritos para a seleção no início de 1982, apenas um escolheu a área de concentração “Educação em Biblioteconomia”. A área foi excluída, apesar de ser mantida a preocupação com a formação de corpo docente para os cursos de Biblioteconomia do país. Portanto, foi mantida apenas a área de concentração “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”, com suas linhas de pesquisa:

- Desenvolvimento e Administração de Programas de Leitura: esta linha de pesquisa enfatizava a ação social do bibliotecário na área do desenvolvimento de hábitos de leitura em diferentes contextos (escolar, comunidade, periferias, dentre outros). Relacionava-se, de certa forma, com a área de estudo do usuário, mas a ultrapassava na medida em que privilegiava a pesquisa-ação, visando resultados práticos e concretos;
- Filosofia/História da Biblioteconomia: linha de trabalho que,

principalmente através do estudo da evolução histórica e da análise de prática de biblioteconomia em diversos contextos, buscava a identificação dos fundamentos intelectuais da disciplina, seu significado social e seu relacionamento com a Ciência da Informação, Arquivologia e demais ramos do conhecimento;

- Educação em Biblioteconomia: linha de pesquisa que se preocupava com a formação e desenvolvimento profissional do bibliotecário/profissional da informação. Analisava a educação oferecida pelas escolas brasileiras e sua adequação às demandas de um mercado de trabalho dinâmico e sujeito às freqüentes mudanças. Desenvolvia estudos que fornecessem subsídios para a formulação de uma política nacional de educação e treinamento do profissional da informação em diferentes níveis;

- Planejamento e Administração de Serviços de Informação: esta linha estudava as tecnologias envolvidas no planejamento e administração de serviços de informação técnico-científica pela comunidade industrial, empresarial e acadêmica de Campinas e região. Buscava-se desenvolver serviços de informação especializada para indústrias e/ou institutos de pesquisas.

As disciplinas oferecidas em 1982 eram: estudo e práticas de ensino; educação do usuário; teoria do currículo; pedagogia da leitura; princípios da filosofia da biblioteconomia; administração de sistemas de informação; informação um método trabalho c/os sistemas⁷; estudos do usuário; literatura infanto-juvenil; psicologia da leitura; filosofia da educação I e II; teoria da educação brasileira; sistemas de recuperação da informação; análise do ensino em biblioteconomia; metodologia do ensino superior; métodos e técnicas da pesquisa; histórias ideais sociais no Brasil; introdução à semântica; comunicação escrita para profissionais; metodologia da pesquisa científica; classificação e indexação; metodologia do trabalho científico; tecnologia educacional; pesquisa em biblioteconomia; multimeios

em biblioteconomia; métodos quantitativos em biblioteconomia; automação de serviços de informação; fundamentos teóricos da biblioteconomia; e estudos de problemas brasileiros. NovaS disciplinas seriam incluídas a partir de 1983: filosofia da educação I, antropologia filosófica e temas de pós-graduação. Estas disciplinas indicavam que o Mestrado focava o ensino e a educação, preocupando-se com questões como pedagogia, leitura, filosofia, tendo em vista o objetivo de formar docentes para o ensino superior.

Algumas disciplinas da área de domínio conexo eram oferecidas em outros cursos de pós-graduação da mesma instituição, ministradas na primeira semana do curso a todos os alunos dos quatro programas da instituição (Biblioteconomia, Educação, Filosofia e Psicologia), contando com a participação de seus corpos docentes. O objetivo era integrar os cursos e criar eventual interesse em domínios conexos. As disciplinas eram: teoria da educação brasileira; introdução à semântica; histórias e ideais sociais no Brasil.

Em 1986, a área de concentração permaneceu a mesma, tendo sido feitas apenas algumas alterações nas disciplinas. As disciplinas eram: sistemas de informação: implementação e administração; sistemas de informação: análise e projeção; processos de leitura; metodologia da pesquisa científica; biblioteca e ação cultural; teoria do currículo; filosofia da biblioteconomia; estudo de usuários; metodologia do ensino superior; classificação e indexação; avaliação de coleções; pesquisa em biblioteconomia; literatura infanto-juvenil e a biblioteca; automação de serviços de informação; métodos quantitativos em biblioteconomia; sistemas de recuperação da informação; biblioteconomia comparada; e estudos de problemas brasileiros.

Nessa época, as disciplinas eram bem diversificadas, com ênfase maior no assunto “sistemas de informação”, em conformidade com a área de concentração

⁷ Não foi possível identificar a denominação correta da disciplina, por aparecer abreviada.

“Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”.

Novas disciplinas foram incluídas em 1987: recuperação da informação e comunicação; e usuários e não usuários de serviço de informação.

No ano de 1988 foi estipulado o prazo de 3 anos para a elaboração da dissertação, com no máximo 2 anos de prorrogação, medida que entraria em vigor a partir de 1989 para encurtar o tempo de elaboração das dissertações.

Nesse mesmo ano, o curso criou a “Revista Transinformação”, em circulação até a presente data, tendo como objetivo a divulgação de pesquisas da área.

As disciplinas obrigatórias nesse ano eram: administração de sistemas de informação; estudos de usuários; filosofia da biblioteconomia; metodologia da pesquisa científica; processos de leitura; e sistemas de informação: análise e projeção.

As disciplinas optativas oferecidas nesse ano eram: administração de programas de leitura; automação em sistemas de informação; avaliação de coleções; bases científicas para a organização de bibliotecas escolares; biblioteca e sociedade; biblioteconomia comparada; literatura infanto-juvenil e a biblioteca; métodos quantitativos em biblioteconomia; metodologia do ensino superior; sistemas de recuperação da informação; e tópicos especiais (variando a temática anualmente).

A fim de reforçar as linhas de pesquisa, em 1988 foram oferecidas mais quatro disciplinas optativas: desenvolvimento e avaliação de coleções; automação em serviços de informação; economia da informação e transferência da informação e mudança social.

O curso demonstrava ter interesse em conhecer a situação dos egressos, desde sua implantação. Segundo o relatório de 1988, a maioria do corpo discente,

ao ingressar no curso, já atua no mercado de trabalho; os egressos que não estavam atuando passaram a atuar no mercado de trabalho e os que já tinham vínculos profissionais, alcançaram, em vários casos, progressão na carreira (PUC-CAMPINAS, Relatório de Atividades CAPES, 1988, p. 13).

Em 1990 foi implantada a Carreira Docente na PUC-Campinas, fato que beneficiou o corpo docente que estava contratado em Regime Horista. A partir de então, os professores cumpriam um regime de 50% de horas/docência, dedicando-se à orientação de mestrandos e aulas, e 50% de horas/dedicação, desenvolvendo projetos de pesquisa.

Foi criado também o curso de especialização “Sistemas Automatizados de Informação”. Essas mudanças trouxeram uma nova reflexão quanto aos objetivos e à estrutura curricular do curso. O curso de especialização contou também com a participação de docentes da área de informática.

Nessa época, a área de concentração era “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”; no entanto, não foi possível localizar, na documentação disponível, quais eram as disciplinas oferecidas em 1990. As linhas de pesquisa eram:

- Administração de Serviços de Bibliotecas, Arquivos e Informação;
- Desenvolvimento e Administração e Programas de Leitura;
- Filosofia/História da Biblioteconomia.

Ainda havia o interesse do curso em conhecer a situação dos egressos em relação à inserção no mercado de trabalho. Neste ano, ocorreu no Mestrado uma pesquisa conduzida por Monte Serrat e Witter, enfocando aspectos da formação, interesses e produção científica dos egressos.

Em 1991, nota-se a preocupação com a discussão de duas questões: a estrutura curricular e o conteúdo do Mestrado. A tentativa de consolidar o curso de

especialização proporcionou ao mestrado a reflexão sobre o profissional que se estava formando e que se pretendia formar, questionando se o mestre é um administrador de sistemas de informação ou se é um profissional capacitado para a docência.

Nesse ano, houve a proposta de reestruturação curricular do curso. Dentre as propostas de reestruturação estava a de alterar o nome do curso para “Curso de Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação”, tendo como área de concentração não mais “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”, mas “Sistemas de Informação”, tornando-a mais ampla.

As linhas de pesquisa seriam definidas objetivando-se rever o conceito de “administração”, visando às questões de transferência e recuperação da informação. As linhas propostas abaixo não foram de fato efetivadas:

- Administração de Centros e Serviços de Informação;
- Administração de Programas de Leitura;
- Informação e Sociedade;
- Informação em Ciência e Tecnologia.

Em 1992, o nome do curso foi modificado para “Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação”, sem alteração na proposta curricular, pois a área de concentração continuava sendo “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”, com as seguintes três linhas de pesquisa:

- Administração de Serviços de Bibliotecas, Arquivos e Informação: estudos de administração de serviços de informação, arquivos e bibliotecas. Estudo sobre aquisição, transferência e uso da informação técnico-científica pela comunidade industrial, empresarial e acadêmica. Desenvolvimento de serviços especializados para indústrias e/ou institutos de pesquisas. Problemas de administração e novas tecnologias;

- Desenvolvimento e Administração de Programas de Leitura: investigação sobre variantes relevantes para o desenvolvimento e a administração de programas de leitura em diversos contextos (escolar, comunidade, periferia, bibliotecas públicas), estratégias para sua concretização e avaliação, bem como procedimentos de pesquisa na área;

- Filosofia e História da Biblioteconomia: análise dos modelos epistemológicos da biblioteconomia, e da biblioteconomia no conjunto da teoria social. Epistemologia e teorias sociais são apresentadas juntas para reconstruir o objeto de estudo da biblioteconomia. Abordar as correntes metodológicas da pesquisa social, sendo a metodologia entendida no seu sentido filosófico a fim de derivar posturas apropriadas à relação entre informação e sociedade, relação essa trabalhada historicamente tanto no contexto nacional quanto internacional.

As disciplinas eram: administração de sistemas de informação; automação em sistemas de informação; biblioteca e sociedade; biblioteconomia comparada; estudos de usuários; estudo de problemas brasileiros; filosofia da biblioteconomia; literatura infanto-juvenil e biblioteca; gerenciamento e planejamento; metodologia da pesquisa científica; métodos quantitativos em biblioteconomia; processos de leitura; e sistemas de informação: análise e projeção.

Essas disciplinas podem indicar uma diversidade de temáticas, desde a preocupação com questões como a biblioteca, usuários, até questões de administração, gerenciamento e planejamento.

Este ano (1992) é marcado pela consolidação do curso de especialização e iniciam-se as discussões para a abertura do programa de doutorado.

Nota-se que nos anos de 1993 a 1996 o curso se manteve estável, com a mesma área de concentração (Planejamento e Administração de Sistemas de Informação) e as mesmas linhas de pesquisa (Administração de Serviços de

Bibliotecas, Arquivos e Informação; Desenvolvimento e Administração de Programas de Leitura; Filosofia e História da Biblioteconomia), havendo apenas algumas alterações nas disciplinas. Continua, também, a pesquisa “A situação dos egressos do curso de mestrado em biblioteconomia da PUCCAMP: perspectivas para a auto-avaliação”.

Em 1993, as disciplinas eram: administração de sistemas de informação; estudos de usuários; filosofia da biblioteconomia; metodologia da pesquisa científica; processos de leitura; sistemas de informação: análise e projeção; automação em sistemas de informação; biblioteca e sociedade; biblioteconomia comparada; literatura infanto-juvenil e biblioteca; recursos humanos; seminários avançados em arquivos; e informação e sociedade.

Em 1994, as disciplinas eram: administração de sistemas de informação; estudos de usuários; filosofia da biblioteconomia; metodologia da pesquisa científica; processos de leitura; sistemas de informação: análise e projeção; biblioteca e sociedade; biblioteconomia comparada; marketing e relações públicas em biblioteconomia; recuperação da informação e comunicação; e informação e sociedade.

Em 1995, ocorreu a participação de professores do mestrado no curso de graduação em biblioteconomia. A pesquisa “A situação dos egressos do curso de mestrado em biblioteconomia da PUCCAMP: perspectivas para a auto-avaliação” teve continuidade. Entre os principais dados, destacamos: os egressos ocupavam cargos de bibliotecários (34,62%), cargos de chefia de biblioteca (19,23%), 26,94% dos egressos haviam seguido a carreira docente. A atuação dos egressos ocorria em universidades (38,46%), fundação ou autarquia (42,30%), empresas públicas e/ou privadas (15,38%) (PUC-CAMPINAS, 1995).

Em 1995 as disciplinas eram: administração de sistemas de informação;

estudos de usuários; filosofia da biblioteconomia; metodologia da pesquisa científica; processos de leitura; sistemas de informação: análise e projeção; biblioteca e sociedade; literatura infanto-juvenil e a biblioteca; metodologia para o desenvolvimento de sistemas; métodos quantitativos em biblioteconomia; temas atuais em biblioteconomia; e tópicos especiais: planejamento estratégico para unidades de informação.

Em 1996, foi apresentado à Universidade um projeto de reestruturação do curso, a fim oferecer a inclusão de novas disciplinas e maiores opções aos alunos, promovendo maior flexibilidade ao curso, que foi implantado em 1998.

As disciplinas, em 1996, eram: administração de sistemas de informação; estudo de usuários; filosofia da biblioteconomia; metodologia da pesquisa científica; processos de leitura; sistemas de informação: análise e projeção; economia de recursos humanos; estudos avançados em biblioteconomia; seminários avançados; e tópicos especiais: transferência da informação e mudança social.

Em 1997, a área de concentração era “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação” (a mesma desde 1982). Porém, no decorrer desse ano, o Mestrado foi reestruturado para atender a novas demandas. Para tanto, houve a inclusão da linha de pesquisa “Informação Industrial e Negócios”, a qual tinha por objetivo o estudo dos processos, procedimentos teóricos e técnicas relevantes para a informação tecnológica, atendendo a necessidade da indústria e dos negócios.

Estudos sobre a implantação do doutorado, iniciados em 1996, continuam em 1997, tendo sido o projeto submetido à avaliação da Comunidade Científica da área, com a participação dos seguintes especialistas: Dr^a. Amélia Silveira da Universidade Federal de Santa Catarina, Dr^a Kátia Lemos Montalli da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Dr. Daniel Moreira da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/Universidade de São Paulo (FEA/USP). O projeto

deveria ser implantando e iniciado em 1999.

As linhas de pesquisa nessa época eram: Administração de Serviços de Bibliotecas, Arquivos e Informação; Planejamento e Administração de Programas de Leitura; Filosofia e História da Biblioteconomia e Informação Industrial e Negócios.

As disciplinas oferecidas eram: administração de sistemas de informação; aspectos lingüísticos da indexação; filosofia da biblioteconomia; gerência de recursos informacionais; metodologia da pesquisa científica; processos de leitura; seminários avançados I e II; serviços de referência; sistemas de informação: análise e projeção; e tópicos especiais: gerenciamento e planejamento biblioteconômico.

Há, também, a integração da graduação com a pós-graduação através da iniciação científica e de docentes do mestrado ministrando disciplinas e orientando monografias. Neste ano, o Mestrado foi sede da Associação Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB).

O ano de 1998 é marcado por um convênio para implantação, em abril de 1999, de um Mestrado Interinstitucional com a Universidade Federal do Paraná (UFPA), e mais quatro Instituições receptoras: Universidade Federal de Ponta Grossa (UFPG), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Pontifícia Universidade Católica de Curitiba (PUC-Curitiba).

Em 1999, a área de concentração continua a mesma (Planejamento e Administração de Sistemas de Informação) e as linhas de pesquisa eram:

- Administração de Serviços de Bibliotecas, Arquivos e Informação: envolve os processos, procedimentos, teorias e técnicas necessárias para o planejamento, gerenciamento, avaliação e divulgação de unidades de informação e seus serviços para melhor ajustar a estrutura física, orgânica e recursos humanos com o ambiente e clientela;

- Informação Industrial e Negócios: envolve os processos, procedimentos, teorias e técnicas necessárias para a determinação das fontes e o controle, armazenamento e transferência de informação para a indústria e negócios;
- Planejamento e Administração de Programas de Leitura: estuda a relação informação-leitor, no contexto científico de ensino-aprendizagem, profissional e de lazer.

As disciplinas oferecidas nesta ocasião eram: administração de sistemas de informação; filosofia da biblioteconomia; gerência de recursos informacionais; informação e sociedade; informação para indústria e negócios; marketing e relações públicas; metodologia da investigação científica; processos de leitura; seminários avançados I e II; e serviços de referência.

Este ano foi marcado por momentos de reflexão e auto-avaliação, deflagrado por uma crise interna, iniciada com a denúncia de alunos à imprensa local sobre possíveis irregularidades na gestão acadêmica do curso, que culminou com o desligamento de três docentes, ao final do ano.

Em 2000, buscou-se fortalecer o enfoque gerencial do curso e sua proposta curricular, proporcionando maior consistência entre as linhas de pesquisa, os projetos e as disciplinas. A área de concentração e as linhas de pesquisa não sofreram alterações.

As disciplinas oferecidas eram: administração de recursos humanos em sistemas de informação; administração de sistemas de informação; conceitos e métodos da ciência da informação; fundamentação lingüística no tratamento da informação; gestão do conhecimento e da informação; marketing em ambientes informacionais; métodos quantitativos em ciência da informação; produção do texto de pesquisa; e recursos informacionais na gestão de negócios.

5.3 Período a partir de 2001: Administração da Informação

No ano de 2001, uma nova reestruturação curricular entraria em vigor, com o objetivo de formar profissionais para atuar no ensino e pesquisa em Ciência da Informação e na gerência de unidades de informação.

A área de concentração passa a ser “Administração da Informação”, com as seguintes duas linhas de pesquisa e respectivas disciplinas:

- **Gestão de Serviços de Informação:** envolvia os processos, procedimentos, teorias e técnicas necessários para a concepção, implementação e operacionalização dos serviços de informação nas organizações. As disciplinas optativas desta linha eram: administração de recursos humanos em sistemas de informação; marketing em ambientes informacionais; planejamento estratégico em unidades de informação; e recursos informacionais na gestão de negócios;

- **Produção e Disseminação da Informação:** envolvia os processos, procedimentos, teorias e técnicas necessárias para a concepção de produtos e serviços de informação nas organizações, tendo como referencial as formas de consumo. As disciplinas optativas desta linha eram: técnicas de mensuração da informação, fundamentação lingüística no tratamento da informação; estudos de usuário em sistemas de informação; e sistemas de recuperação da informação.

As disciplinas obrigatórias eram: administração de sistemas de informação; conceitos e métodos da ciência da informação; gestão do conhecimento e da informação; e pesquisa em ciência da informação. As disciplinas optativas do tronco comum eram: métodos quantitativos em ciência da informação; produção do texto de pesquisa; e estudos avançados em ciência da informação.

O Mestrado ficou estável nos anos de 2002 e 2003, no que se refere à área de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas.

Destaca-se, no período, uma grande mudança na Universidade com a

criação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, proporcionando espaço para discussões acerca das atividades específicas da pós-graduação.

Em 2003, o nome do curso foi modificado para “Mestrado em Ciência da Informação”. Nessa mesma ocasião, professores do programa de mestrado em “Gestão de Sistemas de Informação” (GSI), sediado no Instituto de Informática da PUC-Campinas, foram integrados como colaboradores ao mestrado em Ciência da Informação. Ocorreu, também, a transferência de alunos para o mestrado em Ciência da Informação.

Até a data de coleta das informações referentes ao Mestrado⁸, julho de 2004, a área de concentração não sofreu mais alterações, assim como as linhas de pesquisa. O objetivo principal do Mestrado é “formar pesquisadores, habilitando-os ao trabalho com temas relativos à Administração da Informação, tratados na perspectiva da Ciência da Informação”.

As linhas de pesquisa encontram-se definidas da seguinte forma:

- Gestão de Serviços de Informação: envolve os processos, procedimentos, teorias e técnicas necessários à concepção, implementação e avaliação das unidades de informação. As teorias de administração são abordadas e apropriadas para os fins específicos da Ciência da Informação;
- Produção e Disseminação da Informação: envolve os processos, procedimentos, teorias e técnicas necessárias à concepção e avaliação de produtos informacionais. Nesse sentido, discute criticamente a cadeia de produção, circulação e uso da informação pelos distintos segmentos socioculturais.

As disciplinas obrigatórias são: administração de sistemas de informação; conceitos e métodos da ciência da informação; gestão do conhecimento e da informação; e pesquisa em ciência da informação. As disciplinas do tronco comum

⁸ Informações extraídas do *site* do Programa. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br/pos/curso.asp?id=2>>. Acesso em: 12 jul. 2004.

são: métodos quantitativos em ciência da informação; produção do texto de pesquisa; estudos avançados em ciência da informação; seminários de pesquisa em ciência da informação; e seminários em ciência da informação.

As disciplinas optativas da linha de pesquisa “Gestão de Serviços de Informação” são: administração de recursos humanos em sistemas de informação; marketing em ambientes informacionais; planejamento estratégico em unidades de informação; e recursos informacionais na gestão de negócios.

As disciplinas optativas na linha de pesquisa “Produção e Disseminação de Informação” são: técnicas de mensuração da informação; fundamentação lingüística no tratamento da informação; estudos de usuários em sistemas de informação; sistemas de recuperação da informação; estruturas e linguagens de representação da informação; economia da informação e da comunicação; e tecnologias de acesso à informação orientadas ao usuário.

O Quadro 7 mostra, de forma sintetizada, as alterações de áreas de concentração e linhas de pesquisa no decorrer das atividades do Mestrado, isto é, de 1977 até julho de 2004.

Quadro 7. Áreas de concentração e linhas de pesquisa do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas (1977-2004)

Período	Área de concentração	Linha de pesquisa
1977-1981	Metodologia do Ensino de Biblioteconomia	**
1982-1982	Educação em Biblioteconomia *	**
1982-1989	Planejamento e Administração de Sistemas de Informação	1) Desenvolvimento e Administração de Programas de Leitura; 2) Educação em Biblioteconomia; 3) Filosofia/História da Biblioteconomia; 4) Planejamento e Administração de Serviços de Informação
1990-1996	Planejamento e Administração de Sistemas de Informação	1) Administração de Serviços de Bibliotecas, Arquivos e Informação; 2) Desenvolvimento e Administração e Programas de Leitura; 3)Filosofia/História da Biblioteconomia

Período	Área de concentração	Linha de pesquisa
1997-1998	Planejamento e Administração de Sistemas de Informação	1) Administração de Serviços de Bibliotecas, Arquivos e Informação; 2) Filosofia e História da Biblioteconomia; 3) Informação Industrial e Negócios; 4) Planejamento e Administração de Programas de Leitura
1999-2000	Planejamento e Administração de Sistemas de Informação	1) Administração de Serviços de Bibliotecas, Arquivos e Informação; 2) Informação Industrial e Negócios; 3) Planejamento e Administração de Programas de Leitura
2001-atual	Administração da Informação	1) Gestão de Serviços de Informação; 2) Produção e Disseminação da Informação

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Notas: * área excluída por haver apenas um candidato inscrito
** linha de pesquisa não identificada ou não havia linha de pesquisa

As principais mudanças ocorreram em 1982, com a substituição da área de concentração “Metodologia do Ensino de Biblioteconomia” pela de “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”, e em 2001, pela área de concentração “Administração da Informação”. Outras alterações ocorreram no Mestrado, como a inclusão da linha de pesquisa “Informação Industrial e Negócios”, a partir de 1997, e o acréscimo ou exclusão de disciplinas, porém, essas mudanças não foram estruturais. O Quadro 8 sintetiza as denominações do Mestrado.

Quadro 8. Denominações do Mestrado em Ciência da informação da PUC-Campinas (1977-2004)

Período	Denominação do Programa
1977-1991	Mestrado em Biblioteconomia
1992-2002	Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação
2003-atual	Mestrado em Ciência da Informação

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Em suma, os principais acontecimentos da história do Mestrado foram: no período de 1977-1981 a área de concentração era “Metodologia do Ensino de

Biblioteconomia”, que visava à formação de docentes para diversas universidades e faculdades do Brasil. Em 1982, foi implantada a área de concentração “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”, cujas linhas de pesquisa eram: Desenvolvimento e Administração de Programas de Leitura, Filosofia/História da Biblioteconomia, Educação em Biblioteconomia, Planejamento e Administração de Serviços de Informação.

Foi estipulado, em 1989, o prazo de 3 anos para a elaboração da dissertação, com no máximo 2 anos de prorrogação. Neste mesmo ano, o curso criou a “Revista Transinformação”, em atividade até a presente data, para divulgar as pesquisas realizadas pelos especialistas da área.

Em 1988 havia interesse do Mestrado em conhecer seu corpo discente, para tanto, em pesquisa realizada, foi possível identificar que a maioria do corpo discente, ao ingressar no curso, já atuava no mercado de trabalho; os egressos que não estavam atuando passaram a atuar no mercado de trabalho e os que já tinham vínculos profissionais, alcançaram, em vários casos, progressão na carreira.

Em 1991, ocorreu uma discussão importante sobre a estrutura curricular e conteúdo do curso e sua adequação ao profissional que se pretendia formar, questionando-se, ainda o próprio objetivo do curso: formar administradores de sistemas de informação ou profissionais capacitados para a docência.

Em 1992, o nome do curso foi modificado para “Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação”, sem alteração da proposta curricular. Neste mesmo ano foi consolidado curso de especialização e iniciam-se as discussões para a abertura do programa de doutorado.

Em 1998 é feito um convênio para implantação, em abril de 1999, de um Mestrado Interinstitucional com a UFPR, e mais quatro Instituições receptoras: UFPG, UEM, UNIOESTE e PUC-Curitiba.

No ano de 2001, uma nova reestruturação curricular entrou em vigor, com o objetivo de formar profissionais para atuar no ensino e pesquisa em Ciência da Informação e na gerência de unidades de informação, para tanto, a área de concentração passa a ser “Administração da Informação”.

Após descrição do percurso histórico do Programa, a seção seguinte traz a análise e discussão dos dados referentes ao perfil dos egressos (junho/2004) e alunos matriculados (setembro/2004).

6 PERFIL DOS EGRESSOS E ALUNOS MATRICULADOS

"Quando todos pensam da mesma maneira,
ninguém pensa grande coisa."
(Walter Lippman)

O perfil dos alunos (egressos e matriculados) foi traçado com base nos dados do arquivo da Secretaria do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da PUC-Campinas. Os dados sobre os egressos foram coletados em julho de 2004, tendo sido consideradas todas as dissertações defendidas no programa, desde a primeira, em 1980, até junho de 2004, totalizando 234 defesas.

Os dados sobre os alunos matriculados no segundo semestre de 2004, um total de 60, foram coletados em setembro de 2004.

Os nomes dos egressos foram localizados no arquivo através de lista fornecida pela Secretaria, em que constavam o nome do ex-aluno, o título da dissertação, o orientador, a banca, a data de defesa e o conceito recebido. Esta lista serviu como guia para localizar as pastas dos egressos no arquivo, constituído de pastas de alunos que concluíram o curso, juntamente com pastas de desistentes e de candidatos que participaram do processo seletivo, mas não ingressaram no Mestrado.

Ressalta-se que, no arquivo, não foi possível coletar os dados de 33 egressos, pois não foram encontradas as respectivas pastas. Procurou-se, então recorrer a outra fonte, a de Currículos Lattes (CNPq), tendo sido, localizados apenas dados parciais sobre 9 egressos,

Não foi possível coletar todas as informações necessárias na documentação disponível no arquivo, por não haver padronização nas pastas dos egressos; para suprir as lacunas, verificou-se no Currículo Lattes dos egressos as

informações faltantes, embora o resultado não seja plenamente satisfatório, uma vez que alguns ex-alunos não tinham seus currículos cadastrados ou as informações não estavam completas.

Desse modo, do total de 234 egressos, foram coletados e analisados os dados correspondentes a 210 egressos. Os dados foram transcritos para uma ficha denominada "Perfil dos egressos", com as seguintes categorias de informações: nome do egresso, curso de graduação, ano e instituição de formação, estado de origem, sexo, docente (se já atuava como docente ao ingressar no Mestrado), ano de ingresso e formação no Mestrado e tipo de bolsa recebida (se recebeu bolsa, qual foi a instituição de fomento). Os mesmos dados foram coletados das pastas dos alunos matriculados até setembro de 2004, com exceção do ano de formação no Mestrado, sendo que os dados foram transcritos para uma ficha denominada "Perfil dos alunos matriculados".

A Tabela 9 mostra a distribuição, por ano, do número de dissertações defendidas no Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas.

Tabela 9. Dissertações defendidas no Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas (1980-2004)

Ano da defesa	Número de defesas
1980	4
1981	7
1983	3
1984	2
1985	2
1986	3
1987	3
1988	5
1989	12
1990	10
1991	7
1992	9

Ano da defesa	Número de defesas
1993	8
1994	10
1995	14
1996	5
1997	15
1998	11
1999	15
2000	11
2001	27
2002	9
2003	21
2004*	21
Total	234

Fonte: Relação das dissertações defendidas no Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, 2004. Documento fornecido pela Secretaria do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas. (Adaptado pela autora, 2004).

Nota: * 1º. semestre de 2004

Segundo a tabela acima, as primeiras dissertações foram defendidas em 1980. Nota-se que em 1982 não houve nenhuma defesa.

Até o ano de 1988, o número de dissertações defendidas variou entre 2 a 7. A partir de 1989 o número de defesas começou a crescer, com um pequeno declínio em 1996, quando 5 dissertações foram defendidas. A partir de 1997, o número de dissertações defendidas foi sempre superior a 10 ao ano.

Em 2001 ocorreram 27 defesas. Do período de 1999 a 2001, houve o Mestrado Interinstitucional (MINTER) em convênio com a Universidade Federal do Paraná, conseqüentemente, aumentando o número de alunos que defenderiam em 2001. Neste período, 17 alunos participaram do MINTER.

No ano de 2002 ocorreu um declínio no número de dissertações defendidas. Após análise do histórico do curso, nota-se que em 1999 três docentes deixaram o Mestrado.

Em 2003, 27 alunos do programa de mestrado em “Gestão de Sistemas de Informação” (GSI), do Instituto de Informática da PUC-Campinas, foram transferidos para o mestrado em Ciência da Informação, com prazo diferenciado para o término da dissertação. Isso se reflete no número de defesas ocorridas no primeiro semestre de 2004, 21 defesas, número idêntico ao total de defesas do ano de 2003.

A Tabela 10 apresenta o número de dissertações defendidas no programa, conforme a mesma periodização utilizada na seção anterior.

Tabela 10. Periodização das grandes mudanças no Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas

Período	Freqüência	%
Dados não identificados	18	6,67
1977-1981	10	3,70
1982-2000	150	55,56
2001-2004*	92	34,07
Total	270	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nota: *até setembro de 2004

Nesta Tabela, a “Freqüência” corresponde ao número de egressos e alunos matriculados, nos respectivos períodos. No período de 1977-1981 (5 anos) houve 10 egressos, provavelmente pelo fato de o Mestrado estar ainda no início.

O período de 1982-2000 (19 anos) engloba o total de 150 egressos. De 2001 até setembro de 2004 (4 anos), 92 egressos/egressos/alunos matriculados participaram desse Mestrado.

Ao comparar os períodos 1982-2000 e 2001-2004, nota-se que a partir de 2001 a procura pelo curso aumentou. De fato, o número de alunos de 2001 até o momento (4 anos), corresponde a mais da metade dos alunos do período de 1982-2000 (19 anos).

A Tabela 11 demonstra, por década, o ingresso de alunos no curso, lembrando que no período de 1997-2004 não se completou uma década, apenas 8 anos.

Tabela 11. Periodização por década

Periodização por década	Frequência	%
Dados não identificados	18	6,67
1977-1986	33	12,22
1987-1996	71	26,30
1997-2004*	148	54,81
Total	270	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nota: *não completou um década

Esta Tabela indica o crescimento de ingressantes no curso, pois na primeira década a incidência foi de 33 alunos (12,22%), na segunda de 71 alunos (26,30%) e na terceira, que não completou uma década, a incidência foi de 148 alunos (54,81%). Portanto, o curso cresceu, fato que também se evidencia nos dados de demanda do Curso, apresentados a seguir. Conforme informações da Secretaria do Programa, não há registro de demanda dos anos anteriores a 2001; o número de matriculados anualmente, no período de 2001-2005 é de 20 alunos, número máximo de vagas disponíveis. Nota-se que dados de 18 egressos não puderam ser identificados, por falta de registro na documentação do Curso, o que impede a identificação do período em que se inserem.

Tabela 12. Demanda do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas de 2001-2005

Ano	Inscritos
2001	32
2002	28
2003	45
2004	43
2005	33

Fonte: dados fornecidos pela Secretaria do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas (adaptado pela autora, 2005).

A partir da ficha de coleta de dados dos egressos e alunos matriculados até setembro de 2004, foi possível criar as seguintes Tabelas: formação de graduação, formação de graduação por grande área de conhecimento, ano de formação de graduação, década de formação de graduação, instituição de formação de graduação, tipo de instituição de formação, estado de origem, região brasileira de origem, sexo, egressos e alunos que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado, permanência no Mestrado (somente para os egressos), tipo de bolsa recebida.

Para a tabulação dos dados, os seguintes procedimentos foram seguidos: foram tabulados os dados referentes aos egressos (1977-2003), aos alunos matriculados até setembro de 2004 e por período. O período refere-se às transformações estruturais ocorridas no curso, sendo que o 1º período abrange os anos de 1977 a 1981, o 2º período corresponde aos anos de 1982 a 2000 e o 3º período inicia-se a partir de 2001 (Tabela 10). Para a periodização, foi considerado o ano de ingresso do aluno.

Na tabulação dos dados sobre a formação de graduação, considerou-se a primeira formação para os egressos e alunos matriculados que tinham mais de uma formação acadêmica. Nas Tabelas sobre a formação de graduação, transcreveu-se

o nome do curso conforme dados coletados na documentação dos egressos e alunos matriculados.

Para melhor visualização e compreensão de todas as Tabelas referentes à formação de graduação, os diversos cursos foram agrupados por área de conhecimento geral, conforme as categorias de carreiras do Ministério da Educação e Cultura (MEC), disponíveis no *site*⁹ desta instituição. As áreas de conhecimentos estão divididas da seguinte maneira:

- Ciências Biológicas e da Saúde: Biomedicina, Ciências Biológicas, Economia Doméstica, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional;
- Ciências Exatas e da Terra: Ciências Agrárias, Estatística, Física, Geologia, Matemática, Medicina, Veterinária, Oceanografia e Química;
- Ciências Humanas e Sociais: Artes Cênicas, Artes Visuais, Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Geografia, História, Letras, Música, Pedagogia e Psicologia. A esta área acrescentou-se "Teologia" e "Artes Plásticas";
- Ciências Sociais Aplicadas: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências da Informação, Comunicação Social, Hotelaria, Serviço Social, Secretariado Executivo e Turismo. A esta área acrescentou-se "Relações Públicas" e "Análise de Sistemas Contábeis";
- Engenharias e Tecnologias: Arquitetura e Urbanismo, Computação e Informática, Design, Engenharias e Meteorologia. A esta área acrescentou-se "Desenho Industrial" e "Tecnologia em Processamento de Dados";
- Licenciaturas: licenciaturas de modo geral.

No que se refere aos dados sobre o tipo de instituição de ensino superior, utilizou-se o critério do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

⁹ www.portal.mec.gov.br

Anísio Teixeira (INEP¹⁰), que divide as instituições segundo a legislação em vigor, da seguinte maneira:

- **Universidades:** instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão;
- **Universidades Especializadas:** instituições de educação superior, públicas ou privadas, especializadas em um campo do saber como, por exemplo, Ciências da Saúde ou Ciências Sociais, nas quais são desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em áreas básicas ou aplicadas;
- **Centros Universitários:** instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar;
- **Centros Universitários Especializados:** instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar;
- **Faculdades Integradas e Faculdades:** instituições de educação superior, públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino;
- **Institutos Superiores ou Escolas Superiores:** instituições de educação superior, públicas ou privadas, com finalidade de ministrar cursos nos vários níveis

¹⁰ http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm

(seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão);

- Centros de Educação Tecnológica: instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada.

Para esta pesquisa, utilizaram-se apenas duas categorias: instituição pública e instituição privada, sem considerar os diferentes tipos dentro de cada uma dessas duas categorias. O interesse é saber apenas o tipo de instituição de que provém o corpo discente do Mestrado.

Nos dados tabulados sobre o “Tipo de bolsa recebida”, a bolsa “CAPES” engloba tanto a bolsa integral (CAPES modalidade I), a parcial (CAPES modalidade II), a PICDT (Programa Institucional de Capacitação Docente) e a MINTER (Programa Mestrado Interinstitucional). As bolsas CAPES, modalidades I e II, anteriormente “Programa CAPES Demanda Social”, chamam-se atualmente “CAPES PROSUP” (Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares). A bolsa “PUC” refere-se aos funcionários administrativos, técnicos ou docentes da instituição que receberam bolsa de estudo da própria instituição.

Nas próximas seções são apresentadas as Tabelas e interpretações dos dados coletados, divididos em egressos, alunos matriculados no Mestrado e por períodos, isto é, período de 1977-1981, período de 1982-2000 e período a partir de 2001.

6.1 Egressos

Os dados a seguir referem-se aos egressos (210) do Mestrado, ou seja, os alunos que defenderam suas dissertações até junho de 2004.

Tabela 13. Formação de graduação dos egressos

Graduação	Freqüência	%
Dados não identificados	4	1,90
Administração	11	5,24
Análise de Sistemas	1	0,48
Análise de Sistemas Contábeis	1	0,48
Arquitetura e Urbanismo	1	0,48
Arquivologia	1	0,48
Artes Plásticas	2	0,95
Biblioteconomia	120	57,14
Biblioteconomia e Documentação	32	15,24
Ciências Biológicas	1	0,48
Desenho Industrial	1	0,48
Direito	1	0,48
Economia	5	2,38
Educação Física	1	0,48
Engenharia Civil	1	0,48
Engenharia Eletrônica e de Telecomunicação	1	0,48
Estatística	1	0,48
Fonoaudiologia	1	0,48
Letras	5	2,38
Licenciatura em Ciências	1	0,48
Matemática	2	0,95
Nutrição	1	0,48
Pedagogia	3	1,43
Psicologia	2	0,95
Relações Públicas	1	0,48
Tecnologia em Processamento de Dados	6	2,86
Teologia	1	0,48
Turismo	2	0,95
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Alguns cursos sofreram modificações em sua denominação, como por exemplo, “administração”, “administração de empresas” e “ciências administrativas”, aqui consideradas somente como “administração”; “economia” e “ciências econômicas”, considerada como “economia”; “processamento de dados” considerada como “tecnologia em processamento de dados”.

Na Tabela 13, o maior destaque é para a “Biblioteconomia” (120 egressos), ou seja, 57,14%. Logo em seguida está a “Biblioteconomia e Documentação” (32 egressos), isto é, 15,24%. Para fins de tabulação de dados, separaram-se estas duas formações conforme as informações coletadas, porém, entende-se que estas duas formações podem ser consideradas como a mesma, dessa forma, totalizando 152 bibliotecários (72,58%). A segunda formação, “Administração”, equivale a 5,24%. Percebe-se a predominância de bibliotecários no Mestrado, apesar da diversificação das graduações.

Tabela 14. Formação de graduação dos egressos por grande área do conhecimento

Área do conhecimento	Freqüência	%
Dados não identificados	4	1,90
Ciências Biológicas e da Saúde	4	1,90
Ciências Exatas e da Terra	3	1,43
Ciências Humanas e Sociais	14	6,67
Ciências Sociais Aplicadas	173	82,38
Engenharias e Tecnologias	11	5,24
Licenciaturas	1	0,48
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Esta Tabela mostra que a área de “Ciências Sociais Aplicadas”, com 173 formações, corresponde a 82,38%, ou seja, é a área do conhecimento que mais procurou o Mestrado.

Tabela 15. Ano de formação de graduação dos egressos

Ano de formação	Frequência	%
Dados não identificados	8	3,81
1954	1	0,48
1961	1	0,48
1964	1	0,48
1967	1	0,48
1968	2	0,95
1969	3	1,43
1970	1	0,48
1971	6	2,86
1972	6	2,86
1973	5	2,38
1974	4	1,90
1975	4	1,90
1976	7	3,33
1977	8	3,81
1978	5	2,38
1979	8	3,81
1980	9	4,29
1981	6	2,86
1982	10	4,76
1983	4	1,90
1984	9	4,29
1985	7	3,33
1986	7	3,33
1987	5	2,38
1988	6	2,86
1989	6	2,86
1990	3	1,43
1991	4	1,90
1992	10	4,76
1993	6	2,86
1994	7	3,33
1995	8	3,81
1996	8	3,81
1997	7	3,33
1998	8	3,81
1999	5	2,38

(continua)

Ano de formação	Frequência	%
2000	4	1,90
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Os anos que mais se destacam são 1982 e 1992, com 10 egressos cada (4,76%). A fim de visualizar de forma mais clara os dados sobre o ano de formação, que são muito variados, optou-se por condensar as informações por década, conforme Tabela a seguir.

Tabela 16. Década de formação de graduação dos egressos

Década	Frequência	%
Dados não identificados	8	3,81
1950-1959	1	0,48
1960-1969	8	3,81
1970-1979	54	25,71
1980-1989	69	32,86
1990-1999	66	31,43
2000-2004*	4	1,90

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nota: *não completou uma década

A década de maior incidência de formação de graduação dos egressos é 1980-1989, com 69 egressos (32,86%). Logo em seguida vem a década de 1990-1999, com 66 egressos (31,43%). A década de 1970-1979 tem 54 egressos (25,71%). Portanto, a formação de graduação dos egressos concentra-se no período de 1970-1990.

Tabela 17. Instituição de formação dos egressos

Instituição	Frequência	%
Dados não identificados	9	4,29
Centro de Ensino Superior de São Carlos	1	0,48
Centro Universitário Santanna	1	0,48

Instituição	Frequência	%
Escola Central de Nutrição	1	0,48
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	27	12,86
Faculdade Adventista de Teologia	1	0,48
Faculdade de Administração de Empresa de Catanduva	1	0,48
Faculdade de Belas Artes de São Paulo	1	0,48
Faculdade de Ciências e Letras <i>Sedes Sapientiae</i>	1	0,48
Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro	1	0,48
Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel	1	0,48
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União Vitória	1	0,48
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio	1	0,48
Faculdade Dom Bosco	1	0,48
Faculdade e Filosofia Ciências e Letras de Moema	1	0,48
Faculdade Estácio de Sá	1	0,48
Faculdades Associadas de São Paulo	1	0,48
Faculdades Integradas de Uberaba	1	0,48
Faculdades Integradas Santa Teresa D'Avila	5	2,38
Faculdades Teresa Martin	1	0,48
Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei	1	0,48
Fundação de Ensino Superior do Oeste de Minas Gerais	2	0,95
Fundação de Estudos Sociais do Paraná	1	0,48
Fundação Educacional Comunitária Formiguense	2	0,95
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	8	3,81
Fundação Karnin Bazarian – Faculdades Integradas de Itapetininga	1	0,48
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	39	18,57
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1	0,48
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	0,48
União Educacional de Cascavel	1	0,48
União Educacional do Planalto Central	1	0,48
Universidade Anhembi-Morumbi	1	0,48
Universidade Católica Dom Bosco	1	0,48
Universidade de Franca	1	0,48
Universidade Federal de Minas Gerais	2	0,95
Universidade de Mogi das Cruzes	1	0,48
Universidade de Osasco	1	0,48
Universidade de São Paulo	1	0,48
Universidade de Uberaba	2	0,95
Universidade do Amazonas	1	0,48
Universidade do Estado de Santa Catarina	5	2,38
Universidade do Rio de Janeiro	1	0,48
Universidade Estadual de Campinas	1	0,48

Instituição	Frequência	%
Universidade Estadual de Londrina	27	12,86
Universidade Estadual de Maringá	1	0,48
Universidade Estadual de Ponta Grossa	3	1,43
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	1	0,48
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	1	0,48
Universidade Estadual Paulista	11	5,24
Universidade Federal da Bahia	4	1,90
Universidade Federal da Paraíba	1	0,48
Universidade Federal de Goiás	1	0,48
Universidade Federal de Pernambuco	2	0,95
Universidade Federal de Santa Catarina	3	1,43
Universidade Federal do Ceará	1	0,48
Universidade Federal do Espírito Santo	1	0,48
Universidade Federal do Maranhão	5	2,38
Universidade Federal do Pará	1	0,48
Universidade Federal do Paraná	2	0,95
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3	1,43
Universidade Federal Fluminense	1	0,48
Universidade Federal Santa Maria	1	0,48
Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal	1	0,48
Universidade Paulista	1	0,48
Universidade Santa Úrsula	3	1,43
Universidade São Francisco	1	0,48
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nesta Tabela, a instituição que mais se destaca é a “Pontifícia Universidade Católica de Campinas” (18,37%). Logo em seguida vêm a “Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos” (12,86%) e a “Universidade Estadual de Londrina” (12,86%). Verificou-se que essas três instituições possuem curso de Biblioteconomia, formação que mais se destaca entre os egressos.

Tabela 18. Tipo de instituição de graduação dos egressos

Tipo de Instituição	Frequência	%
Dados não identificados	9	4,29
Instituição Pública	106	50,48
Instituição Privada	95	45,24
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Quanto à análise do “Tipo de instituição de graduação dos egressos”, verificou-se maior incidência da Instituição Pública, com 50,48%.

Tabela 19. Estado de origem dos egressos

Estado	Frequência	%
Dados não identificados	14	6,67
AL	1	0,48
AM	1	0,48
BA	4	1,90
CE	1	0,48
ES	1	0,48
MA	3	1,43
MG	15	7,14
MS	1	0,48
MT	1	0,48
PA	2	0,95
PE	3	1,43
PR	33	15,71
RJ	6	2,86
RN	1	0,48
RS	8	3,81
SC	7	3,33
SP	108	51,43
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Na Tabela sobre o “Estado de origem dos egressos”, identificou-se a maior incidência em São Paulo (51,43%). O estado do Paraná obteve 15,71% e o estado de Minas Gerais obteve 7,14%. O estado de origem refere-se ao estado de

nascimento.

Tabela 20. Região brasileira de origem dos egressos

Região brasileira	Frequência	%
Dados não identificados	14	6,67
Centro-Oeste	2	0,95
Nordeste	13	6,19
Norte	3	1,43
Sudeste	130	61,90
Sul	48	22,86
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Para melhor visualização dos dados referentes ao estado origem dos egressos, optou-se por tabular os dados de acordo com as regiões brasileiras.

A região Sudeste apresenta a maior incidência, com 130 egressos, o que corresponde a 61,90%. A região Sul apresenta 48 egressos, ou seja, 22,86%.

Tabela 21. Sexo dos egressos

Sexo	Frequência	%
Feminino	172	81,90
Masculino	38	18,10
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nesta Tabela, o sexo “Feminino” se destaca com 172 egressos (81,90%). O sexo “Masculino” apresenta 38 egressos (18,10%).

Tabela 22. Egressos que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado

Docente	Frequência	%
Dados não identificados	27	12,86
Sim	81	38,57
Não	102	48,57
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nesta Tabela, assim como nas demais, considerou-se como “docente” o indivíduo que atua como professor, seja em nível fundamental, médio ou superior.

Dos 210 egressos, foi possível identificar que 81 (38,57%) já atuavam como docentes e 102 (48,57%) não atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado.

Tabela 23. Permanência dos egressos no Mestrado

Permanência	Frequência	%
Dados não identificados	21	10,00
1 ano	10	4,76
2 anos	101	48,10
3 anos	41	19,52
4 anos	8	3,81
5 anos	14	6,67
6 anos	8	3,81
7 anos	3	1,43
8 anos	2	0,95
11 anos	1	0,48
12 anos	1	0,48
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Os egressos que concluíram o curso em 2 anos correspondem a 48,10%. Em 3 anos, 19,52% dos egressos concluíram o curso. A partir de 1988 foi estipulado pelo Mestrado o prazo máximo de 3 anos para término do curso, com direito a prorrogação de no máximo 2 anos.

Notou-se que a partir de 1990 a frequência de alunos que terminaram o curso em 2 anos é maior, provavelmente pelo fato de que as instituições de fomento concedem bolsas de estudo pelo prazo máximo de 2 anos. Atualmente, o tempo máximo para titulação, no mestrado, determinado pela CAPES é de 30 meses (2 anos e meio).

Ressalta-se que, para tabular os dados referentes ao tempo de permanência, o ideal seria fazer a contagem por meses, o que de fato, identificaria o período correto de permanência. Porém, na impossibilidade de identificar corretamente esta informação, optou-se por tabular os dados por ano.

Tabela 24. Tipo de bolsa recebida pelos egressos

Tipo de bolsa	Frequência	%
Dados não identificados	22	10,48
Não bolsistas	34	16,19
CAPES	96	45,71
CNPq	46	21,90
EMBRAPA	3	1,43
FAPESP	1	0,48
PUC	8	3,81
Total	210	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A instituição de fomento que mais concedeu bolsa aos egressos foi a CAPES, com 96 bolsas (45,71%).

6.2 Alunos matriculados no Mestrado

Os dados a seguir referem-se aos alunos matriculados (60) no Mestrado em setembro de 2004, período em que os dados foram coletados.

Tabela 25. Formação de graduação dos alunos matriculados

Graduação	Frequência	%
Administração	11	18,33
Análise de Sistemas	4	6,67
Biblioteconomia	15	25,00
Ciência da Computação	4	6,67
Ciências Contábeis	2	3,33
Ciências Sociais	1	1,67
Comunicação Social	1	1,67
Direito	1	1,67
Economia	5	8,33
Engenharia da Computação	1	1,67
Engenharia de Minas	1	1,67
Engenharia Elétrica	1	1,67
Engenharia Industrial Elétrica	1	1,67
Fisioterapia	1	1,67
História	1	1,67
Letras	3	5,00
Matemática	2	3,33
Pedagogia	1	1,67
Tecnologia em Processamento de Dados	4	6,67
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A Tabela 25 demonstra a diversificação da formação de graduação dos alunos matriculados. A formação que mais se destaca é “Biblioteconomia”, com 15 alunos, ou seja, 25%. Logo em seguida está “Administração”, com 11 alunos, isto é, 18,33%. As outras formações variam entre 1 a 5 alunos.

Nesta Tabela, bem como na Tabela 13, “Formação de graduação dos egressos”, o maior destaque é para “Biblioteconomia”, talvez pela própria essência do curso, que teve sua origem nessa área.

A “Administração” também é uma área muito presente na formação de graduação dos alunos matriculados e, também, na dos egressos. A interdisciplinaridade da Administração com a Ciência da Informação está presente na área de concentração desde o início do curso (Planejamento e Administração de

Sistemas de Informação), bem como nas disciplinas (Administração de Sistemas de Informação, Administração de Recursos Humanos em Sistemas de Informação, Planejamento Estratégico em Unidades de Informação, por exemplo).

Tabela 26. Formação de graduação dos alunos matriculados por grande área do conhecimento

Área do conhecimento	Freqüência	%
Ciências Biológicas e da Saúde	1	1,67
Ciências Exatas e da Terra	2	3,33
Ciências Humanas e Sociais	7	11,67
Ciências Sociais Aplicadas	34	56,67
Engenharias e Tecnologias	16	26,67
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A análise dos dados, mostra a procura de graduados da área de “Ciências Sociais Aplicadas” pela Ciência da Informação, que também é uma ciência social aplicada. Esta área se destaca com 56,67% do total. A área “Engenharias e Tecnologias”, com 26%,67, é fato novo.

Na Tabela 14, “Formação de graduação dos egressos por grande área do conhecimento”, a área que mais se destacou também foi “Ciências Sociais Aplicadas”, com 82,38%.

Tabela 27. Ano de formação de graduação dos alunos matriculados

Ano de formação	Freqüência	%
Dados não identificados	1	1,67
1973	1	1,67
1975	1	1,67
1977	1	1,67
1978	1	1,67
1981	3	5,00
1982	1	1,67

Ano de formação	Frequência	%
1984	1	1,67
1985	2	3,33
1986	1	1,67
1987	3	5,00
1988	1	1,67
1990	2	3,33
1991	4	6,67
1992	3	5,00
1993	2	3,33
1994	1	1,67
1995	2	3,33
1996	4	6,67
1997	3	5,00
1998	3	5,00
1999	4	6,67
2000	3	5,00
2001	6	10,00
2002	4	6,67
2003	2	3,33
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O ano de 2001 foi o que mais se destacou, com 6 alunos, isto é, 10%. Para facilitar a análise dos dados referentes ao ano de formação dos alunos, que são muito variados, condensaram-se as informações por década, conforme Tabela 28.

Tabela 28. Década de formação de graduação dos alunos matriculados

Década	Frequência	%
Dados não identificados	1	1,67
1970-1979	4	6,67
1980-1989	12	20,00
1990-1999	28	46,67
2000*	15	25,00
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nota: *não completou uma década

A maior incidência da década de formação da graduação é 1990-1999, com 46,67% e, logo após, 2000, com 25%. Isso pode indicar que os alunos que procuram a pós-graduação, ao menos na área de Ciências Sociais Aplicadas, ingressam após alguns anos de formação em programas de pós-graduação.

Tabela 29. Instituição de formação dos alunos matriculados

Instituição	Frequência	%
Centro Regional Universitário Espírito Santo do Pinhal	1	1,67
Centro Universitário de Votuporanga	2	3,33
Centro Universitário Luterano de Palmas	1	1,67
Escola de Biblioteconomia de Formiga	1	1,67
Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Sorocaba	1	1,67
Faculdade de Ciências Econômicas de Vitória	1	1,67
Faculdade de Filosofia de Sorocaba	1	1,67
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre	1	1,67
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André	1	1,67
Faculdades Associadas de São Paulo	1	1,67
Faculdades Metropolitanas Unidas	1	1,67
Faculdades Objetivo	1	1,67
Faculdades São Camilo	1	1,67
Faculdades Teresa Martin	1	1,67
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	1	1,67
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	21	35,00
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	1,67
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1	1,67
Sociedade Objetivo em Ensino Superior	1	1,67
Universidade de São Paulo	2	3,33
Universidade Estadual de Londrina	1	1,67
Universidade Estadual Paulista	2	3,33
Universidade Federal de Goiás	1	1,67
Universidade Federal de Minas Gerais	1	1,67
Universidade Federal de Viçosa	1	1,67
Universidade Federal do Espírito Santo	2	3,33
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	1,67
Universidade Federal Fluminense	1	1,67
Universidade Ibirapuera	1	1,67

Instituição	Frequência	%
Universidade Metodista de Piracicaba	2	3,33
Universidade Padre Anchieta	1	1,67
Universidade Paulista	2	3,33
Universidade Sant'Anna	1	1,67
Universidade São Judas Tadeu	1	1,67
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A partir desta Tabela, notou-se a diversidade de instituições de formação dos alunos, com maior destaque para a “Pontifícia Universidade Católica de Campinas”, com 21 alunos, correspondendo a 35%. Esta instituição também se destaca nos dados referentes aos egressos (Tabela 17). Este fato mostra que o Mestrado desperta o interesse dos egressos dos cursos de graduação da PUC-Campinas em darem continuidade aos estudos de pós-graduação na mesma instituição.

Tabela 30. Tipo de instituição de graduação dos alunos matriculados

Tipo de Instituição	Frequência	%
Instituição Pública	12	20,00
Instituição Privada	48	80,00
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Dos alunos matriculados, 80% provêm do tipo Instituição Privada, o que difere da análise da Tabela 18, “Tipo de instituição de graduação dos egressos”, em que 50,48% dos ex-alunos provêm de Instituição Pública.

Tabela 31. Estado de origem dos alunos matriculados

Estado	Frequência	%
Dados não identificados	15	25,00
ES	4	6,67
GO	2	3,33
MG	5	8,33
PI	1	1,67
PR	2	3,33
RJ	1	1,67
RS	1	1,67
SP	28	46,67
TO	1	1,67
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O estado de origem com maior destaque é São Paulo (28 alunos), correspondendo a 46,67%. Os dados não identificados (15) correspondem a 25%.

Pelo fato de a PUC-Campinas estar sediada no estado de São Paulo, este pode ser considerado como um motivo da incidência deste estado. Com números menores, os estados de Minas Gerais (8,33%) e Espírito Santo (6,67%) também se fazem presentes.

Tabela 32. Região brasileira de origem dos alunos matriculados

Região brasileira	Frequência	%
Dados não identificados	15	25,00
Centro-Oeste	2	3,33
Nordeste	1	1,67
Norte	1	1,67
Sudeste	38	63,33
Sul	3	5,00
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Por meio desta Tabela, nota-se que a região brasileira que mais tem

procurado o Mestrado é a Sudeste (38 alunos), o que corresponde a 63,33%. Este dado indica que a PUC-Campinas tem servido à formação de pós-graduação da região Sudeste. Esta região também obteve maior destaque nos dados referentes aos egressos, conforme Tabela 20.

Tabela 33. Sexo dos alunos matriculados

Sexo	Freqüência	%
Feminino	23	38,33
Masculino	37	61,67
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Na Tabela acima, o sexo “Masculino” se destaca com 37 alunos, ou seja, 61,67%. Este dado se diferencia da Tabela 21, “Sexos dos egressos”, em que predomina o sexo “Feminino”, com 172 alunos, o que corresponde a 81,90%.

Tabela 34. Alunos matriculados que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado

Docente	Freqüência	%
Dados não identificados	12	20,00
Sim	23	38,33
Não	25	41,67
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Dos dados identificados, 25 alunos (41,67%) não atuavam como docentes e 23 alunos (38,33%) já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado.

Nesta tabela, não foram tabulados os dados referentes à permanência dos alunos no curso, pela própria natureza dos dados. Desse modo, indica-se apenas a data de ingresso, sem data de término.

Tabela 35. Tipo de bolsa recebida pelos alunos matriculados

Tipo de bolsa	Freqüência	%
Dados não identificados	02	3,33
Não bolsista	28	46,67
CAPES	13	21,67
CNPq	05	8,33
PUC	12	20,00
Total	60	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O número de alunos sem bolsa é 28 (46,67) e o total de alunos com bolsa corresponde a 30 alunos (50%). A instituição de fomento que mais concedeu bolsas foi a “CAPES” (13 bolsas), ou seja, 21,67%. Logo em seguida vem a bolsa PUC (12 bolsas) concedida aos funcionários da instituição para capacitação e aperfeiçoamento (docentes, bibliotecários, analistas entre outros), correspondendo a 20%. A bolsa “CNPq”, que exige dedicação exclusiva, foi concedida a 8,33% dos alunos (5 bolsas).

6.3 Período de 1977-1981

As Tabelas a seguir referem-se aos dados dos egressos do período de 1977-1981 (10), conforme periodização adotada nesta pesquisa.

Tabela 36. Formação de graduação (período 1977-1981)

Formação	Freqüência	%
Biblioteconomia	3	30,00
Biblioteconomia e Documentação	7	70,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nesta Tabela, que lista 10 alunos do período 1977-1981, notou-se que há

somente profissionais da área de Biblioteconomia. Isso possivelmente tenha ocorrido porque nesse período o curso era denominado “Mestrado em Biblioteconomia”, com disciplinas direcionadas para a formação de docentes para a área de Biblioteconomia.

Tabela 37. Formação de graduação por grande área do conhecimento (período 1977-1981)

Área do conhecimento	Frequência	%
Ciências Sociais Aplicadas	10	100,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

De acordo com a formação de graduação, a área do conhecimento “Ciências Sociais Aplicadas” era a única nesse período.

Tabela 38. Ano de formação de graduação (período 1977-1981)

Ano de formação	Frequência	%
Dados não identificados	1	10,00
1968	1	10,00
1969	1	10,00
1972	2	20,00
1973	1	10,00
1974	1	10,00
1977	1	10,00
1978	1	10,00
1980	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Esta Tabela indica a diversificação dos anos de formação dos egressos, destacando o ano de 1972, com 2 egressos (20%).

Tabela 39. Década de formação de graduação (período 1977-1981)

Década de formação	Frequência	%
Dados não identificados	1	10,00
1960-1969	2	20,00
1970-1979	6	60,00
1980*	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nota: *não completou uma década

A década de 1970 foi a que mais se destacou nesta Tabela, com 60% dos alunos, ou seja, 6 alunos.

Tabela 40. Instituição de formação (período 1977-1981)

Instituição de formação	Frequência	%
Dados não identificados	1	10,00
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	5	50,00
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	2	20,00
Universidade Federal da Bahia	1	10,00
Universidade Estadual Paulista	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Esta Tabela demonstra que a instituição que mais enviou alunos ao Mestrado foi a “Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos”, com 5 alunos. A “Pontifícia Universidade Católica de Campinas” teve 2 alunos.

Tabela 41. Tipo de instituição de graduação (período 1977-1981)

Tipo de Instituição	Frequência	%
Dados não identificados	1	10,00
Instituição Pública	7	70,00
Instituição Privada	2	20,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Esta Tabela indica que 7 egressos do período 1977-1981 procedem de Instituição Pública.

Tabela 42. Estado de origem (período 1977-1981)

Estado	Frequência	%
Dados não identificados	4	40,00
Bahia	1	10,00
São Paulo	5	50,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A Tabela sobre a origem dos alunos demonstra que 40% dos dados não puderam ser identificados pelo fato de a documentação não estar completa. O estado de São Paulo (5 alunos) foi o que mais se destacou, com 50%.

Tabela 43. Região brasileira de origem (período 1977-1981)

Região brasileira	Frequência	%
Dados não identificados	4	40,00
Nordeste	1	10,00
Sudeste	5	50,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A região brasileira que mais se destacou nesta Tabela foi a região Sudeste (5 alunos), com 50%.

Tabela 44. Sexo (período 1977-1981)

Sexo	Frequência	%
Feminino	10	100,00
Masculino	0	0,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O sexo dos alunos deste período é exclusivamente “Feminino”, com origem na Biblioteconomia, profissão tradicionalmente feminina.

Tabela 45. Alunos que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado (período 1977-1981)

Docente	Frequência	%
Dados não identificados	3	30,00
Sim	6	60,00
Não	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Esta Tabela indica que 60% dos profissionais do primeiro período (1977-1981) já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado e, provavelmente, buscaram no curso o título de mestre para consolidar sua carreira docente. Deve-se lembrar que um dos objetivos iniciais do Mestrado era o de formar docentes para atuarem na área de Biblioteconomia.

Tabela 46. Permanência no Mestrado (período 1977-1981)

Permanência	Frequência	%
2 anos	4	40,00
3 anos	1	10,00
4 anos	1	10,00
5 anos	1	10,00
6 anos	1	10,00
8 anos	1	10,00
11 anos	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Esta Tabela demonstra que 4 alunos permaneceram “2 anos” no Mestrado.

No tempo de permanência acima de 3 anos, houve um aluno em cada

período, respectivamente. Neste período (1977-1981) não havia registros de permanência rígidos, como os registros atuais, portanto, nestes casos podem ter ocorrido “trancamentos de matrícula” dos alunos e sua volta ao Curso como aluno novo, dessa forma, ultrapassando a média de tempo de permanência no Mestrado.

Ressalta-se que, para tabular os dados referentes ao tempo de permanência no Mestrado, o ideal seria fazer a contagem por meses, o que de fato, identificaria o período correto de permanência. Porém, na impossibilidade de identificar corretamente essa informação, optou-se por tabular os dados por ano.

Tabela 47. Tipo de bolsa recebida (período 1977-1981)

Tipo de bolsa	Frequência	%
Dados não identificados	2	20,00
Não bolsista	6	60,00
CPE - Coordenadoria de Projetos Especiais	1	10,00
CAPES	1	10,00
Total	10	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Neste período, somente dois alunos receberam bolsa (20%), 6 alunos não receberam bolsa (60%) e não foi possível identificar os dados de dois alunos (20%). Um aluno recebeu a bolsa “CPE - Coordenadoria de Projetos Especiais” e o outro recebeu a bolsa “CAPES”.

6.4 Período de 1982-2000

As Tabelas abaixo se referem aos dados relativos aos egressos do período de 1982-2000 (150), conforme a periodização das mudanças de área de concentração do Mestrado.

Tabela 48. Formação de graduação (período 1982-2000)

Formação	Frequência	%
Dados não identificados	1	0,67
Administração	5	3,33
Arquitetura e Urbanismo	1	0,67
Arquivologia	1	0,67
Artes Plásticas	2	1,33
Biblioteconomia	98	65,33
Biblioteconomia e Documentação	24	16,00
Desenho Industrial	1	0,67
Direito	1	0,67
Economia	1	0,67
Educação Física	1	0,67
Fonoaudiologia	1	0,67
Letras	3	2,00
Licenciatura em Ciências	1	0,67
Nutrição	1	0,67
Pedagogia	3	2,00
Psicologia	1	0,67
Relações Públicas	1	0,67
Tecnologia em Processamento de Dados	2	1,33
Teologia	1	0,67
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Os maiores destaques desta Tabela são “Biblioteconomia” (65,63%) e “Biblioteconomia e Documentação” (16%), ou seja, 122 bibliotecários, o que corresponde a 81,33% dos que cursaram o mestrado neste período.

Tabela 49. Formação de graduação por grande área do conhecimento (período 1982-2000)

Área do conhecimento	Frequência	%
Dados não identificados	1	0,67
Ciências Biológicas e Saúde	3	2,00
Ciências Humanas e Sociais	11	7,33
Ciências Sociais Aplicadas	130	86,67

(continua)

Área do conhecimento	Frequência	%
Engenharias e Tecnologias	4	2,67
Licenciaturas	1	0,67
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A área do conhecimento que mais se sobressaiu neste período foi a de “Ciências Sociais Aplicadas” (86,67%).

Tabela 50. Ano de formação de graduação (período 1982-2000)

Ano de formação	Frequência	%
Dados não identificados	2	1,33
1954	1	0,67
1961	1	0,67
1964	1	0,67
1967	1	0,67
1968	1	0,67
1969	2	1,33
1970	1	0,67
1971	5	3,33
1972	3	2,00
1973	2	1,33
1974	3	2,00
1975	4	2,67
1976	7	4,67
1977	5	3,33
1978	4	2,67
1979	8	5,33
1980	7	4,67
1981	5	3,33
1982	7	4,67
1983	3	2,00
1984	8	5,33
1985	6	4,00
1986	6	4,00
1987	3	2,00
1988	4	2,67
1989	3	2,00

(continua)

Ano de formação	Frequência	%
1990	1	0,67
1991	4	2,67
1992	10	6,67
1993	6	4,00
1994	4	2,67
1995	7	4,67
1996	5	3,33
1997	3	2,00
1998	4	2,67
1999	3	2,00
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Esta Tabela indica a grande variação dos anos de formação dos alunos, destacando-se o ano de 1992, com 10 alunos (6,67%).

Tabela 51. Década de formação de graduação (período 1982-2000)

Década de formação	Frequência	%
Dados não identificados	2	1,33
1950-1959	1	0,67
1960-1969	6	4,00
1970-1979	42	248,00
1980-1989	52	34,67
1990-1999	47	31,33
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A década com maior frequência é 1980, com 52 alunos (34,67%) e, logo em seguida, 1990, com 47 alunos (31,33%).

Tabela 52. Instituição de formação de graduação (período 1982-2000)

Instituição	Frequência	%
Dados não identificados	3	2,00
Centro de Ensino Superior de São Carlos	1	0,67
Escola Central de Nutrição	1	0,67
Escola de Biblioteconomia de Formiga	1	0,67
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	20	13,33
Faculdade Adventista de Teologia	1	0,67
Faculdade de Belas Artes de São Paulo	1	0,67
Faculdade de Ciências e Letras Sedes Sapientiae	1	0,67
Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel	1	0,67
Faculdade Dom Bosco	1	0,67
Faculdades Integradas Santa Teresa D'Avila	5	3,33
Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei	1	0,67
Fundação de Ensino Superior do Oeste de Minas	1	0,67
Fundação de Estudos Sociais do Paraná	1	0,67
Fundação do Oeste de Minas Gerais	1	0,67
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	6	4,00
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	24	16,00
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	0,67
União Educacional de Cascavel	1	0,67
União Educacional do Planalto Central	1	0,67
Universidade Católica Dom Bosco	1	0,67
Universidade de Franca	1	0,67
Universidade de Mogi das Cruzes	1	0,67
Universidade de São Paulo	1	0,67
Universidade de Uberaba	1	0,67
Universidade do Amazonas	1	0,67
Universidade do Estado de Santa Catarina	8	5,33
Universidade do Rio de Janeiro	1	0,67
Universidade Estadual de Londrina	25	16,67
Universidade Estadual de Maringá	1	0,67
Universidade Estadual de Ponta Grossa	3	2,00
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	1	0,67
Universidade Estadual Paulista	7	4,67
Universidade Federal da Bahia	2	1,33
Universidade Federal da Paraíba	1	0,67
Universidade Federal de Goiás	1	0,67
Universidade Federal de Minas Gerais	2	1,33
Universidade Federal de Pernambuco	1	0,67
Universidade Federal do Ceará	1	0,67

Instituição	Frequência	%
Universidade Federal do Espírito Santo	1	0,67
Universidade Federal do Maranhão	5	3,33
Universidade Federal do Pará	1	0,67
Universidade Federal do Paraná	2	1,33
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3	2,00
Universidade Federal Fluminense	1	0,67
Universidade Federal Santa Maria	1	0,67
Universidade Santa Ursula	3	2,00
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Esta Tabela indica a diversidade de instituições de formação dos alunos do período 1982-2000. Destaca-se a instituição “Universidade Estadual de Londrina”, com 25 alunos (16,67%). Logo em seguida está a “Pontifícia Universidade Católica de Campinas” com 24 alunos (16%) e a “Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos” com 20 alunos (13,33%).

Tabela 53. Tipo de instituição de graduação (período 1982-2000)

Tipo de Instituição	Frequência	%
Dados não identificados	3	2,00
Instituição Pública	88	58,67
Instituição Privada	59	39,33
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A maior incidência ocorreu na Instituição Pública, isto é, 58,67% dos alunos do período 1982-2000 provêm desse tipo de instituição.

Tabela 54. Estado de origem (período 1982-2000)

Estado	Frequência	%
Dados não identificados	10	6,67
AM	1	0,67
BA	2	1,33
CE	1	0,67
ES	1	0,67
MA	3	2,00
MG	7	4,67
MS	1	0,67
MT	1	0,67
PA	2	1,33
PE	2	1,33
PR	27	18,00
RJ	5	3,33
RN	1	0,67
RS	8	5,33
SC	6	4,00
SP	72	48,00
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O estado que mais se destacou nesta Tabela foi o estado de São Paulo (48%). O Paraná (18%) é um estado ao qual pertence a instituição UEL, que se destacou na Tabela 52 “Instituição de formação de graduação (período 1982-2000)”.

Tabela 55. Região brasileira de origem (período 1982-2000)

Região brasileira	Frequência	%
Dados não identificados	10	6,67
Centro-Oeste	2	1,33
Nordeste	9	6,00
Norte	3	2,00
Sudeste	85	56,67
Sul	41	27,33
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A região brasileira que mais se destacou foi a Sudeste, com 56,67% e, logo após, a região Sul com 27,33%.

Tabela 56. Sexo (período 1982-2000)

Sexo	Frequência	%
Feminino	135	90,00
Masculino	15	10,00
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Neste período, o sexo “Feminino” se destaca com 90%. O sexo “Masculino” obteve somente 10%. Note-se que, neste período predominavam os profissionais bibliotecários, que em sua maioria é do sexo feminino.

Tabela 57. Alunos que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado (período 1982-2000)

Docente	Frequência	%
Dados não identificados	3	2,00
Sim	56	37,33
Não	91	60,67
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A partir desta Tabela, nota-se que 60,67% dos alunos não atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado e 37,33% dos alunos já atuavam.

Tabela 58. Permanência no Mestrado (1982-2000)

Permanência	Frequência	%
Não terminou	1	0,67
1 ano	9	6,00
2 anos	84	56,00
3 anos	25	16,67
4 anos	6	4,00
5 anos	13	8,67
6 anos	7	4,67
7 anos	3	2,00
8 anos	1	0,67
12 anos	1	0,67
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O maior destaque desta Tabela é a permanência de “2 anos” no Mestrado (56%). O total de alunos (25) que permaneceram no Mestrado por “3 anos” corresponde a 16,67%. Neste período é possível visualizar que a maioria dos alunos permaneceu no Mestrado por dois anos, tempo desejável para o término da dissertação, e atualmente recomendado pela CAPES.

Observa-se que sete alunos permaneceram por “6 anos” no Mestrado, 3 permaneceram por “7 anos”, um permaneceu por “8 anos” e outro por “12 anos”. Nota-se que não havia registro de permanência rígido como os registros atuais, portanto, nestes casos pode ter ocorrido “trancamento de matrícula” dos alunos e sua volta ao curso como aluno novo, dessa forma, ultrapassando a média de tempo de permanência no Mestrado. Em 1988, o Mestrado estipulou o prazo de 3 anos para a titulação, podendo haver prorrogação por até mais dois anos, totalizando, no máximo, cinco anos no Mestrado.

Ressalta-se que, para tabular os dados referentes ao tempo de permanência, o ideal seria fazer a contagem por meses, o que de fato, identificaria o

período correto de permanência. Porém, na impossibilidade de identificar corretamente esta informação, optou-se por tabular os dados por ano.

Tabela 59. Tipo de bolsa recebida (período 1982-2000)

Bolsa	Frequência	%
Dados não identificados	4	2,67
Não bolsista	16	10,67
CAPES	83	55,33
CNPq	39	26,00
EMBRAPA	3	2,00
FAPESP	1	0,67
PUC	4	2,67
Total	150	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A instituição de fomento que mais concedeu bolsa aos alunos foi a “CAPES”, com 83 bolsas, ou seja, 55,33%.

6.5 Período a partir de 2001

Os dados das Tabelas a seguir referem-se aos egressos e alunos matriculados (92) do período a partir de 2001 até o momento da coleta dos dados, ou seja, setembro de 2004.

Tabela 60. Formação de graduação (período a partir de 2001)

Graduação	Frequência	%
Administração	16	17,39
Análise de Sistemas	5	5,43
Análise de Sistemas Contábeis	1	1,09
Biblioteconomia	24	26,09
Biblioteconomia e Documentação	2	2,17

(continua)

Graduação	Frequência	%
Ciência da computação	4	4,35
Ciências Biológicas	1	1,09
Ciências Contábeis	2	2,17
Ciências Sociais	1	1,09
Comunicação Social	1	1,09
Direito	1	1,09
Economia	8	8,70
Engenharia da Computação	1	1,09
Engenharia de Minas	1	1,09
Engenharia Elétrica	1	1,09
Engenharia Eletrônica e de Telecomunicação	1	1,09
Engenharia Industrial Elétrica	1	1,09
Estatística	1	1,09
Fisioterapia	1	1,09
Letras	5	5,43
História	1	1,09
Matemática	4	4,35
Pedagogia	1	1,09
Tecnologia em Processamento de Dados	6	6,52
Turismo	2	2,17
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A “Biblioteconomia” ainda é o grande destaque também neste período, com 24 alunos (26,09%). Logo após vem a “Administração”, com 16 alunos (17,39%). De modo geral, pode-se perceber a variedade de formações neste período, porém, sempre com predominância dos profissionais da área de Biblioteconomia, como observado na análise dos três períodos investigados.

Tabela 61. Formação de graduação por grande área do conhecimento (período a partir de 2001)

Área do conhecimento	Frequência	%
Ciências Biológicas e da Saúde	2	2,17
Ciências Exatas e da Terra	5	5,43
Ciências Humanas e Sociais	9	9,78
Ciências Sociais Aplicadas	56	60,87
Engenharias e Tecnologias	20	21,74
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

A área que mais se destaca é a de “Ciências Sociais Aplicadas”, com 60,87%, ou seja, 56 alunos, e a área de “Engenharias e Tecnologias” apresenta 21,74%, isto é, 20 alunos. A área de “Ciências Sociais Aplicadas” não revela grande novidade, porém, a área de “Engenharias e Tecnologias” é dado que pode indicar mudança no perfil dos alunos.

Tabela 62. Ano de formação de graduação (período a partir de 2001)

Ano	Frequência	%
Dados não identificados	1	1,09
1973	1	1,09
1975	1	1,09
1977	1	1,09
1978	1	1,09
1981	4	4,35
1982	3	3,26
1983	1	1,09
1984	1	1,09
1985	3	3,26
1986	1	1,09
1987	5	5,43
1988	2	2,17
1989	3	3,26
1990	4	4,35
1991	4	4,35
1992	3	3,26

(continua)

Ano	Frequência	%
1993	2	2,17
1994	3	3,26
1995	3	3,26
1996	7	7,61
1997	6	6,52
1998	7	7,61
1999	6	6,52
2000	7	7,61
2001	6	6,52
2002	4	4,35
2003	2	2,17
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Os anos que mais se destacam são: 1996, 1998 e 2000, com 7,61%, ou seja, 7 alunos em cada ano.

Tabela 63. Década de formação de graduação (período a partir 2001)

Década	Frequência	%
Dados não identificados	1	1,09
1970-1979	4	4,35
1980-1989	23	25,00
1990-1999	45	48,91
2000*	19	20,65
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nota: *não completou uma década

A década de 1990 se destaca com 48,91%, isto é, 45 alunos se formaram na graduação neste período.

Tabela 64. Instituição de formação de graduação (período a partir de 2001)

Instituição	Frequência	%
Universidade Anhembi-Morumbi	1	1,09
Centro Universitário de Votuporanga	2	2,17
Centro Universitário Luterano de Palmas	1	1,09
Centro Universitário Santanna	1	1,09
Centro Regional Universitário Espírito Santo do Pinhal	1	1,09
Fundação Karnig Bazarian - Faculdades Integradas de Itapetininga	1	1,09
Faculdade Estácio de Sá	1	1,09
Faculdade de Ciências Econômicas de Vitória	1	1,09
Faculdade de Administração de Empresa de Catanduva	1	1,09
Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Sorocaba	1	1,09
Faculdade de Filosofia de Sorocaba	1	1,09
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio	1	1,09
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre	1	1,09
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André	1	1,09
Faculdade e Filosofia, Ciências e Letras de Moema	1	1,09
Faculdades Associadas de São Paulo	2	2,17
Faculdades Metropolitanas Unidas	1	1,09
Faculdades Objetivo	1	1,09
Faculdades São Camilo	1	1,09
Faculdades Integradas Teresa Martin	2	2,17
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo	3	3,26
Fundação Educacional Comunitária Formiguense	2	2,17
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	1	1,09
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	29	31,52
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1	1,09
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	1,09
Sociedade Objetivo em Ensino Superior	1	1,09
Universidade Estadual de Londrina	3	3,26
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1	1,09
Universidade Federal do Espírito Santo	2	2,17
Universidade Federal Fluminense	1	1,09
Universidade Federal de Goiás	1	1,09
Universidade Federal de Minas Gerais	1	1,09
Universidade Federal de Pernambuco	1	1,09
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	1,09
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Marília	4	4,35
Universidade Estadual Paulista - São João do Rio Preto	1	1,09
Universidade Estadual de Campinas	1	1,09
Universidade Paulista	3	3,26

Instituição	Frequência	%
UniSantana	1	1,09
Universidade de Osasco	1	1,09
Universidade Federal de Viçosa	1	1,09
Universidade Ibirapuera	1	1,09
Universidade Metodista de Piracicaba	2	2,17
Universidade Padre Anchieta	1	1,09
Universidade São Judas Tadeu	1	1,09
Universidade São Francisco	1	1,09
Universidade de São Paulo	2	2,17
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O destaque da “Instituição de formação” é para a “Pontifícia Universidade Católica de Campinas”, com 31,52%, ou seja, 29 alunos se formaram nesta instituição.

Nota-se que a “Pontifícia Universidade Católica de Campinas” está presente em todos os períodos analisados, indicando que os alunos de graduação desta instituição preferem dar continuidade aos seus estudos em uma instituição já conhecida.

Tabela 65. Tipo de instituição de graduação (a partir de 2001)

Tipo de Instituição	Frequência	%
Instituição Pública	20	21,74
Instituição Privada	72	78,26
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O tipo de instituição com maior incidência neste período é a Instituição Privada, com 78,26%.

Tabela 66. Estado de origem (período a partir de 2001)

Estado	Freqüência	%
Dados não identificados	15	16,30
AL	1	1,09
ES	4	4,35
GO	2	2,17
MG	8	8,70
PE	1	1,09
PI	1	1,09
PR	7	7,61
RJ	2	2,17
RS	1	1,09
SP	49	53,26
TO	1	1,09
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O estado de São Paulo ainda é o que mais se destaca com participação no Mestrado, sendo que 53,26% dos alunos são deste estado.

Tabela 67. Região brasileira de origem (período a partir de 2001)

Região brasileira	Freqüência	%
Dados não identificados	15	16,30
Centro-Oeste	2	2,17
Nordeste	3	3,26
Norte	1	1,09
Sudeste	63	68,48
Sul	8	8,70
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O Sudeste obteve 68,48%, destacando-se como a região que mais procura o Mestrado. Observa-se que o Sudeste esteve presente em todos os períodos investigados.

Tabela 68. Sexo (período a partir de 2001)

Sexo	Frequência	%
Feminino	36	39,13
Masculino	56	60,87
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

O sexo “Masculino” se destaca neste período com 60,87%, isto é, 56 alunos, e o sexo “Feminino” corresponde a 39,13%, ou seja, 36 alunas. Ao comparar as Tabelas dos períodos 1977-1981 (Tabela 44) e 1982-2000 (Tabela 56), nota-se que neste último período (a partir de 2001) predomina o sexo masculino e nos dois períodos anteriores, o sexo feminino. Este dado pode demonstrar mudança no perfil do Mestrado.

Tabela 69. Alunos que já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado (período a partir de 2001)

Docente	Frequência	%
Dados não identificados	28	30,43
Sim	31	33,70
Não	33	35,87
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Nesta Tabela, observa-se que 33 alunos não atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado, o que equivale a 35,87% e 31 alunos já atuavam como docentes ao ingressar no Mestrado, ou seja, 33,70%. Não foi possível identificar 30,43% dos dados.

Percebe-se que o primeiro período (1977-1981), conforme Tabela 45, foi o único que recebeu mais alunos que já atuavam como docentes, diferentemente dos dados referentes a Tabela 57 (período de 1982-2000) e a Tabela 69 (período a partir de 2001).

Tabela 70. Tipo de bolsa (período a partir de 2001)

Bolsa	Frequência	%
Dados não identificados	12	13,04
Não bolsista	32	34,78
CAPES	23	25,00
CNPq	11	11,96
PUC	14	15,22
Total	92	100,00

Fonte: pesquisa da autora, 2004.

Os alunos que receberam bolsa correspondem ao total de 48 (52,17%), sendo que 23 alunos (25%) receberam bolsa CAPES, 14 alunos (15,22%) receberam bolsa PUC e 11 alunos (11,96%) receberam bolsa CNPq. O total de alunos que não recebeu bolsa corresponde a 32 (34,78%), e 13,04% dos dados não foram identificados.

A instituição de fomento que mais concedeu bolsa foi a CAPES, instituição que também avalia os programas de pós-graduação.

Neste último período, não foi possível identificar o tempo de permanência dos alunos, pois os mesmos ainda estavam no Mestrado.

Após análise e discussão dos dados, apresenta-se a sistematização final dos dados e as conclusões, na seção a seguir.

7 CONCLUSÕES

“Só sei que nada sei.”
(Sócrates)

Esta dissertação teve como principais objetivos: analisar o percurso do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da PUC-Campinas, desde 1977 até 2004, e traçar o perfil do corpo discente pela caracterização dos egressos (alunos que obtiveram o título de mestre) e dos alunos atuais (matriculados no curso até setembro de 2004, momento da coleta de dados desta pesquisa).

A fim de atingir os objetivos propostos, além da revisão de literatura, os seguintes procedimentos metodológicos foram utilizados:

- levantamento e análise dos documentos sobre o curso, com leitura e análise dos relatórios de atividades CAPES, para identificação dos principais fatos que marcaram a história do programa;
- levantamento e análise dos documentos produzidos institucionalmente pelo curso, para obtenção de informações sobre a procedência do corpo discente, tais como: nome, formação de graduação, ano e instituição de formação de graduação, estado de origem, sexo, docente (se já atuava como docente ao ingressar no mestrado), ano de ingresso e término do curso (para os ex-alunos) e tipo de bolsa recebida.

Através dos relatórios de atividades CAPES, foi possível identificar o objetivo inicial do curso, qual seja o de formar docentes para as faculdades de Biblioteconomia do país. Em seu percurso, o programa ampliou os objetivos, propondo-se a formar docentes e pesquisadores.

Na documentação também foram identificadas as mudanças estruturais ocorridas em relação às áreas de concentração, denominações do curso e estrutura

curricular, conforme exposto a seguir:

- o curso teve, desde sua criação até o presente, 3 áreas de concentração: Metodologia do Ensino de Biblioteconomia (desde 1977, ano de início do Mestrado); Planejamento e Administração de Sistemas de Informação (a partir 1982); Administração da Informação (de 2001 até a presente data);

- o curso teve diferentes denominações: Mestrado em Biblioteconomia (1977, ano de início do Mestrado); Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação (a partir 1992); Mestrado em Ciência da Informação (de 2003 até a presente data). As diferentes denominações evidenciam também mudanças significativas no perfil do curso;

- houve mudanças na estrutura curricular: as disciplinas, no início, eram direcionadas à formação de docentes para a área de Biblioteconomia, em consonância com a área de concentração “Metodologia do Ensino de Biblioteconomia”; em 1982, com área de concentração em “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”, houve modificação no rol de disciplinas, passando a ser enfatizados os temas relacionados aos “sistemas de informação”. A partir de 2001 foi dado um novo enfoque, com o objetivo de formar profissionais para atuarem no ensino e pesquisa em Ciência da Informação e na gerência de unidades de informação.

O corpo discente do Programa também mudou significativamente, sob vários aspectos. Serão destacados, a seguir, os aspectos mais relevantes evidenciados na pesquisa, sintetizados nas tabelas abaixo:

Tabela 71. Formação de graduação por período

Formação de graduação	1977-1981	1982-2000	2001-2004*
	%	%	%
Administração **		3,33	17,39
Análise de Sistemas			5,43

Formação de graduação	1977-1981	1982-2000	2001-2004*
	%	%	%
Análise de Sistemas Contábeis			1,09
Arquitetura e Urbanismo		0,67	
Arquivologia		0,67	
Artes Plásticas		1,33	
Biblioteconomia***	30	65,33	26,09
Biblioteconomia e Documentação***	70	16	2,17
Ciência da Computação			4,35
Ciências Biológicas			1,09
Ciências Contábeis			2,17
Ciências Sociais			1,09
Comunicação Social			1,09
Desenho Industrial		0,67	
Direito		0,67	1,09
Economia **		0,67	8,70
Educação Física		0,67	
Engenharia da Computação			1,09
Engenharia de Minas			1,09
Engenharia Elétrica			1,09
Engenharia Eletrônica e de Telecomunicação			1,09
Engenharia Industrial Elétrica			1,09
Estatística			1,09
Fisioterapia			1,09
Fonoaudiologia		0,67	
Historia			1,09
Letras**		2	5,43
Licenciatura em Ciências		0,67	
Matemática			4,35
Nutrição		0,67	
Pedagogia		2	1,09
Psicologia		0,67	
Relações Públicas		0,67	
Tecnologia em Processamento de Dados**		1,33	6,52
Teologia		0,67	
Turismo			2,17

Fonte: pesquisa da autora 2004.

Notas: * até setembro de 2004
 ** houve considerável crescimento
 *** esteve presente nos três períodos

Observa-se que “Biblioteconomia” e “Biblioteconomia e Documentação” estão presentes de forma dominante nos três períodos; no entanto, “Administração”, “Economia”, “Letras” e “Tecnologia em Processamento de Dados” tiveram considerável aumento do segundo para o terceiro período; algumas outras áreas, embora em pequena porcentagem, surgiram no terceiro período, sendo elas: “Análise de Sistemas”, “Ciência da Computação” e “Matemática”, todos eles cursos da área de “Engenharias e Tecnologias”, indicando tendência de mudança no perfil do Curso. Este quadro leva-nos a perguntar se o fenômeno é comum a todos os cursos de Ciência da Informação do país ou se é restrito ao curso da PUC-Campinas.

A tabela apresentada a seguir apresenta outros dados comparativos interessantes sobre os três períodos:

Quadro 9. Categorias por períodos

Categorias	Período 1977-1981	Período 1982-2000	Período a partir de 2001
Formação de graduação	Biblioteconomia e Documentação	Biblioteconomia	Biblioteconomia
Área do conhecimento	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Sociais Aplicadas
Tipo de instituição	Instituição Pública	Instituição Pública	Instituição Privada
Região de origem	Sudeste	Sudeste	Sudeste
Sexo	Feminino	Feminino	Masculino
Bolsa	Não bolsista	CAPES	Não bolsista

Fonte: pesquisa da autora 2004.

Observa-se a predominância da formação em “Biblioteconomia” nos três períodos analisados, sendo por essa razão também predominante a área de “Ciências Sociais Aplicadas”;

- tipo de instituição de formação de graduação: nos períodos analisados, a Instituição Pública se destacou nos primeiro (1977-1981) e segundo (1982-2000) períodos, e, no terceiro (a partir de 2001), a Instituição Privada teve destaque. Este

dado levanta questionamentos: por que profissionais formados em instituições públicas buscam a pós-graduação em instituições privadas?

- região de origem: a região de maior frequência é a Sudeste. O estado de São Paulo, presente nos três períodos analisados (1977-1981, 1982-2000 e a partir de 2001) é também em relação aos alunos atualmente matriculados; o estado do Paraná vem em 2º lugar, no período de 1982-2000, e Minas Gerais se destaca a partir de 2001);

- sexo: nos dois primeiros períodos analisados (1977-1981 e 1982-2000), predomina o sexo “Feminino”, e, no último período (a partir de 2001), predomina o sexo “Masculino”. Explicam-se estes fenômenos pelo fato de nos dois primeiros períodos predominarem alunos com formação em Biblioteconomia, área constituída, tradicionalmente por pessoas do sexo feminino; no último período, no entanto, pode-se explicar a predominância do sexo masculino pela grande diversificação das áreas de graduação dos alunos que ingressaram no curso. Pergunta-se: o mesmo fato ocorre nos demais cursos do país?

A comparação entre os egressos e alunos atualmente matriculados apresenta também dados interessantes:

Quadro 10. Categorias por egressos e alunos matriculados

Categorias	Egressos	Alunos matriculados
Graduação	Biblioteconomia	Biblioteconomia
Área do conhecimento	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Sociais Aplicadas
Tipo de instituição	Instituição Pública	Instituição Privada
Região de origem	Sudeste	Sudeste
Sexo	Feminino	Masculino
Bolsa	CAPES	Não bolsista

Fonte: pesquisa da autora 2004.

O quadro acima mostra que atualmente a formação de graduação

predominante é a “Biblioteconomia”, bem como a área do conhecimento é a de “Ciências Sociais Aplicadas”.

O tipo de instituição de formação de graduação sofreu alteração, passando de “Instituição Pública” para “Instituição Privada”.

A região de origem predominante nas duas categorias é a Sudeste, predominando também os alunos de sexo masculino entre os atualmente matriculados. Pergunta-se: está havendo maior afluência de alunos do sexo masculino também nos demais cursos do país?

Nos dados referente a bolsas, verifica-se que entre os alunos atualmente matriculados, a maioria não é de bolsistas. Pergunta-se, esse mesmo fato se verifica nos demais cursos do país?

São ainda questões que merecem maior investigação: embora a maioria dos alunos do curso da PUC-Campinas sejam oriundos da “Biblioteconomia”, há diversificação significativa de formações no decorrer dos dois últimos períodos analisados. É possível afirmar que profissionais de diferentes formações que trabalham com o objeto “informação” começam a reconhecer a ciência da informação como campo legítimo de pesquisa?

Trazendo para reflexão a idéia de que as diversas profissões integram um mesmo sistema em que, conforme Abbott (1988, p. 33) *apud* Mueller (2004, p. 29), “[...] cada profissão se dedica a um conjunto de tarefas profissionais às quais está ligada pelo que chama de ‘laços de jurisdição’ [...]”, e estes laços estão em constantes transformações pelo fato de serem afetados pelas competições entre as profissões, é possível afirmar que está se constituindo um novo “ laço de jurisdição” constituído por bibliotecários, administradores, analistas de sistema e economistas, unidos pelo trabalho com a informação?

Em pesquisa semelhante a esta dissertação, Jesus¹¹ (2003), *apud* Mueller (2004, p. 48-49), identificou a multiplicidade de perfis de mestres e doutores titulados no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Os principais dados desta pesquisa demonstram que as mudanças no Programa se refletem na presença do sexo masculino, pois antes predominava o sexo feminino; na diversidade da formação de graduação, pois, analisando os alunos que ingressaram em 2003, notou-se a presença de profissionais das áreas Biblioteconomia, Arquivologia, Comunicação, Administração, Economia, Processamento de Dados, Informática, Computação, Engenharia Eletrônica; e a temática das dissertações e teses, antes direcionadas mais aos assuntos como indexação ou comunicação científica, atualmente está mais direcionada aos temas sobre gestão da informação e planejamento de sistemas em geral.

Em recente pesquisa, David (2004, p. 52-53) analisou as temáticas das dissertações do Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, no período de 2001-2003 e constatou que os temas mais estudados pelos egressos foram: profissionais da informação, ensino a distância, uso da Informação, gestão de recursos informacionais, sistema de armazenamento e recuperação da informação.

As autoras Witter e Pécora (1997, p. 82) analisaram a “Temática das dissertações e Teses em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil (1970-1992)”, e constataram que o Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas, nesse período, pesquisou temas como: bibliotecas escolares, produção científica, estudo de usuários e leitura. A comparação entre estas duas pesquisas revela que no período de 1970-1992 as temáticas estudadas eram mais direcionadas para a área de “Biblioteconomia”. No estudo realizado no período de 2001-2003, por Davi, percebe-se que houve alteração nas temáticas estudadas,

¹¹ JESUS, R. L. **Estudo sobre o perfil dos egressos e dos pós-graduandos em ciência da informação**. Relatório parcial de pesquisa para o PIBIC. Departamento de Ciência da Informação e

provavelmente como reflexo do novo perfil do corpo docente.

Retomando, por fim, uma questão colocada por Santos e Schwartzman, que a universidade tenta conservar as contradições sob controle, ou como expressa Schwartzman (1981, p. 58): “as universidades brasileiras são organizadas em função da educação profissional [...]”, o que torna incompatíveis as atividades de pesquisa com as de formação profissional, como repensar a universidade e ao mesmo tempo, responder ao que dispõe o V PNPQ (COMISSÃO DO PNPQ, 2004)? Como se sabe, esse plano apresenta objetivos amplos em relação à formação de recursos humanos para atender os diversos segmentos da sociedade brasileira, entre eles, formar docentes para todos os níveis de ensino e formar profissionais para mercados não acadêmicos.

Nesta pesquisa não foi possível verificar se o Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas é de natureza profissional ou acadêmica. Esse aspecto só poderá ser verificado com base na análise das dissertações produzidas pelo Mestrado ao longo de sua história. Há, no entanto, um aspecto que merece ser melhor estudado: a permanência, ao longo de sua história, das questões relativas ao planejamento e administração de sistemas de informação.

Algumas recomendações podem ser feitas à Coordenação do Mestrado, tais como: retomar o acompanhamento dos egressos, realizados por Monte Serrat e Witter e solicitar aos alunos a inclusão da informação sobre a área de concentração e a linha de pesquisa em suas dissertações.

Para os egressos e alunos matriculados, chamamos a atenção para a atualização dos Currículos Lattes no *site* do CNPq, por ser um importante banco de dados sobre pesquisadores brasileiros.

Futuras pesquisas poderão ser desenvolvidas partindo-se do que foi levantado nesta dissertação e dos seguintes questionamentos, como, por exemplo:

- conhecer a razão ou razões que motivaram os egressos a cursarem o mestrado em Ciência da Informação, através de entrevistas e/ou questionários;
- conhecer a atual situação dos egressos, ou seja, os egressos seguiram carreira acadêmica?;
- qual a influência do mestrado na vida profissional dos egressos?;
- por que egressos de instituições públicas procuraram a pós-graduação em uma instituição privada?;
- o Mestrado em Ciência da Informação da PUC-Campinas é de natureza profissionalizante ou acadêmica?;
- as temáticas das dissertações do Mestrado são de caráter acadêmico ou direcionadas para a resolução de problemas profissionais?;

O mapeamento apresentado nesta dissertação mostra aspectos do corpo discente do Mestrado da PUC-Campinas. Os dados apresentados podem servir para que o Programa aponte novas perspectivas, com base no caminho já percorrido. Podem servir também para que a área de Ciência da Informação como um todo, faça uma auto-avaliação e trace novos caminhos que a fortaleçam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei n 9.394 de 23 de dez. de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/Documentos/Legislacao/Lei_9394_Diretrizes_Bases_1996.doc>. Acesso em: 17 mar. 2004.

CAPES. **Crítérios de avaliação 2004**: área de avaliação Comunicação e Ciência da Informação. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2004.

CAPES. **Objetivos e componentes da avaliação da pós-graduação**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Objetivos_Componentes_Avaliacao.htm>. Acesso em: 04 abr 2005.

CAPES. **Reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação**: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998 (documento em discussão). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/Documentos/Avaliacao98/ReformulacaoSistAval98.doc>>. Acesso em: 28 ago. 2004.

CAPES. **Situação da Pós-Graduação**: tabelas. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/Scripts/EditaisDocumentos.idc?codigo=43>>. Acesso em: 31 jul. 2004.

CHRIST, V. S. **A pesquisa em Biblioteconomia**: controvérsias e similaridades no quadro nacional. 1991. 140f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, [Belo Horizonte], 1991.

CHRISTOVÃO, H. T. A ciência da informação no contexto da pós-graduação do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 31-35, jan./abr. 1995.

COMISSÃO DO PNPG. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília: MEC/CAPES, 2004, 91 p. Disponível em: <www.mec.gov.br/acs/pdf/DocFinal_PNPG04>. Acesso em: 28 jan. 2005.

COMISSÃO MISTA CAPES/CNPQ PARA O DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Plano Nacional de Pós-Graduação**: considerações preliminares para o V PNPG, Janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/Documentos/PNPG/Consideracoes_Preliminares_VPNPG>.

doc>. Acesso em: 31 jul. 2004.

COSTA, A. F. C. Ciência da informação: o passado e a atualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 137-143, jul./dez. 1990.

DAVID, M. A. M. **Análise das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas: temáticas (2001-2003)**. 2004. 62 f. Monografia (conclusão de curso) – Faculdade de Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2004.

DIAS, E. W. Ensino e pesquisa em ciência da informação. **DataGramaZero**: revista de ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out02/Art_02.htm>. Acesso em: 17 maio 2004.

FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI, M. C. Pós-graduação brasileira e políticas de diversificação. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., 2001. GT11 Política de Educação Superior. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www2.uerj.br/~anped11/24/Franco-Morosini.doc>>. Acesso em: 08 jun. 2004.

LE COADIC, Y.-F. A ciência da informação. *In*: _____. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. cap. 4, p. 26-55.

MIRANDA, A.; ALBUQUERQUE, A. B. Pesquisa em ciência da informação no Brasil: síntese e perspectiva. *In*: MIRANDA, A. **Ciência da informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília: Thesaurus, 2003. cap. 7, p. 133-154.

MUELLER, S. P. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

MUELLER, S. P. M. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott: proposta de estudo. *In*: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (Org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 23-53. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

NEVES, T. M. G. **Histórias e temáticas do curso de mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)**. 1992. 286f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 1992.

OLIVEIRA, F.B. **Pós-graduação: educação e mercado de trabalho**. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

OLIVEIRA, M. A pesquisa científica na ciência da informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 143-156, jul./dez. 2001.

PINHEIRO, L. V. R. Infra-estrutura da pesquisa em ciência da informação no Brasil. **DataGramaZero**: revista de ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/Art_02.htm>. Acesso em: 17 mar. 2004.

PUC-CAMPINAS. MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Projeto de reestruturação curricular do curso de mestrado**. junho, 1991. (documento interno).

PUC-CAMPINAS. MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Relatório de atividades CAPES**. 1982. (documento interno).

PUC-CAMPINAS. MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Relatório de atividades CAPES**. 1986. (documento interno).

PUC-CAMPINAS. MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Relatório de atividades CAPES**. 1988. (documento interno).

PUC-CAMPINAS. MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Relatório de atividades CAPES**. 1989-1992. (documento interno).

PUC-CAMPINAS. MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Relatório de atividades CAPES**. 1990-2003. (documento interno).

SANTOS, B. S. Da idéia de universidade à universidade de idéias. *In*: _____. **Pela mão de Alice**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997. cap. 8, p. 187-233.

SCHWARTZMAN, S. A crise da universidade. *In*: _____. **Ciência, universidade e ideologia**: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b. cap. 5, p. 96-123.

_____. Por uma política científica. *In*: _____. _____. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a. cap. 3, p. 50-69.

SEVERINO, A. J. A política de pós-graduação no Brasil: avaliando a avaliação. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003. **Anais eletrônicos...** Disponível em:

<<http://www.anped.org.br/26/outrostextos/seantoniojoaquimseverino.doc>>. Acesso em: 07 jun. 2004.

SMIT, J. W.; DIAS, E. W.; SOUZA, R. F. Contribuição da pós-graduação para a Ciência da Informação no Brasil: uma visão. **DataGramZero**: revista de ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, dez. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez02/Art_04.htm>. Acesso em: 02 maio 2004.

SMIT, J. W. **A pós-graduação em Ciência da Informação, hoje**. São Paulo: [s. n.], [2003?]. p. 1-4. Mimeografado.

SMIT, J. W. A política governamental para a pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/929915.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2004.

SUCUPIRA, N. **Definição dos cursos de pós-graduação**. Parecer nº 977, 1965. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/Documentos/Legislacao/Parecer_CESU_977_1965.doc>. Acesso em: 22 mar. 2004.

TARGINO, M. G. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 5, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/519501.html>>. Acesso em: 17 mar. 2004.

VOGT, C.; CIACCO, C. Universidade e empresa: a interação necessária. **Revista USP**, São Paulo, v. 25, p. 24-31, mar./maio 1996.

WITTER, G. P.; PÉCOR, G. M. M. Temática das dissertações e teses em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil (1970-1992). *In*: WITTER, G. P. (Orgs.). **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997. cap. 6, p. 77-86.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANJOS, L. **Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Paraná**: tendências temáticas das dissertações (1977-2000). 2001. 309f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas / Universidade Federal do Paraná, Campinas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BORGES, M. A. G. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. *In*: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (Orgs.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 55-69. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

CAPOZOLI, U. Livro Verde pode ampliar conceito de política científica. **ComCiência**: revista eletrônica de jornalismo científico, SBPC/Labjor, 10 set. 2001. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/cientec/cientec13.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2004.

CORDOVA, R. A.; GUSSO, D. A.; LUNA, S. V. **A pós-graduação na América Latina**: o caso brasileiro. Brasília: UNESCO/CRESALC/MEC/SESu/CAPES, 1986.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 170 p.

EVANGELISTA, R. **Objetos de estudo das dissertações do mestrado em Biblioteconomia da PUC-Campinas**: uma contribuição para o referencial teórico da área. 2001. 110f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 206 p.

GONZÁLES DE GOMEZ, M. N. **A configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT: estudo de caso**. 1982. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

MACHADO, N. J. A universidade e a organização do conhecimento: a rede, o tácito, a dívida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 333-351, 2001.

MARTINS, E. V. O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 91-100, jan./abr. 2004.

OLIVEIRA, J. M. Pós-graduação para bibliotecários: educação em permanência. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/929905.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2004.

MUELLER, S. P. M. A pesquisa em ciência da informação no contexto das ciências sociais. **DataGramZero: revista de ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/Art_05.htm>. Acesso em: 17 mar. 2004.

PAULA E SILVA, E. M. O itinerário da pesquisa no Brasil. **ComCiência: revista eletrônica de jornalismo científico**, SBPC/Labjor, 10 set. 2001. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/cientec/cientec11.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2004.

POBLACIÓN, D. A. *et al.* A formação de pesquisadores na área da Ciência da Informação: docentes/doutores de cursos de pós-graduação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., Porto Alegre, 24-30 set. 2000. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, 2000, 20p. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/pc/Artigo%20cbbd2000.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2004.

POBLACIÓN, D. A.; NORONHA, D. P. Ciência da informação no Brasil: produção das literaturas branca e cinzenta pelos docentes/doutores dos cursos de pós-graduação. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 7., Porto, Portugal, 23-25 maio 2001. **Actas**. Porto: ABAD, 2001. Disponível em:

<<http://www.eca.usp.br/nucleos/pc/Artigo%20Congresso%20Portugal.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2004

RODRIGUES, M. E. F.; DUMONT, L. M. M. A lógica da organização e distribuição do conhecimento na universidade: implicações no processo ensino-aprendizagem, em especial, nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **DataGramaZero**: revista de ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr04/Art_03.htm>. Acesso em: 02 jun. 2004.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação profissional. *In*: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 1, p. 9-23. (Palavra-Chave, 13).

SOARES, M. S. A. (Org.). **Educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002. 304 p.

TEIXEIRA, S. K. S. **Temática das dissertações defendidas no curso de mestrado em biblioteconomia e documentação da Universidade de Brasília – 1980-1995**. 1997. 135f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria Adjunta de Pós-Graduação. **Perfil e representações dos estudantes de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: relatório final. Porto Alegre: Pró-Reitoria Adjunta de Pós-Graduação/UFRG, 2003. 236p.

VÁLIO, E. B. M. Ciência da Informação na pós-graduação: nas trilhas do desafio. **Transinformação**, Campinas, v. 5, n. 1/3, p. 23-28, jan./dez. 1993.

VELLOSO, J.; VELHO, L. **Mestrandos e doutorandos no país**: trajetórias de formação. Brasília: CAPES, 2001. 103 p.

ANEXOS

ANEXO A – Ficha de Coleta de Dados (Perfil dos Egressos)

PERFIL DOS EGRESSOS								
Nome do egresso	Curso/graduação	Ano/instituição de formação	Origem (estado)	Sexo	Docente	Ano de ingresso/egresso no Mestrado	Tipo de bolsa/instituição	Observações

ANEXO B – Ficha de Coleta de Dados (Perfil dos Alunos Matriculados)

PERFIL DOS ALUNOS MATRICULADOS								
Nome do aluno	Curso/graduação	Ano/instituição de formação	Origem (estado)	Sexo	Docente	Ano de ingresso no Mestrado	Tipo de bolsa/instituição	Observações